AERIS IND. E COM. DE EQUIP. PARA GER. DE

Formulário de Referência

Ano: 2026 Versão: 4

Sumário

AERIS IND. E COM. DE EQUIP. PARA GER. DE ENG. S.A.

1. Atividades do emissor 03

2. Comentário dos diretores 04

3. Projeções 05

4. Fatores de risco 06

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos 07

6. Controle e grupo econômico 08

7. Assembleia geral e administração 09

8. Remuneração dos administradores 10

9. Auditores 12

10. Recursos humanos 13

11. Transações com partes relacionadas 14

12. Capital social e Valores mobiliários 15

13. Responsáveis pelo formulário 16

Índice

1. Atividades do emissor

1.1 Histórico do emissor 17

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas 21

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais 30

1.4 Produção/Comercialização/Mercados 31

1.5 Principais clientes 42

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal 43

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior 47

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira 48

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG) 50

1.10 Informações de sociedade de economia mista 56

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante 57

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital 58

1.13 Acordos de acionistas 59

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios 60

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas 61

1.16 Outras informações relevantes 62

Índice

2. Comentário dos diretores

2.1 Condições financeiras e patrimoniais 63

2.2 Resultados operacional e financeiro 74

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases 77

2.4 Efeitos relevantes nas DFs 78

2.5 Medições não contábeis 79

2.6 Eventos subsequentes as DFs 84

2.7 Destinação de resultados 85

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs 88

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados 89

2.10 Planos de negócios 90

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional 92

Índice

3. Projeções

3.1 Projeções divulgadas e premissas 93

3.2 Acompanhamento das projeções 94

Índice

4. Fatores de risco

4.1 Descrição dos fatores de risco 96

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco 123

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado 124

4.4 Processos não sigilosos relevantes 129

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes 137

4.6 Processos sigilosos relevantes 138

4.7 Outras contingências relevantes 139

Índice

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado 140

5.2 Descrição dos controles internos 150

5.3 Programa de integridade 160

5.4 Alterações significativas 167

5.5 Outras informações relevantes 168

Índice

6. Controle e grupo econômico

6.1/2 Posição acionária 169

6.3 Distribuição de capital 177

6.4 Participação em sociedades 178

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico 179

6.6 Outras informações relevantes 181

Índice

7. Assembleia geral e administração

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 182

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 188

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração 189

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal 191

7.4 Composição dos comitês 204

7.5 Relações familiares 207

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle 211

7.7 Acordos/seguros de administradores 212

7.8 Outras informações relevantes 213

Índice

8. Remuneração dos administradores

8.1 Política ou prática de remuneração 214

8.2 Remuneração total por órgão 221

8.3 Remuneração variável 225

8.4 Plano de remuneração baseado em ações 227

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) 232

8.6 Outorga de opções de compra de ações 233

8.7 Opções em aberto 234

8.8 Opções exercidas e ações entregues 235

8.9 Diluição potencial por outorga de ações 236

8.10 Outorga de ações 237

8.11 Ações entregues 239

8.12 Precificação das ações/opções 240

8.13 Participações detidas por órgão 241

8.14 Planos de previdência 242

8.15 Remuneração mínima, média e máxima 243

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização 244

Índice

8. Remuneração dos administradores

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração 245

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado) 246

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado) 247

8.20 Outras informações relevantes 248

Índice

9. Auditores

9.1 / 9.2 Identificação e remuneração 250

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores 251

9.4 Outras informações relevantes 252

Índice

10. Recursos humanos

10.1A Descrição dos recursos humanos 253

10.1 Descrição dos recursos humanos 255

10.2 Alterações relevantes 256

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados 257

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados 261

10.4 Relações entre emissor e sindicatos 262

10.5 Outras informações relevantes 263

Índice

11. Transações com partes relacionadas

11.1 Regras, políticas e práticas 264

11.2 Transações com partes relacionadas 266

11.2 Itens 'n.' e 'o.' 267

11.3 Outras informações relevantes 268

Índice

12. Capital social e Valores mobiliários

12.1 Informações sobre o capital social 269

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras 270

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 271

12.4 Número de titulares de valores mobiliários 273

12.5 Mercados de negociação no Brasil 274

12.6 Negociação em mercados estrangeiros 275

12.7 Títulos emitidos no exterior 276

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas 277

12.9 Outras informações relevantes 278

Índice

13. Responsáveis pelo formulário

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE 297

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores 298

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual 299

1. ATIVIDADES DO EMISSOR

1.1. Descrever sumariamente o histórico do emissor

A Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A. ("Companhia") foi fundada em 2010 com objetivo de explorar o mercado de fabricação de pás para aerogeradores. A decisão por implantar a fábrica no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), no Estado do Ceará, visou a atender com diferencial de custos logísticos o potencial para instalação de parques eólicos na região nordeste do Brasil; potencial este demonstrado no 1º Atlas do Potencial Eólico Brasileiro (2001) e confirmado com a realização do 1º Leilão de Energia Eólica realizado em 2009 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Após estudos realizados com consultorias especializadas no setor, a Companhia iniciou a construção do parque fabril em 2011 e se tornou operacional no 2º trimestre de 2012.

A Companhia teve como primeiro cliente a fabricante de aerogeradores indiana Suzlon, e, já em 2013, ocupou a totalidade das linhas de produção com a espanhola Acciona Windpower ("Acciona"), ano no qual foram produzidas e entregues ao cliente 153 pás. Ainda em 2013, a Companhia foi certificada nas normas ISO 9.001, ISO 14.001 e OHSAS 18.001, reforçando o compromisso da empresa com a padronização e qualidade dos produtos e serviços entregues aos clientes. Em 2014, primeiro ano no qual a Companhia auferiu lucro líquido, foram produzidas e entregues 351 pás, dentre as quais foi iniciada a produção do modelo AW61.2. Este mesmo ano ficou marcado com o início da produção para a brasileira WEG Equipamentos Elétricos S.A. ("WEG"), que substituiu a linha de produção antes ocupada pela Suzlon.

O primeiro ciclo de forte expansão da Companhia teve início em 2015, com o início da produção para a dinamarquesa Vestas Wind Systems A/S ("Vestas"), ano no qual foram produzidas e entregues 553 pás. A expansão teve continuidade em 2016, com início da produção para a estadunidense General Electric ("GE"). Neste mesmo ano, a Companhia produziu e entregou 880 pás para seus quatro clientes: Acciona, WEG, Vestas e GE.

Em 2017, além de continuar aumentando sua participação no mercado brasileiro, a Companhia iniciou suas exportações para os Estados Unidos, tendo produzido um total de mais de 1.400 pás, equivalente a mais de 1 GW de potência.

No ano seguinte, a Companhia manteve o volume de pás produzidas acima das 1.400 unidades, com exportações representando aproximadamente 50% da produção total da Companhia. A crescente presença da Companhia no mercado internacional viabilizou a aquisição da sua subsidiária integral, a Aeris Services LLC e o início das operações da divisão de serviços nos Estados Unidos. O ano de 2018 também ficou marcado pelo reconhecimento como a melhor empresa do ano no setor de Bens de Capital pela "Revista Exame", além de figurar entre as 77 empresas mais sustentáveis do país pelo

"Guia Exame de Sustentabilidade" e foi reconhecida entre as dez melhores empresas de grande porte para se trabalhar no Estado do Ceará pela "Great Place To Work".

A Companhia produziu mais de 1.900 em pás em 2019, equivalente a mais de 1,5 GW de potência, mais de 70% do volume produzido foi entregue para o mercado dos Estados Unidos. Este mesmo ano foi marcado pelo início da produção, no terceiro trimestre, das pás com mais de 70 metros que equipam o aerogerador V150, da Vestas, com potência de 4,2 MW.

Em novembro de 2020, a Aeris realizou sua oferta pública inicial de ações (IPO), marcando um importante passo em sua trajetória de crescimento e consolidação no mercado de capitais. A operação representou um movimento estratégico para fortalecer sua estrutura de capital, ampliar sua capacidade de investimento e suportar a expansão de suas operações, em linha com as oportunidades do setor de energia renovável. Em 2020, a Companhia também iniciou a produção das pás que equipam o aerogerador N149 e adquiriu uma nova unidade fabril, denominada Aeris Pecém II.

Logo no início de 2021, a Companhia celebrou um contrato com um novo cliente, a empresa alemã-espanhola Siemens Gamesa, para a produção de pás eólicas com capacidade equivalente a 3,8 GW de potência em um valor total estimado em R$ 3,0 bilhões. Referido contrato com a Siemens Gamesa viria a ser encerrado em 2024, com a conclusão da produção do último lote de pás eólicas objeto do contrato.

Em setembro de 2021 a Companhia e a Nordex Energy SE & Co KG ("Nordex") celebraram contrato disciplinando os termos e condições para o fornecimento de pás eólicas, contemplando: (i) a conversão de duas linhas de produção já existentes e contratadas para um modelo de pá para aerogeradores de potência superior a 5 megawatts; e (ii) a instalação de uma nova linha de produção deste mesmo modelo de pás. Nos termos do referido contrato, que deverá vigorar até o final de 2023, a Companhia deverá fornecer à Nordex pás eólicas que resultarão no aumento líquido do potencial de ordens cobertas por contratos de longo prazo no montante equivalente a 2,0 gigawatts. O Contrato tem aumento líquido estimado em R$ 1,6 bilhões.

Em julho de 2022, a Companhia celebrou um novo aditivo contratual com a Vestas, prorrogando o modelo atual até 2024, resultando no fornecimento de pás eólicas que representam uma adição de capacidade equivalente a até 3,3 gigawatts de potência, o que resultam em um aumento líquido no potencial de ordens cobertas por contratos de longo prazo de até R$ 2,6 bilhões. Adicionalmente, para os anos de 2025 e 2026, e sujeito às vendas da Vestas para entregas em território brasileiro, a Companhia pode receber um complemento de ordens de fornecimento de pás eólicas de múltiplos modelos que, quando combinado ao incremento de ordens de 2023 e 2024, representem uma capacidade equivalente 7,3 gigawatts de potência.

No dia 8 de novembro de 2023, a Companhia informou ao mercado por meio de Fato Relevante o pedido de registro de oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia ("Ações"), a ser realizada pela Companhia, compreendendo a distribuição primária de 476.190.477 (quatrocentos e setenta e seis milhões, cento e noventa mil e quatrocentas e setenta e sete) novas ações, ao preço de R$0,84 (oitenta e quatro centavos) por ação, perfazendo o montante total de R$ 400.000.000,68 (quatrocentos milhões de reais e sessenta e oito centavos), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos do artigo 26 da Resolução CVM 160, sem esforços de colocação das Ações no exterior.

Em 27 de dezembro de 2023, foi celebrado um aditivo para o fornecimento de pás eólicas com a Nordex. Nos termos do Aditivo celebrado, o Contrato de Fornecimento teve a sua vigência prorrogada, passando a vigorar até o final de 2024. Considerando os termos ora aditados, por meio do Contrato de Fornecimento, prevê-se um aumento líquido de até 0,7 gigawatts no potencial de ordens cobertas por contratos de longo prazo, o que, se materializado, poderá resultar em um aumento líquido de receitas estimado em até R$ 600 milhões no âmbito do Contrato de Fornecimento.

Em 8 de janeiro de 2024 a Companhia e a Vestas celebraram novo aditivo por meio do qual, dentre outras questões, pactuaram nova prorrogação da vigência do Contrato de Fornecimento até o final de 2028. Considerando os termos do Aditivo Contratual, e sujeito a determinadas condições, inclusive a efetiva demanda por parte da Vestas, prevê-se um incremento no potencial de ordens de fornecimento de pás eólicas de múltiplos modelos em capacidade equivalente a 8,8 gigawatts (já considerando a repactuação de volumes contratada para 2024), o que, se materializado, poderá resultar em aumento líquido de receitas de até R$ 7,6 bilhões até o fim do prazo do Contrato de Fornecimento. No segundo semestre de 2024 iniciamos duas novas linhas de produção com Vestas.

Porém o mercado de energia eólica no Brasil enfrentou uma desaceleração significativa em 2024 se estendendo para 2025. Essa desaceleração levou nossos clientes a diminuírem demanda e apesar dos nossos maiores esforços até final de 2024, na tentativa de manter os clientes existentes, Nordex, WEG e Siemens optaram por não renovar contrato e a Vestas reduziu a demanda. Como resultado, de um portfólio de doze linhas, tivemos o descomissionamento de quatro linhas maduras e a desativação de três. Este cenário levou-nos a realizar ajustes no balanço "*Impairment*", impactando negativamente os resultados da Companhia "one- off".

A partir de dezembro de 2024, a Companhia iniciou negociações com os debenturistas da 1ª e 2ª emissões de debêntures, bem como com instituições financeiras credoras, com o objetivo de repactuar os termos e condições originalmente pactuados.

Em maio de 2025, foi concluído o processo de reperfilamento de aproximadamente 90% do passivo financeiro da Companhia, incluindo o refinanciamento junto a bancos comerciais e a repactuação das

duas emissões de debêntures. As operações resultaram na extensão de prazos de vencimento e na reorganização da estrutura de endividamento, conferindo maior previsibilidade ao perfil de amortização da dívida.

Em Janeiro de 2026, a Vestas do Brasil Energia Eólica Ltda. e a Casa dos Ventos comunicaram a celebração de contrato para implementação dos projetos Dom Inocêncio Phase I e Dom Inocêncio Phase II, localizados entre os municípios de Dom Inocêncio, Lagoa do Barro e Queimada Nova, no centro-sul do Estado do Piauí, a Companhia e a Vestas iniciaram as negociações para a formalização do contrato de fornecimento, pela Companhia à Vestas, de pás eólicas referentes a até 100% (cem por cento) do share of wallet dos Projetos.

1.2 Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A. ("Aeris" ou "Companhia") é uma das maiores fabricantes de pás para aerogeradores de energia eólica do mundo e conta com uma carteira de clientes (OEMs) que apresentam posição de destaque em todos os mercados nos quais atuam.

No final do exercício social de 2025, a Companhia possuía duas unidades industriais com capacidade de operar mais de 15 linhas de produção de pás com comprimento superior a $70m^2$, o que possibilita volume de produção anual suficiente para equipar mais de 1.200 aerogeradores com potência superior a 4,5 MW, totalizando assim capacidade produtiva superior a 5,0 GW por ano.

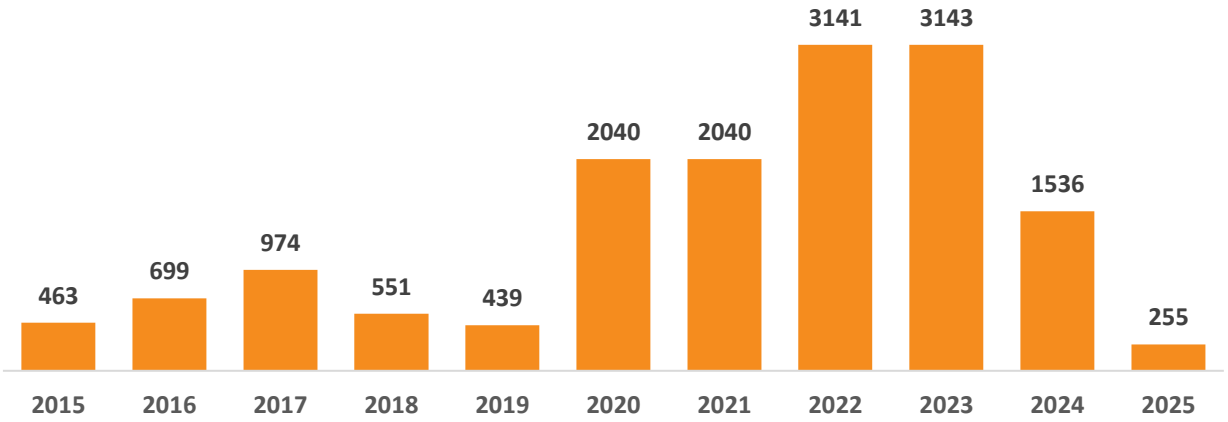
Em 17 anos de operação, a Companhia apresentou um histórico de execução que atende, nacional e internacionalmente, os principais fabricantes de turbinas eólicas do mundo. Hoje a Companhia possui um Market Share[1] interno de 45% e externo de 1% (ex-China). A redução da nossa participação reflete principalmente a desaceleração observada no mercado eólico brasileiro desde 2022, especialmente no mercado livre, que hoje representam mais de 90% das contratações. A queda na venda de PPAs (*Power Purchase Agreement*) impactou a produção industrial, já que, sem novos contratos, os geradores não instalam parques reduzindo a demanda da indústria de pás. Após o apagão em agosto de 2023, se intensificou ainda mais o que reacendeu, durante o ano de 2024 e 2025, o debate sobre o "*curtailment*" (despacho reduzido ou corte de geração) de fontes renováveis, principalmente da energia eólica. Além disso, a combinação de uma taxa de juros elevada com um PLD baixo gerou incertezas que levaram à suspensão e encerramento de alguns projetos. Este cenário vem impactando diretamente na receita e faturamento de pás, como pode ser observado nos gráficos abaixo.

De acordo com nosso estatuto social, a Aeris tem como objeto social: (a) o design, a prototipagem, a produção, a instalação, a venda, a montagem, o transporte, a construção e comercialização de pás de rotores para turbinas utilizadas na geração eólica de energia, bem como de peças, componentes, sistemas e equipamentos a eles relacionados; (b) o desenvolvimento de atividades de exportação, importação e armazenagem das pás de rotores para turbinas utilizadas na geração de energia eólica, peças, materiais e artefatos relacionados à fonte de energia renováveis ou não, e de produtos em geral; (c) a seleção, aquisição e comercialização de matérias-primas para a produção das pás de rotores para turbinas utilizadas na geração de energia eólica; (d) prestação de serviços de reparo, manutenção geral e assistência técnica de pás de rotores para turbinas utilizadas na geração eólica de energia, bem como de serviços a usuários finais e de pós-venda em geral; (e) prestação de serviços de engenharia associados às atividades relacionadas acima, atuando em todas as áreas afins, especialmente com relação a sistemas de energia eólica; (f) participação em licitações, leilões ou

[1] Dados do mundo e Brasil retirados da Wood mackenzie

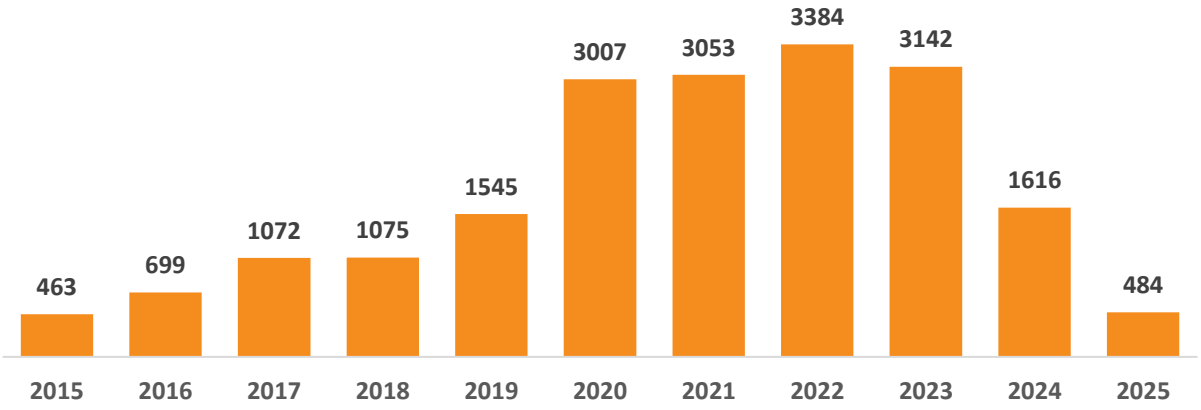
quaisquer processos públicos relacionados a execução das atividades desenvolvidas pela Aeris; (g) o desenvolvimento de projetos e estudos e a prestação de assessoria e consultoria relacionados com suas atividades, incluindo análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza; (h) a participação em outras sociedades ou entidades como sócia, acionista ou quotista; (i) comercialização atacadista de resíduos e sucatas metálicos e não-metálicos, papel, papelão e embalagens; (j) comercialização de energia elétrica, bem como a prática de atividades acessórias à comercialização de energia; (k) serviços de armazém geral, com emissão de warrant; e (l) design, prototipagem, fabricação, instalação, venda, montagem, transporte, armazenagem, de quaisquer itens (incluindo partes e peças) originados de materiais compósitos em geral (inclusive, cilindros de pressão para transporte e armazenamento de gases), tais como plásticos e suas obras, carbono e suas obras, vidro e suas obras, entre outros de mesmo manuseio e natureza.

Evolução da capacidade entregue pela Aeris para o mercado doméstico (MW)

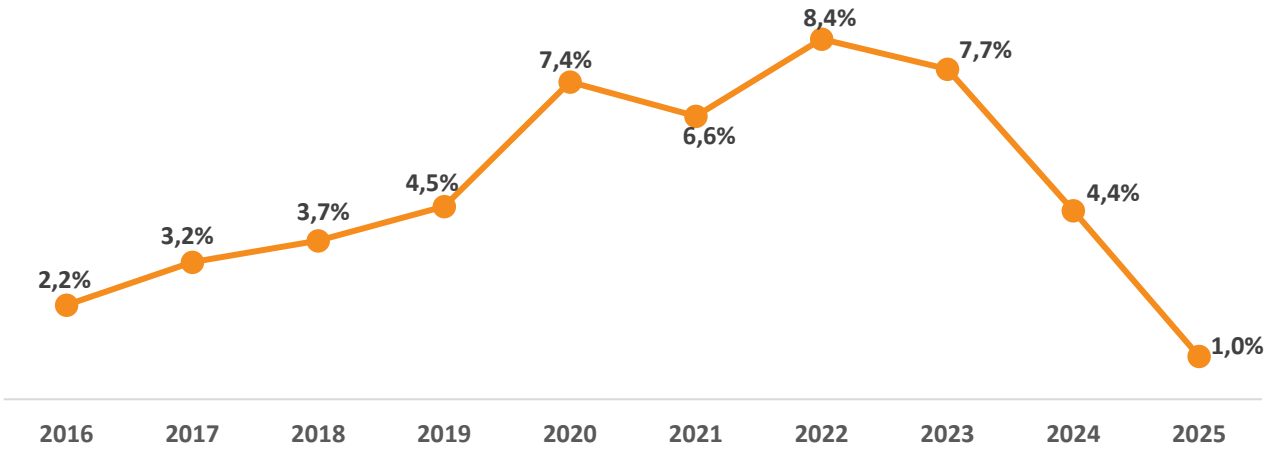


Fonte: Companhia

Evolução da Capacidade Total Entregue pela Aeris (MW)



Market Share da Aeris no Mundo (excluindo mercado chinês)



Fonte: Wood Markenzie

Desde nosso primeiro contrato de fornecimento assinado em 2011 com a Suzlon Energy, desenvolvemos relacionamento com os principais OEMs do mercado, e o nosso portfólio de clientes atual inclui grande representatividade no mercado eólico global, como Vestas Wind Systems A/S ("Vestas"), Nordex Energy GmbH ("Nordex"), WEG Equipamentos Elétricos S.A. ("WEG"). Desde o início das operações fabris da Companhia em 2012, houve aumento significativo no portfólio de novos clientes e extensão de contrato com clientes existentes, reflexo dos atributos de excelência operacional da Aeris e da relação de confiança estabelecida com nossos clientes ao longo dos anos.

Em fevereiro de 2021 fechamos um contrato de fornecimento com fabricante global de turbinas Siemens Gamesa, com capacidade equivalente a 3,8 gigawatts de potência, em um valor estimados de R$ 3,0 bilhões. O contrato vigorou até 2024, com a conclusão da produção do último lote de pás eólicas.

Em julho de 2022 a Companhia celebrou um novo aditivo contratual com a Vestas, prorrogando o modelo atual até 2024, resultando no fornecimento de pás eólicas que representam uma adição de capacidade equivalente a até 3,3 gigawatts de potência, o que resultam em um aumento líquido no potencial de ordens cobertas por contratos de longo prazo de até R$ 2,6 bilhões.

Em janeiro de 2024, foi celebrado um novo aditivo com a Vestas prorrogando a vigência do contrato de fornecimento até o final de 2028. Esse novo aditivo prevê um incremento no potencial de ordens de fornecimento de pás eólicas de múltiplos modelos em capacidade equivalente a 8,8 gigawatts (já considerando a repactuação de volumes contratada para 2024), o que, se materializado, poderá resultar em aumento líquido de receitas de até R$ 7,6 bilhões até o fim do prazo do contrato de fornecimento.

Em Janeiro de 2026, a Vestas do Brasil Energia Eólica Ltda. e a Casa dos Ventos comunicaram a celebração de contrato para implementação dos projetos Dom Inocêncio Phase I e Dom Inocêncio Phase II, localizados entre os municípios de Dom Inocêncio, Lagoa do Barro e Queimada Nova, no centro-sul do Estado do Piauí, a Companhia e a Vestas iniciaram as negociações para a formalização do contrato de fornecimento, pela Companhia à Vestas, de pás eólicas referentes a até 100% (cem por cento) do share of wallet dos Projetos.

Adicionalmente, para o ano de 2026, e sujeito às vendas da Vestas para entregas em território brasileiro, a Companhia pode receber um complemento de ordens de fornecimento de pás eólicas de múltiplos modelos que, quando combinado ao incremento de ordens de 2023, 2024 e 2025, podem representar uma capacidade equivalente 7,3 gigawatts de potência.

Esses movimentos solidificam ainda mais o posicionamento da Aeris como um fornecedor global de pás para turbinas eólicas.

Em 2025, a Aeris contou com uma área construída de 205.907,76m² dedicada à fabricação de pás para aerogeradores, tendo feito expansões em 2015 para atender ao início da fabricação das pás da Vestas, em 2017 para atender à produção das pás da Nordex e da WEG, e em 2019 para iniciar a produção de novos modelos de pás da Vestas.

Destaca-se, ainda, o início das exportações no último trimestre de 2017 de um modelo de pá da Vestas, para o mercado dos Estados Unidos da América. Já em 2019, assinamos o primeiro contrato com a Nordex 100% focado em exportações.

Nossas operações fabris estão concentradas em duas unidades produtivas, ambas localizadas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no Estado do Ceará. A construção da fábrica nessa região foi motivada pela redução dos custos logísticos, uma vez que mais de 50% da potência eólica instalada no Brasil está há menos de 500 km da fábrica, e pela proximidade com o Porto do Pecém, utilizado tanto para exportação de pás quanto para recebimento de insumos via importação ou cabotagem.

Em 2013, fundamos nossa unidade de serviços especializados, e passamos a oferecer serviços de inspeção e reparos em pás, tanto de fabricação própria, quanto de terceiros, contando com equipes atuando nas diversas regiões do Brasil e em outros países da América, como EUA, México e Argentina. Nos EUA, contamos com uma subsidiária denominada Aeris Services LLC, dedicada à prestação de serviços de manutenção e reparo de pás, que utiliza do conhecimento e infraestrutura na fabricação de pás, para oferecer ao mercado de OEM de aerogeradores um serviço diferenciado.

Atuamos por meio de contratos de fornecimento de longo prazo, segundo os quais dedicamos capacidade em nossas instalações aos clientes em troca de seu compromisso de adquirir volumes anuais mínimos de conjuntos de pás eólicas (que consistem em três pás eólicas). Esse modelo de fornecedor dedicado e colaborativo nos fornece volumes contratados que geram uma previsibilidade de receita significativa, além de gerar também eficiência de capital que nos permite produzir pás eólicas a um custo total entregue, a nosso ver, muito competitivo, ao mesmo tempo que garante capacidade dedicada, crítica para nossos clientes. Com isso, permitimos que muitos dos principais fabricantes de equipamentos originais de turbinas eólicas (OEMs) da indústria, que historicamente dependiam de produção interna, terceirizassem a fabricação de algumas de suas pás eólicas por meio das instalações de manufatura avançadas da Aeris, estrategicamente localizadas, com uma mão de obra qualificada e com custo muito competitivo em escala global.

Além da fabricação de pás para aerogeradores, oferecemos aos nossos clientes os serviços de desenvolvimento de processos de fabricação customizados, além de projeto e fabricação de ferramentas exclusivas para cada produto.

Em novembro de 2020 realizamos a oferta pública inicial de ações (IPO) e os recursos da oferta destinaram-se não somente à expansão da nossa capacidade produtiva, mas também à modernização das atuais instalações fabris e dos processos de apoio a produção, contribuindo para a contínua redução de desperdícios.

Vantagens Competitivas e oportunidades:

Capacidade tecnológica e histórico de entrega

Operando em uma atividade específica e demandante, desenvolvemos ao longo de nossa trajetória amplo capital tecnológico e conhecimento das demandas de nossos clientes, o que nos permite entregar os produtos dentro do prazo e atendendo a todos os padrões mundiais de qualidade, além de estabelecer relevante barreira à entrada de novos concorrentes.

O modelo de negócios verticalizado, no qual somos responsáveis por todas as etapas de produção, desde a gestão da matéria-prima até a entrega do produto acabado, reforça nossa habilidade de entregar pás para aerogeradores customizadas. Dado o controle do processo completo de produção, do processamento de insumos à entrega dos produtos finalizados, detemos o know-how da execução e tecnologia que permite uma maior performance e agilidade na entrega ao cliente. Além disso, não possuímos histórico de recalls e/ou devolução de pás, comprovando a qualidade e consistência de nossa entrega.

No segmento de pás eólicas, possuir um histórico de execução comprovado é fundamental, pois os fabricantes mundiais de turbinas (OEMs) exigem que seus fornecedores demonstrem conhecimento técnico e antecedentes na indústria, dado o elevado nível estratégico que tais fornecedores possuem no modelo de negócio dos OEMs. Neste sentido, o sólido e reconhecido histórico de entrega da Aeris funciona como alta barreira à entrada de novos entrantes.

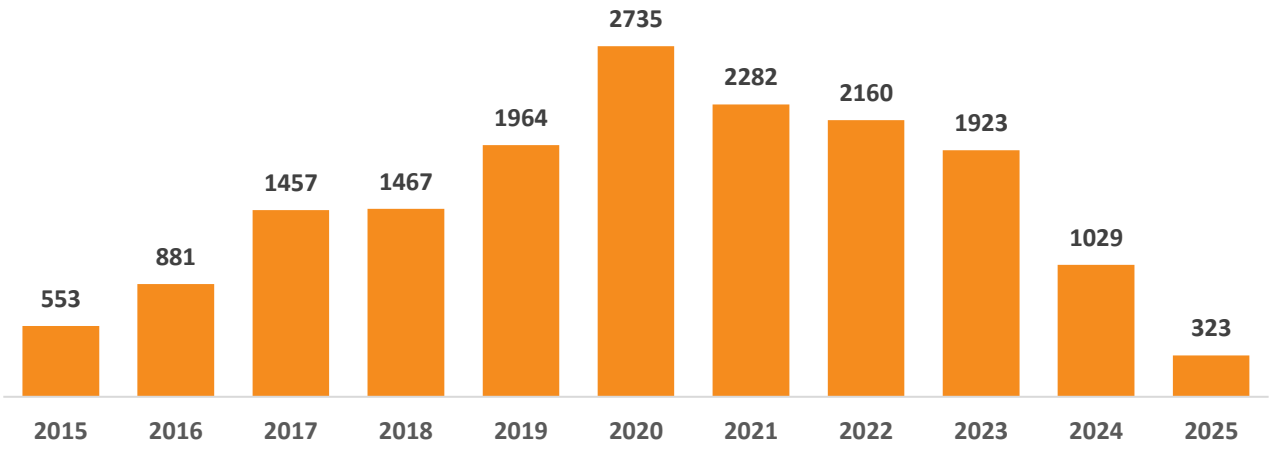
Acreditamos que nossos clientes apoiam nosso crescimento, através de investimentos substanciais na expansão de nossa capacidade produtiva, na forma de taxas contratuais e antecipações de valores, o que comprova o interesse destes fabricantes em nosso crescimento e perpetuação como um fornecedor e exportador de confiança.

Um exemplo que demonstra esta dinâmica com nossos clientes é o relacionamento com a Vestas. Em 2015, assinamos o primeiro contrato com a fabricante para produção de pás com valor total de R$ 855 milhões. Para atender a demanda, a Vestas investiu aproximadamente R$ 125 milhões na ampliação do nosso parque industrial em 15.000 m². Em 2018, dado o sucesso da parceria, o contrato foi renovado por mais 2 anos, compreendendo um valor adicional de R$ 853 milhões para a Aeris. Em paralelo, também em 2018, um novo acordo foi firmado com a Vestas, este para produção de um novo modelo de pás. O acordo possuiu, originalmente, um valor total de R$ 4.253 milhões e compreendeu um investimento na ordem de R$ 250 milhões em nosso parque industrial, ampliando a área em mais 50.000 m². Em 2024, nosso relacionamento com a Vestas foi estendido até 2028 através da celebração do aditivo contratual, já citado.

Em Janeiro de 2026, a Vestas do Brasil Energia Eólica Ltda. e a Casa dos Ventos comunicaram a celebração de contrato para implementação dos projetos Dom Inocêncio Phase I e Dom Inocêncio Phase II, localizados entre os municípios de Dom Inocêncio, Lagoa do Barro e Queimada Nova, no centro-sul do Estado do Piauí, a Companhia e a Vestas iniciaram as negociações para a formalização do contrato de fornecimento, pela Companhia à Vestas, de pás eólicas referentes a até 100% (cem por cento) do share of wallet dos Projetos.

Desta maneira, em um mercado em que os fabricantes de turbina cada vez mais terceirizam a produção das pás, e impulsionado por crescente demanda por inovação e tecnologia, aparecemos como um fornecedor adequado para atender a demanda em todo o mundo.

Histórico de Pás Faturadas (unidades)



Fonte: Companhia

Desde 2022, houve uma redução significativa nos contratos, especialmente no mercado livre, que hoje representam mais de 90% das contratações. A queda na venda de PPAs (Power Purchase Agreement) impactou a produção industrial, já que, sem novos contratos, os geradores não instalam parques reduzindo a demanda da indústria de pás. Após o apagão em agosto de 2023, se intensificou ainda mais o que reacendeu, durante o ano de 2024 e 2025, o debate sobre o "*curtailment*" (despacho reduzido ou corte de geração) de fontes renováveis, principalmente da energia eólica. Além disso, a combinação de uma taxa de juros elevada com um PLD baixo gerou incertezas que

levaram à suspensão e encerramento de alguns projetos. Este cenário vem impactando diretamente na receita e faturamento de pás, como pode ser observado nos gráficos acima.

Parque industrial estrategicamente localizado em região com um dos maiores potenciais eólicos do mundo e logística favorável para exportações.

O nosso parque industrial é capacitado para a produção de pás de grande porte, contando com uma área total superior a 2.041.081 m² e área construída de 205.908 m². Possuímos capacidade produtiva superior a 6.000 pás por ano e um corpo técnico de aproximadamente 1.700 funcionários altamente qualificados e treinados para atender aos mais rigorosos requisitos dos clientes. Nossa fábrica está localizada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, próximo à cidade de Fortaleza (CE), posicionamento que reforça a inserção da Companhia em um dos principais polos de geração e desenvolvimento da indústria eólica no Brasil.

Essa localização estratégica é particularmente relevante considerando a concentração da atividade eólica na região. Segundo dados do Balanço Energético Nacional, o Nordeste responde por aproximadamente 93% da capacidade instalada de geração eólica do país, impulsionado por características geográficas que proporcionam elevada constância e intensidade dos ventos. Nesse contexto, o Ceará, estado onde está localizado o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, mantém-se entre os cinco maiores geradores de energia eólica do Brasil, contando com 166 parques e geração equivalente a aproximadamente 71% da matriz elétrica estadual.

Além da proximidade com um importante ecossistema de geração eólica, acreditamos que a localização próxima ao Porto do Pecém, a cerca de 20 km da fábrica, representa um diferencial competitivo relevante sob a perspectiva logística. A estrutura permite o carregamento das pás diretamente da unidade fabril para as embarcações, reduzindo movimentações intermediárias e custos de armazenagem no processo de exportação. Esse modelo proporciona ganhos relevantes de eficiência, permitindo reduzir custos de entrega tanto para o mercado nacional quanto internacional e oferecer um ciclo logístico mais rápido e confiável para os parques eólicos. Nos últimos anos, a logística tornou-se um fator cada vez mais estratégico para o setor, à medida que a indústria passou a demandar pás de maiores dimensões, buscando ganhos de produtividade, mas também elevando a complexidade e os custos associados ao transporte.

Processo produtivo eficiente

Buscamos manter uma mentalidade de controle de custos e ganho de eficiência nos processos industriais, o que nos possibilita crescer o volume produzido e ao mesmo tempo reduzir o custo de não qualidade nos últimos anos.

Assim, buscamos operar com uma estrutura produtiva enxuta, toda concentrada em um único parque industrial, com foco contínuo na otimização de processos, redução dos desperdícios e consequente maximização dos retornos sobre o capital investido.

No centro de nossa cultura está o cuidado com nossas pessoas e acreditamos que essa abordagem contribui para o engajamento dos funcionários, o que tende a refletir em ganhos de produtividade e retorno financeiro. Esses resultados são compartilhados com os próprios colaboradores, fortalecendo um ciclo positivo de engajamento.

Obstáculos e desafios:

Além dos riscos descritos nas seções 4.1, 4.2 e 4.3 deste Formulário de Referência, buscamos identificar nossas vulnerabilidades e agir para que elas sejam corrigidas ou tenham seu impacto atenuado.

1.3 Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a. produtos e serviços comercializados

A determinação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada em sua estrutura de Governança Corporativa que divide o negócio em: (i) Produção de Pás para Aerogeradores; e (ii) Serviço de Manutenção de Pás para Aerogeradores. O segmento de serviços de manutenção, mesmo ainda com pouca representatividade, vem ganhando força no contexto de negócios da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, esse tipo de operação representava 22,1% e 10,7% do seu faturamento líquido, respectivamente.

Nesse contexto, todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados. As decisões relacionadas ao planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são tomadas em bases consolidadas e considerando somente o segmento de produção de pás para Aerogeradores, pois ele representa 69% da receita total da Companhia.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

A receita líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 746,0 milhões**.**

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

O Prejuízo líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 901,2 milhões.

1.4 Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

a. características do processo de produção

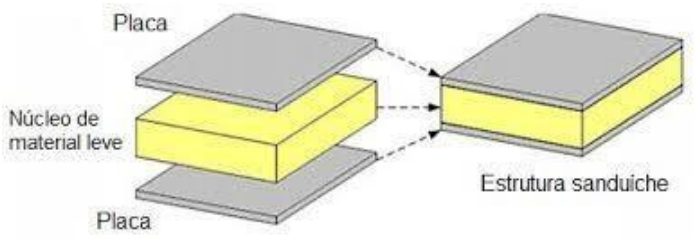
As características específicas de cada modelo de pá fabricada pela Companhia resultam em diferenças sutis no processo produtivo. Feita esta ressalva, o processo produtivo pode ser dividido nas seguintes etapas:

1. Recebimento, inspeção e armazenagem de matéria-prima;
2. Corte de tecidos e formação dos kits de tecidos e de materiais consumíveis;
3. Produção dos componentes da pá;
4. Montagem da pá;
5. Acabamento; e
6. Armazenagem do produto acabado.

Recebimento, inspeção e armazenagem de matéria-prima

Os três principais insumos utilizados na fabricação das pás são as fibras de reforços (fibra de vidro e fibra de carbono), a resina *epóxi* e o núcleo de espuma e madeira de balsa. Esses materiais compõem o que chamamos de compósito sanduíche.

Compósitos sanduíche são materiais obtidos a partir da combinação de outros materiais de forma a obter um produto final com propriedades diferentes dos seus componentes individuais. A estrutura do compósito sanduíche é formada por duas camadas rígidas e resistentes e uma camada leve e relativamente mais espessa entre elas. Essa camada mais leve é chamada de núcleo e sua função é proporcionar um espaçamento entre as camadas externas, resultando em uma estrutura final que atenda aos requisitos de peso e resistência estabelecidos pelo projeto. As camadas externas são compostas por um reforço (fibras de reforços), que absorverá a maior parte dos esforços de tração e flexão e por uma matriz, material responsável por dar forma ao produto final e absorver os esforços de compressão, manter os reforços coesos e transmitir cargas entre eles.



Tecido de fibra de vidro e fibra de carbono

O tecido de fibra de vidro utilizado na fabricação das pás eólicas pode apresentar configuração unidirecional ou multidirecional. Uma vez que a fibra de vidro suporta esforços apenas no seu eixo longitudinal, o projetista define a configuração e a quantidade de camadas de tecido utilizadas em cada região da pá conforme os esforços estruturais aos quais a pá eólica está sujeita, aproveitando, assim, a principal vantagem que os materiais compósitos apresentam sobre os materiais metálicos, que são isotrópicos.

Já o pultrudado de fibra de carbono é fabricado por meio de um processo contínuo no qual as fibras embebidas em resina são “puxadas” e passam por um molde aquecido que define o perfil da secção transversal da peça. Este processo gera peças com alta relação resistência/peso, sendo uma das evoluções tecnológicas em materiais que viabilizaram o aumento do tamanho médio das pás observado nos últimos anos sem com que houvesse aumento exponencial no peso individual das pás eólicas.

Resina epóxi

A resina epóxi é a matriz dos laminados utilizados na pá eólica. É um químico bicomponente amplamente utilizado devido às características como a baixa contração após a desmoldagem, resistência química, resistência mecânica, baixa toxicidade e custo competitivo.

Kit de núcleo

Os materiais de núcleo já são fornecidos em kits processados pelo fornecedor para aplicação direta nos componentes da pá e são compostos por placas de espuma de policloreto de vinila (PVC), politereftalato de etileno (PET) e madeira de balsa.

Cada placa tem todas as suas medidas de largura, comprimento, espessura, densidade, ângulos e chanfros especificamente projetadas para que se encaixem perfeitamente, formando a peça final com todas as propriedades necessárias para sua aplicação.

Em cada placa, também é feito um acabamento com cortes e furações. Os cortes são necessários para dar flexibilidade suficiente às placas para que conformem ao molde. Também servem como canais facilitadores do fluxo de resina durante o processo de infusão. Já os furos permitem a passagem de resina de um lado para o outro da placa propiciando uma distribuição homogênea da resina na peça.

A lista de materiais de uma pá contém tipicamente mais de 200 itens distintos, os quais são recebidos, inspecionados e armazenados conforme controle do sistema de gerenciamento dos estoques (WMS).

O conjunto de inspeções realizado em cada material é definido pela Companhia e compõe o Plano de Controle de Qualidade.

Corte de tecidos e formação dos kits de tecidos e de materiais consumíveis

Para garantir o bom andamento do processo e a produtividade na fabricação das peças, todos os materiais necessários à operação são previamente preparados e processados para que sejam disponibilizados já prontos no ponto de uso e na correta sequência de utilização. Os principais materiais que devem ser previamente preparados na fabricação das pás são os tecidos de fibra de vidro e os materiais auxiliares da infusão.

Corte de tecidos

Os tecidos fornecidos em rolos devem ser cortados na geometria correta de cada camada para deposição nos moldes conforme projeto da pá. O corte das camadas de tecido é feito em máquinas de comando numérico computadorizado (CNC) a partir de planos de corte desenvolvidos em software CAD. Os planos de corte são desenvolvidos de forma a buscar sempre o máximo aproveitamento dos rolos de tecido. Algumas camadas menores e com geometrias menos complexas são cortadas manualmente, com auxílio de mesas, gabaritos e tesouras elétricas.

Após cortadas, as camadas são separadas em kits para cada peça, com o sequenciamento correto de utilização e devidamente embaladas para evitar contaminação.

Costura de tecidos

Alguns pacotes de camada são costurados para facilitar e acelerar o posicionamento no molde e para evitar qualquer desalinhamento de tecidos durante o posicionamento das camadas. A costura é feita em máquina de costura CNC ou em máquina de costura industrial simples. Após costurados, os pacotes são separados e embalados para evitar contaminação.

Montagem dos kits de consumíveis

Diversos materiais consumíveis são utilizados para auxiliar no processo de infusão e de fabricação da pá. Muitos deles devem ser preparados e cortados no formato adequado para serem enviados à produção prontos para utilização. Dentre estes materiais, destacam-se:

- O “*peel ply*” é um tecido de poliamida texturizado utilizado para dar rugosidade à superfície da peça para que ela tenha aderência à resina e massa de colagem que serão aplicadas sobre ela;

- A "*tela transfer*" é uma tela plástica utilizada para controlar o fluxo de resina na peça garantindo a qualidade do laminado final;

- O plástico perfurado é um filme de poliolefinas, com furos para permitir a passagem de resina, utilizado para separar os outros consumíveis da peça. Por não ser aderente à resina epóxi, permite que os consumíveis sejam removidos com facilidade;

- Kits de mangueiras são utilizados para transportar a resina para a peça durante o processo de infusão. Os kits são montados previamente com o acoplamento das mangueiras a válvulas e conectores, utilizando abraçadeiras e fita selante para vedação.

Produção dos componentes da pá

Embora algumas pás tenham diferenças de configuração, a grande maioria delas é produzida pela junção dos seguintes componentes:

- Cascas;
- Alma(s) do Bordo de Ataque;
- Alma(s) do Bordo de Fuga;
- Segmentos ou pré-fabricados de Raiz;
- *Sparcaps* (de fibra de vidro ou de pultrudado de fibra de carbono); e
- Tampa da Pá (Close Out).

Produção de peças em compósito por moldagem por transferência de resina assistida por vácuo (VARTM)

A planta de fabricação da Companhia é capacitada para fabricar pás com a tecnologia de produção de compósitos através de infusão assistida por vácuo (VARTM). O processo se inicia com a preparação dos moldes. Primeiramente, é realizada a limpeza da superfície, com pano seco, para remoção de poeira e outros resíduos. Caso necessário, também podem ser utilizados agentes de limpeza e espátulas cegas para remoção de resinas, ceras e outros contaminantes provenientes de fabricações anteriores. A seguir, é feita a aplicação de agente desmoldante, responsável por evitar a aderência da peça ao molde, prevenindo a ocorrência de possíveis danos, tanto à um quanto ao outro, durante a desmoldagem.

Com o molde preparado, é feita a deposição dos materiais constituintes da peça. No caso das cascas, o primeiro material é o *gelcoat* ou *process coat*, um químico bicomponente, compatível com resina epóxi, de cor transparente, utilizado para dar acabamento à superfície da peça, selando seus poros, protegendo contra raios UV, caso seja necessário manter a peça em ambiente externo antes da pintura, e promovendo uma superfície adequada e compatível com os materiais de acabamento que

serão posteriormente aplicados. Para as peças internas da pá, que não serão acabadas ou expostas ao ambiente externo, esse material não é necessário.

Sobre o *gelcoat* ainda em cura, o processo se inicia já com a deposição dos tecidos de fibra de vidro. Para as peças em compósito sanduíche, também são posicionados os materiais de núcleo, conforme sequência definida no projeto da pá. No caso das cascas, as *sparcaps* de material compósito (fibra de vidro e resina epóxi e pultrudado de carbono e fibra de carbono e de vidro) também são posicionadas nessa etapa, e serão infundidas junto com os outros materiais.

Com todos os itens constituintes da peça devidamente posicionados no molde, é feita a montagem do plano de infusão e o isolamento do sistema para o vácuo. Esse isolamento é obtido com o uso de um filme plástico elastomérico, de poliamida, selado sobre todo o perímetro do molde com o auxílio de fita selante, de borracha de butila.

O vácuo é então aplicado ao sistema pelo uso de bombas de vácuo e a resina líquida é infundida para dentro da peça pela ação da pressão atmosférica, impregnando as camadas de fibra de vidro. Após a cura da resina, a bolsa é removida e a peça sólida pode ser desmoldada.

Montagem da pá

Nessa etapa, todos os componentes da pá são colados para formar o produto final. As almas são preparadas e montadas no dispositivo de colagem das almas (DCA), equipamento desenvolvido para garantir o correto posicionamento das almas na casca. A união é feita com massa de colagem, um adesivo estrutural bicomponente a base de epóxi, que promove a adesão mecânica entre as peças. A aplicação da massa é feita por máquinas específicas que garantem a correta mistura e proporção dos componentes e a vazão do produto. Além disso, são utilizados gabaritos para definir o perfil correto da massa aplicada para evitar falhas na colagem.

Uma vez aplicada a massa, o dispositivo de colagem das almas é levado para a casca, e as almas são posicionadas e pressionadas sobre as linhas de colagem. O dispositivo permanece na casca até que massa esteja totalmente curada, garantindo que as almas não saiam de posição ou se inclinem durante o processo. Essa fase é chamada de colagem. Nesta fase, também são fixados alguns componentes do sistema de para raios, utilizando adesivo poliuretano bicomponente.

Após a remoção do DCA, é feita uma nova aplicação de massa para colagem de uma casca na outra. O próprio molde é equipado com dispositivo que permite o seu fechamento e união das cascas. O molde permanece fechado até que a massa esteja curada. Após a cura da massa, é possível abrir o molde e desmoldar a pá.

A qualidade da colagem é verificada através de inspeção não destrutiva. Os métodos utilizados são inspeção visual e inspeção por ultrassom.

Acabamento

O processo de acabamento se inicia com a trimagem do perímetro da pá para a remoção das rebarbas provenientes dos processos de infusão e fechamento da pá. Após esse ajuste, o processo prossegue com a laminação de reforços nos bordos da pá. Esse processo é feito por impregnação manual de tecidos de fibra de vidro com resina epóxi bicomponente específica para esse tipo de aplicação. A seguir, as camadas impregnadas são posicionadas na pá, de acordo com as definições do projeto.

Em seguida, dois químicos bicomponentes à base de poliuretano são utilizados para dar acabamento, o *putty*, massa utilizada para dar forma e corrigir o perfil da pá e o *porefiller*, massa utilizada para preenchimento de poros da superfície. Após a aplicação do *putty* outro químico bicomponente (*leading edge protection* - LEP) costuma ainda ser aplicado no bordo de ataque da pá para a maior resistência dessa região contra o efeito erosivo ao qual será submetido durante sua operação.

Após a cura dos reforços, do *putty* e do LEP, a pá deve ser preparada para a pintura, através de lixamento de sua superfície por máquinas de lixamento semiautônomas e por processo de lixamento manual. Esse processo promove a rugosidade adequada para correta aderência da tinta.

A pintura é feita com tinta bicomponente aplicada por rolos de pintura. Os rolos são específicos para garantir a rugosidade final da superfície e não deixar pelos ou outros resíduos aderirem na superfície da pá. Na região da ponta da pá pode vir a receber ainda tinta de coloração vermelha bicomponente para formar a marca de aviação, caso tenha sido requerida por nossos clientes.

No acabamento, a pá passa por um processo de processamento da sua raiz, para que essa superfície esteja adequadamente preparada para que a montagem da pá no aerogerador ocorra de maneira precisa. Esse processo varia bastante entre os diversos modelos de pás, mas a Companhia busca agrupá-los, basicamente, em dois grupos: (i) pás que possuem sua raiz formada exclusivamente por material composto e, neste caso, o processamento da raiz normalmente inclui o processo de furação e faceamento; e (ii) pás cuja raiz apresenta insertos metálicos e materiais compostos e, neste caso, o processamento costuma ser restrito ao faceamento dos insertos. Tal processamento pode acontecer antes ou depois de outros processos, sendo que tal definição é tomada tendo como meta a otimização do fluxo produtivo no prédio de acabamento das pás.

Na etapa final do acabamento, são instalados os últimos componentes do sistema de para raios, bem como a tampa da pá (*Close Out*) na raiz da pá.

A seguir, as pás são pesadas para formação do set de três pás que serão instaladas na mesma torre. Caso necessário, é inserida nas pás material químico bicomponente na quantidade necessária para que as três pás do set estejam com o momento de inércia na mesma faixa. Tal processo é denominado de balanceamento do set de pás.

Por último, são coladas as etiquetas e adesivos informativos da pá, adesivos reflexivos, proteção de ponta e cobertura da raiz. É feita uma inspeção final na pá, para garantir a qualidade do produto e a seguir a pá é enviada para a área de estocagem.

Armazenagem do produto acabado

Um pátio externo é utilizado para a armazenagem das pás. O produto acabado não exige, nesta etapa, nenhuma proteção adicional. Antes da expedição das pás para os parques eólicos, é feita uma última inspeção visual de qualidade.

Comparação entre a produção anual e a capacidade instalada

Segue abaixo quadro que evidencia a capacidade instalada da fábrica da Companhia, bem como a produção da referida fábrica no encerramento de 31 de dezembro de 2025:

Fábrica	Total	Encerrado em 31 de dezembro de 2025
Capacidade Instalada	PÁS/Ano	484
Produção	PÁS/Ano	323

Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros vigentes na modalidade responsabilidade civil por danos materiais, corporais e morais causados a terceiros.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos, conforme indicados na tabela abaixo:

APÓLICES	Seguradora	Modalidade	Valor em Risco	Limite Máximo Indenizável	Prêmio*	Fim da validade
POSI - Seguro de Responsabilidade para Ofertas Públicas de Valores Mobiliários (IPO)	TOKIO MARINE	Responsabilidade Civil Administradores e Acionistas	N/A	R$ 30.000.000,00	R$ 189.792,81	10/11/2026
POSI - Seguro de Responsabilidade para Ofertas	GENERALI	Responsabilidade Civil	N/A	R$ 30.000.000,00	R$ 174.489,68	23/02/2028

Públicas de Valores Mobiliários (FOLLOW)		Administradores e Acionistas				
Apólice D&O (Responsabilidade Civil dos administradores);	GENERALI	Responsabilidade Civil Administradores	N/A	R$ 60.000.000,00	R$ 38.314,40	31/12/2026
Seguro de Frota de Automóveis e Caminhões	EZZE	Veículos	Varia por tipo de cobertura**		R$ 53.827,54	31/12/2026
Apólice RD Equipamentos (Seguro de Operação)	FAIRFAX	Risco Diversos - Patrimonial	N/A	R$ 1.480.000,00	R$ 29.000,00	04/07/2026
Seguro Garantia (Contratos de Energia) AUREN	ESSOR	Garantia	N/A	R$ 491.441,76	R$ 5.897,30	31/01/2027
Seguro de Riscos Operacional - AERIS I / AERIS II	HDI	Risco Operacional	R$ 2.132.405.367,87 – Materiais R$ 160.854.876,89 – Lucro Cessante	R$ 593.000.000,00	R$ 1.711.739,79	21/08/2026
Apólice de RC Geral	FARIFAX	Responsabilidade Civil	N/A	R$120.000.000,00	R$ 429.520,00	21/08/2026
Apólice Seguro Reta	MAPFRE	Drone	N/A	R$ 778.682,61	R$ 3.816,75	22/09/2026
Apólice Empresarial	CHUBB	Escritório de Fortaleza	R$ 3.500.000,00 – Incêndio, Raio e Explosão R$ 720.000,00 – Danos Elétricos R$ 420.000,00 – Aluguéis à Terceiros	R$ 3.920.000,00	R$ 1.239,78	18/06/2026
Apólice Empresarial	CHUBB	Escritório de São Paulo	R$ 2.000.000,00 – Incêndio, Raio e Explosão	R$ 2.120.000,00	R$ 1.153,29	25/10/2026

			R$ 400.000,00 – Danos Elétricos R$ 120.000,00 – Aluguéis à Terceiros			

As apólices de seguros estabelecidas pela Companhia possuem coberturas determinadas por análise da sua área própria de seguros e junto a especialistas das corretoras que a auxiliam na colocação de suas apólices, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados pela Companhia suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades da Companhia, estando, portanto, dentro dos padrões do mercado segurador.

b. características do processo de distribuição

A Companhia transfere a posse e a propriedade de seus produtos dentro das dependências do parque fabril onde foram fabricados. O processo de transporte até os parques eólicos e a instalação das pás faz parte do escopo dos clientes da Companhia.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

A Companhia atua na fabricação de pás eólicas, fornecendo produtos personalizados para mercados nacionais e internacionais. A Companhia é responsável pela fabricação da maioria das pás eólicas instaladas em território nacional nos últimos anos e produziu em 2025 o equivalente 1% (em MW) do mercado global, desconsiderando o mercado chinês, de acordo com dados da Wood Mackenzie. A menor representatividade observada em 2025 reflete principalmente o cenário desafiador enfrentado pela indústria eólica brasileira nos últimos anos, marcado pela redução significativa das novas contratações, especialmente no mercado livre, além de fatores como juros elevados e desafios estruturais relacionados ao *curtailment*. Esse contexto impactou a entrada de novos projetos e reduziu o nível de atividade da cadeia produtiva ao longo do período.

A Companhia acredita ser o principal fabricante brasileiro de pás eólicas e desempenha um papel relevante como exportador. Atualmente, a Companhia é capaz de atender todo o seu mercado-alvo com fabricação centralizada no Brasil e atuação global por meio da divisão de serviços (oferta de produtos e serviços associados).

A composição da receita operacional líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, totalizou R$ 1.516.484, e R$ 746.006 em 31 de dezembro de 2025. Abaixo consta

a descrição entre serviços prestados a partir da unidade de negócios da Companhia no exterior, exportações a partir da matriz e vendas no mercado brasileiro:

Receita operacional líquida em		
	31 de dezembro de 2024	**31 de dezembro de 2025**
Aeris EUA	7,89%	14,20%
Exportações da Matriz	5,15%	34,61%
Mercado Brasileiro	86,97%	51,19%
Total	**100%**	**100%**

Em 2024 e 2025, a Companhia importou matéria-prima de dezenas de países, com destaque para os Estados Unidos, Alemanha, China, Espanha, Índia, Países Baixos, Turquia, Polônia e México. A Companhia exportou pás em 2024 e 2025 para os Estados Unidos. Em 2026 a previsão é ter pás exportadas e para mercado nacional.

ii. condições de competição nos mercados

Os contratos de fornecimento de longo prazo de pás firmados entre a Companhia e seus clientes preveem condições comerciais tanto para o mercado local, quanto para exportação das pás. A Companhia passou a exportar, em 2017, e, desde então, provou ser competitiva para manter o crescimento nas vendas para o mercado externo ao mesmo tempo em que é líder na produção de pás para o mercado local. A Companhia tem como principais competidores a TPI Composites Inc e a LM Wind Power, além de competidores que atendem primariamente o mercado chinês. Além destes, a Companhia pode competir, em alguns casos, com fábricas de seus próprios clientes quando estes decidem por verticalizar parte da produção.

d. eventual sazonalidade

Tanto a produção das pás quanto o envio aos parques eólicos não sofrem qualquer efeito da sazonalidade.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia adquire matérias-primas de fornecedores aprovados no processo de homologação tanto pela própria Companhia quanto pelos seus clientes. Os fornecedores devem obrigatoriamente atender às especificações do produto, bem como terem a certificação da DNV-GL (Det Norske Veritas

– Germanischer Lloyd) atestando que os materiais são produzidos e sua documentação seguem os padrões definidos para o mercado de turbinas eólicas e seus componentes.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Assim como existe forte concentração na posição ocupada pela Companhia na cadeia de valor, bem como dos clientes da Companhia, as empresas que ficam à montante na cadeia de valor também competem em um ambiente consolidado, o que faz com que a Companhia tenha poucas alternativas de fornecimento para diversos itens críticos para a manufatura das pás.

Durante o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2025 a Companhia pagou a fornecedores de material direto Nacional e Internacional o montante de R$ 294,0 mi, dos quais 82% se concentram em 10 fornecedores abaixo.

Fornecedores	Montante
DOWAKSA ILERI KOMPOZIT MALZEMELER	83.118.941,67
OWENS CORNING FIBERGLASS A S LTDA	43.403.426,06
BLUE CUBE BRASIL COMERCIO	38.880.352,81
JMBWIND BRASIL LTDA	17.383.963,38
JMB Sp. z o.o.	13.527.572,82
WESTLAKE EPOXY BV	12.801.449,03
Blue Cube Operations LLC	11.443.657,72
POLYTECH A/S	9.047.763,58
MANKIEWICZ GEBR. & CO.	5.529.921,10
AEROVAC MONDOVI ITALIA SRL	4.973.376,16

Em 31 de dezembro de 2025, os dez maiores fornecedores de matérias primas da Companhia receberam pagamentos que equivalem a mais de 32% da receita líquida da Companhia.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Como já descrito nos itens 4.3 e 5.1 deste Formulário de Referência, os preços das matérias-primas estão sujeitos à volatilidade. Os mecanismos de precificação previstos nos contratos de fornecimento de longo prazo de pás firmados entre a Companhia e seus clientes mitigam a eventual volatilidade nos preços de matérias-primas, uma vez que suas variações são repassadas aos clientes.

1.5. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. montante total de receitas provenientes do cliente

A totalidade da receita auferida foi distribuída, principalmente, entre 4 clientes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2025, conforme abaixo:

Receita operacional líquida				
	31/12/2025		31/12/2024	
	(Em milhares de Reais)	(em %)	(Em milhares de Reais)	(em %)
Vestas	533.931	71,57%	788.449	51,99%
General Electric	115.967	15,55%	126.023	8,31%
Nordex Acciona	1.040	0,14%	438.583	28,92%
WEG	942	0,13%	127.612	8,42%
Outros	24.472	3,28%	5.712	0,37%
Receita de Venda de Energia	69.654	9,34%	30.105	1,99%
Total	**746.006**	**100%**	**1.516.484**	**100%**

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, considerando que a Companhia possui apenas um segmento de negócios. Para mais informações, vide item 1.3 deste Formulário de Referência.

1.6 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A Companhia não desempenha atividades em segmentos regulados, ou ainda para as quais necessite de agências reguladoras e/ou autorizações governamentais. A necessidade de obtenção de aprovações se restringe àquelas de natureza legal e genérica.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Devido à natureza das suas atividades desenvolvidas, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a leis e regulamentos relativos à proteção do meio ambiente, cujo cumprimento é fiscalizado por órgãos e agências governamentais.

As eventuais violações à legislação ambiental podem gerar responsabilidade ambiental nas esferas administrativa, criminal e civil.

Esferas de responsabilidades relacionadas ao cumprimento de obrigações legais e regulamentares:

Responsabilidade Administrativa

No que se refere à responsabilidade administrativa, prevista genericamente pela Lei Federal n.º 9.605/1998 ("Lei de Crimes Ambientais") e regulamentada pelo Decreto Federal n.º 6.514/2008, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental.

A responsabilidade administrativa decorre de uma ação ou omissão do agente que importe na violação de qualquer norma de preservação, proteção ou regulamentação do meio ambiente e, tal como a responsabilidade penal, depende da verificação de culpa ou dolo para sua caracterização, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

As sanções a serem impostas às pessoas físicas ou jurídicas pelo cometimento de eventual infração administrativa podem incluir advertência, multas de até R$ 50 milhões, que podem ser duplicadas ou triplicadas em caso de reincidência, inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade, demolição de obra, suspensão parcial ou total de atividades, além das sanções restritivas de direito, que envolvem a suspensão de registro, licença ou autorização, perda ou suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de ser contratado por entes públicos.

Responsabilidade Criminal

Na esfera criminal, a Lei de Crimes Ambientais sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia).

A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, resultando na extensão da responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos.

Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê, em seu artigo 4º, a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica caso haja obstáculos ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Nessa situação, os sócios passam a ser responsáveis pela reparação e/ou compensação do dano causado ao meio ambiente.

Em relação às pessoas jurídicas, a Lei de Crimes Ambientais prevê as seguintes penalidades, de forma isolada, cumulativa ou alternativa: (i) multa; (ii) restritivas de direitos (tais como: suspensão parcial ou total de atividades; interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações); e/ou (iii) prestação de serviços à comunidade (tais como: custeio de programas e de projetos ambientais; execução de obras de recuperação de áreas degradadas; manutenção de espaços públicos; e contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas).

Responsabilidade Civil

Na esfera civil, a responsabilidade ambiental, delineada pela Lei Federal n.º 6.938/1987 ("Política Nacional do Meio Ambiente") é objetiva, ou seja, independe da existência de culpa, bastando a comprovação do dano e do nexo de causalidade entre esse e a atividade de desenvolvida pela companhia para que seja configurada a obrigação de reparação e/ou compensação ambiental.

Além disso, a responsabilidade civil por danos ao meio ambiente poderá alcançar tanto o poluidor direto como o poluidor indireto, de modo que os danos ambientais causados por terceiros que a Companhia venha a contratar poderão dar ensejo à sua obrigação de repará-los e/ou compensá-los como, por exemplo, as atividades relacionadas à destinação final de resíduos sólidos, ainda que realizada por terceiros contratados.

Adicionalmente, a legislação ambiental prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, sempre que esta for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados ao meio ambiente.

De acordo com a legislação federal brasileira, a Política Nacional do Meio Ambiente prevê que a construção, instalação, expansão, modificação e operação de atividades potencialmente poluidoras, que utilizem recursos naturais, que de alguma forma causem degradação do meio ambiente e que possam vir a causar danos ambientais estarão sujeitas ao licenciamento ambiental, que pode vir a ocorrer em âmbito federal, estadual ou municipal. O processo de licenciamento, por sua vez, poderá englobar três diferentes etapas, com a obtenção de Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI) e, por fim, a Licença de Operação (LO). Referidas licenças possuem validade limitada, de modo que deverão ter sua renovação tempestiva e periodicamente solicitada perante os respectivos órgãos ambientais competentes, sob pena de perda de sua validade. Além disso, as licenças ambientais podem vir a estabelecer condicionantes técnicas para o desenvolvimento de atividades, que podem, eventualmente, impactar e condicionar a operação de atividades da Companhia.

A ausência de licença ambiental ou a operação em desacordo com as licenças ambientais emitidas, independentemente de a atividade estar causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental e sujeita o infrator a sanções criminais e administrativas, além da obrigação de recuperar e/ou compensar eventuais danos causados ao meio ambiente. No âmbito administrativo, além das sanções descritas no item acima, as multas, na esfera federal, podem chegar a R$ 10 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência genérica e específica, respectivamente).

O gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos gerados pela Companhia deve obedecer às previsões da Lei Federal n.º 12.305/2010. O responsável pela geração de resíduos sólidos é também responsável pela sua segregação, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, podendo ser obrigado a reparar e/ou compensar os danos ambientais decorrentes da má gestão dos resíduos sólidos.

Portanto, a disposição inadequada de resíduos pode causar danos ao meio ambiente, à vida e saúde da população e, consequentemente, ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa e penal, além da responsabilidade pela reparação e/ou compensação do dano causado na esfera cível, conforme indicado acima.

Ainda, segundo a legislação ambiental brasileira, o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador da contaminação, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação, recuperação e/ou compensação dos danos associados.

São consideradas áreas contaminadas aquelas em que comprovadamente houve poluição ocasionada pela disposição, acúmulo, armazenamento ou infiltração de substâncias ou resíduos, implicando impactos negativos sobre os bens a proteger.

Vale destacar que a responsabilidade civil ambiental relacionada à remediação da contaminação do solo e das águas subterrâneas é objetiva e solidária, além de ser considerada como uma obrigação *propter rem* (ônus que acompanha o imóvel).

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei n.º 9.279/96 ("Lei da Propriedade Industrial") dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade industrial no Brasil. Após a aprovação do registro da marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade de tal marca e o direito exclusivo de uso no Brasil, pelo prazo determinado de 10 (dez) anos, prorrogável por períodos iguais e sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido.

A Companhia não possui dependências de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de *royalties* relevantes para o desenvolvimento das suas atividades.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

ii. em favor de partidos políticos

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não aplicável, uma vez em que a Companhia não prestou quaisquer contribuições financeiras, diretamente ou por meio de terceiros, em favor das categorias indicadas nos itens acima.

1.7 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Conforme apresentado na tabela a seguir, as receitas obtidas no mercado brasileiro representaram 53,4% em 31 de dezembro de 2025 e 86,9% em 31 de dezembro de 2024, respectivamente.

Receita Operacional Líquida		
(Em milhares de reais)	**31 de dezembro de 2024**	**31 de dezembro de 2025**
Mercado Internos	1.318.839	398.784
Mercado Externo	197.644	347.222
Total	1.516.484	746.006

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

	31 de dezembro de 2024		**31 de dezembro de 2025**	
	(Em milhares de reais)	**% da Receita Total**	**(Em milhares de reais)**	**% da Receita Total**
- Estados Unidos	197.644	13,1%	287.812	38,6%
- Guatemala	-	0,0%	56.825	7,6%
- México	-	0,0%	2.585	0,3%
- TOTAL	197.644	13,1%	347.222	46,5%

1.8 Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

As exportações da Companhia estão sujeitas à regulação dos países dos seus importadores, com destaque para os Estados Unidos da América, deixando-a exposta a vários riscos relacionados às operações internacionais, conforme identificados nos itens 4.1, 4.2 e 4.3 deste Formulário de Referência, entre os quais, destacamos:

Uma escalada de protecionismo pode inviabilizar nossas exportações com significativo impacto em nossa receita: O protecionismo é utilizado por praticamente todos os países em maior ou menor grau, sendo um conjunto de medidas a serem tomadas no sentido de favorecer as atividades econômicas internas, reduzindo e dificultando ao máximo, a importação de produtos e a concorrência internacional. Quanto maior o poder econômico de um país, maior será seu grau de influência no mercado internacional. No mercado em que atuamos, há vários países fabricantes de pás eólicas com grande poder econômico. Dentre eles vale destacar, como exemplo, os Estados Unidos. Caso os Estados Unidos decidam estabelecer alguma medida protecionista ou acordos comerciais com outros países que exportam pás, nossa competitividade pode diminuir inviabilizando nossas exportações e com isso impactar de forma relevante e adversa nossa receita e nossos resultados.

Uma mudança significativa na taxa de câmbio pode afetar nossa competitividade em mercados internacionais: A taxa de câmbio tem papel fundamental na economia de um país, uma vez que pode influenciar diretamente no sistema econômico, afetando as empresas nacionais. A desvalorização da moeda brasileira em relação ao dólar ou outras moedas estrangeiras pode resultar em pressões inflacionárias adicionais no nosso país, levando a um aumento nas taxas de juros, limitando nosso acesso aos mercados estrangeiros e enfraquecendo a confiança dos investidores no Brasil. Por outro lado, a valorização do real em relação ao dólar pode levar a uma deterioração da conta corrente e da balança de pagamentos do país, o que pode comprometer as exportações brasileiras. Qualquer um desses eventos pode prejudicar de forma relevante e negativa a economia brasileira como um todo e, consequentemente, nossos resultados.

A constante flutuação no câmbio e variação do real frente às moedas internacionais, entre elas principalmente o dólar, oferece grande risco ao nosso segmento de atuação, devido principalmente ao fato de a maior parte dos clientes serem internacionais. Para as empresas exportadoras, a baixa do dólar oferece menores benefícios, pois o pagamento dos produtos comercializados será feito com uma moeda desvalorizada, acarretando a nós possíveis prejuízos financeiros e perda de competitividade frente aos players internacionais.

Em 31 de dezembro de 2025 a taxa de câmbio entre o real e o dólar era de R$ 5,50 por US$ 1,00, representando uma valorização da moeda brasileira frente ao dólar de 11,1%, em relação a 31 de dezembro de 2024.

Uma desvalorização do real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados, por conta da retração no consumo e do aumento de nossos custos. Não exercemos quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispomos da capacidade de prevê-la. Nosso negócio, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

O desempenho financeiro futuro da Companhia dependerá de forma significativa do cenário econômico e das condições sociais e políticas em curso nos mercados importadores de pás para aerogeradores. A capacidade de exportar seus produtos no futuro pode ser adversamente afetada por fatores que estão além de seu controle, tais como: (i) variações cambiais; (ii) mudanças adversas nos incentivos fiscais para energias renováveis, em especial a energia eólica; (iii) aumento de tarifas de importação; e (iv) quaisquer eventos que possam afetar o transporte e as operações portuárias necessárias para que as pás cheguem a seu destino.

Os países para os quais a Companhia pode efetuar suas exportações podem barrar seus produtos, proibindo a compra destes por períodos indeterminados, por diferentes razões, incluindo alterações na legislação aplicável.

1.9 Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia divulga informações ASG uma vez por ano, por meio de Relatório Anual de Sustentabilidade da Companhia ("Relatório de Sustentabilidade"), o qual está disponível na página de relações com investidores da Companhia, na área específica e dedicada à sustentabilidade (vide item 1.9.d deste Formulário de Referência).

O Relatório de Sustentabilidade da Companhia é estruturado a partir de informações e indicadores socioambientais e econômicos, e leva em conta o reporte de todas as informações relacionadas aos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), sendo a Companhia signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas desde o ano de 2016.

O Relatório de Sustentabilidade é disponibilizado em português e inglês, com o objetivo de reportar estas informações de forma acessível e clara para as diferentes partes interessadas.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

A Companhia utiliza como referência para estruturação e elaboração das informações as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), entidade internacional que define indicadores de *performance* para aspectos ASG.

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O documento não é auditado ou revisado por uma entidade independente, sendo as informações submetidas a processo de verificação e validação interna.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O Relatório de Sustentabilidade pode ser acessado na página de relações com investidores (https://www.ri.aerisenergy.com.br/pt/content/company/sustainability), no site institucional (https://www.aerisenergy.com.br/pt-br/nosso-proposito-sustentabilidade) e no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br).

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

O Relatório de Sustentabilidade divulga os temas mais relevantes à sustentabilidade da Companhia, definidos em um processo de materialidade realizado bienalmente até 2024. Além do engajamento de stakeholders, esse processo consideram políticas e práticas corporativas da Companhia, o posicionamento de outras organizações do setor e os interesses manifestados pelos principais stakeholders. Além disso, tem base nas recomendações de frameworks globais sobre o tema, elaborados por instituições especializadas – além da GRI, foram observadas orientações gerais da International Integrated Reporting Council (IIRC), do Pacto Global das Nações Unidas, do Fórum Econômico Mundial e da Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

A Companhia ressalta que a materialidade vigente é válida para os Relatórios de Sustentabilidade relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, permanecendo aplicável aos exercícios subsequentes até que uma nova rodada de engajamento de partes interessadas seja concluída e uma matriz atualizada seja publicada.

De forma complementar, a Companhia pondera a significância dos seus impactos econômicos, ambientais e sociais e qual a relação destes com as avaliações e decisões dos stakeholders. Com isso, os impactos relevantes, dentro e fora da Aeris, relacionados às atividades, produtos, serviços e interações sociais foram levados em consideração e estruturaram os indicadores materiais para o Relatório de Sustentabilidade referente ao ano de 2023, compondo a Matriz de Relevância conforme os eixos e tópicos abordados a seguir:

Em complemento à avaliação contextual, no âmbito interno, a Companhia avaliou suas prioridades em relação à sustentabilidade, a partir de suas políticas corporativas e da visão estratégica do negócio. Esse processo envolveu, ainda, a consideração da significância dos impactos econômicos, ambientais e sociais de cada aspecto, bem como sua influência sobre as avaliações e decisões dos stakeholders. Assim, com base nas respostas dos stakeholders, bem como dos compromissos da Companhia em relação à sustentabilidade, foram definidos nove tópicos materiais, apresentados no Relatório de Sustentabilidade.

Além da divulgação dos temas materiais, o Relatório de Sustentabilidade da Companhia adotou também indicadores-chave de desempenho baseados em estudo que considerou os desafios atuais e futuros da Companhia e da região onde esta se encontra inserida, utilizando-se também do Sumário Remissivo GRI, no qual são apresentados indicadores selecionados por tópicos, com base em temas relevantes elencados e que compõem os indicadores de desempenho a serem monitorados e reportados pela Companhia.



f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

O Relatório de Sustentabilidade considera os ODS estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, sendo considerados ODS materiais para os negócios da Companhia, atualmente:

- 3 – Saúde e bem-estar;
- 4 – Educação de qualidade;
- 5 – Igualdade de gênero;
- 7 – Energia limpa e acessível;
- 8 – Trabalho decente e crescimento econômico;
- 12- Consumo e produção responsáveis; e
- 13 – Ação contra a mudança global do clima.

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

As mudanças climáticas já estão em curso e podem se agravar, conforme vários anúncios já feitos pelo Painel Intergovernamental da Organização das Nações Unidas sobre Mudança Climática (IPCC/ ONU). A recomendação é que os países concentrem esforços de mitigação e adaptação, para limitar

as emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) – oriundos, principalmente, da queima de combustíveis fósseis. A expansão da capacidade instalada de energia eólica desempenha um papel fundamental na redução das emissões de GEE e na mitigação das mudanças climáticas. Para gerar energia eólica não há emissão de CO_2 (dióxido de carbono) nem CO (monóxido de carbono), gases que influenciam diretamente nas condições climáticas, além de oferecerem riscos para o equilíbrio dos ecossistemas e comprometerem uma série de atividades econômicas, causando inclusive impactos sociais. Os anos recentes foram marcados por eventos climáticos extremos — secas, enchentes e ondas de calor — em diversas regiões do Brasil e do mundo.

No exercício de referência, a Companhia realizou o reporte ao *Carbon Disclosure Project* (CDP), das informações relacionadas as suas emissões, reforçando a transparência de suas informações e seu compromisso com transição para uma economia de baixo carbono.

Além disso, o Relatório de Sustentabilidade é orientado pelas diretrizes da GRI e identifica a ação contra a mudança global do clima como um tema material. Assim, atende parcialmente às recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD), no que se refere ao reporte de governança, estratégia, gestão de riscos, métricas e metas relacionadas ao tema.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Com base na metodologia *GHG Protocol*, a companhia calcula suas emissões de gases do efeito estufa (GEE), buscando alternativas para reduzir a pegada de carbono de suas próprias operações, e, assim, contribuir no combate às mudanças climáticas.

Em 2025, as emissões de GEE totalizaram 5,76 mil tCO2, distribuídas entre três escopos, conforme tabelas abaixo:

Fontes de Emissão – ESCOPO 1 (2025)	
Combustão estacionária	18,55
Combustão móvel	514,23
Emissões fugitivas	3,66
Resíduos sólidos	2,47
Efluentes	0,54
Total do escopo 1	539,45

Fontes de Emissão – ESCOPO 2 (2025)	
Energia elétrica	1.072,54

Total do escopo 2 (baseado em localização)	1.072,54
Total do escopo 2 (baseado em escolha de compra)	0

Fontes de Emissão – ESCOPO 3 (2025)	
Transporte de colaboradores	4.008,32
Viagens a negócios	66,20
Resíduos gerados nas operações	69,24
Total do escopo 3	4.143,76

Mais informações acerca da emissão de GEE's pela Companhia podem ser acessadas através do Relatório de Sustentabilidade, acessado conforme informado no item 1.9(d) acima.

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia divulga informações ASG em seu Relatório de Sustentabilidade, conforme descrito acima.

ii. a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota matriz de materialidade em seu Relatório de Sustentabilidade, conforme descrito acima.

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, tendo em vista que o Relatório de Sustentabilidade da Companhia adota indicadores-chave de desempenho ASG.

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Por não ser obrigatório, a Companhia optou por não auditar o Relatório de Sustentabilidade

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que o Relatório de Sustentabilidade considera os ODS e é orientado pelas diretrizes da GRI.

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia calcula suas emissões de gases do efeito estufa (GEE), buscando alternativas para reduzir a pegada de carbono de suas próprias operações, e, assim, contribuir no combate às mudanças climáticas, conforme indicado acima.

1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a. interesse público que justificou sua criação

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"

ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram adquiridos ou alienados quaisquer ativos relevantes que não se enquadrem como operação normal nos negócios da Companhia.

1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não aplicável, tendo em vista que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo a Companhia.

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

O acordo de acionistas foi celebrado em 25 de agosto de 2020, aditado pelo primeiro aditamento, assinado em 25 de janeiro de 2022, pelo segundo aditamento, em 3 de outubro de 2023, pelo terceiro aditamento, em 28 de novembro de 2023 e, pelo quarto aditamento, em 8 de setembro de 2026, sendo atualmente partes: (i) Cássio Cancela e Penna; (ii) Daniel Henrique da Costa Mello; (iii) Vitor de Araujo Santos; (iv) Alexandre Sarnes Negrão; (v) Gisela Sarnes Negrão Assis; (vi) Fernanda Sarnes Negrão; (vii) Vera Sarnes Negrão; e (viii) Bernardo Romano Negrão, e, na qualidade de interveniente anuente, a Companhia ("Acordo de Acionistas").

O Acordo de Acionistas permanecerá integralmente válido e em vigor pelo prazo de 30 (trinta) anos, contados da obtenção do registro de companhia aberta junto à CVM e início da negociação das ações ordinárias da Companhia no segmento do Novo Mercado da B3. O Acordo de Acionistas é renovável automaticamente por um único igual período de 30 (trinta) anos caso qualquer dos acionistas signatários não notifique os demais com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência do término do seu prazo de vigência sobre sua intenção de não renovar o Acordo de Acionistas.

O Acordo de Acionistas em sua íntegra, bem como seus aditamentos, encontram-se disponíveis no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e na página de relações com investidores da Companhia (https://www.ri.aerisenergy.com.br/informacoes-aos-investidores/documentos-cvm/).

1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não ocorreram alterações relevantes na forma de condução dos negócios da Companhia no último exercício social.

1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e/ou sua controlada não celebraram contratos relevantes com terceiros, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que o emissor julgue relevantes a serem informadas nesta seção 1 deste Formulário de Referência.

2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas na Seção 2 deste Formulário de Referência são apresentadas pelos Diretores da Companhia e extraídas das informações das demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e suas notas explicativas, bem como das informações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (*IASB*))(atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS® Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (*IFRIC ® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC ® Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

Os comentários dos diretores da Companhia visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e as informações financeiras individuais e consolidadas revisadas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras entre os períodos analisados e os principais fatores que explicam essas variações. As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes das demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website de relações com investidores do grupo da Companhia (https://www.ri.aerisenergy.com.br/) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm).

Os termos "AH" nas colunas de determinadas tabelas nesta Seção 2 deste formulário de referência significam "Análise Horizontal". A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores da Companhia consideram que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia ao final de 2025 refletem a redução da atividade industrial ao longo do ano, em função da menor demanda por projetos eólicos, o que impactou a receita e a diluição dos custos fixos. No período, a Companhia apresentou redução relevante de receitas, EBITDA negativo, prejuízo e elevado nível de endividamento, com geração de caixa operacional negativa e necessidade de disciplina na gestão de liquidez no curto prazo.
Ao longo de 2025, foram implementadas medidas relevantes, incluindo a renegociação de dívidas, com alongamento de prazos, além de iniciativas de redução de custos e diversificação de receitas.

A Administração entende que a continuidade das operações e o cumprimento das obrigações dependem da execução dessas medidas e da evolução das condições operacionais e financeiras da Companhia.

Na tabela abaixo, seguem o Índice de Liquidez Corrente e o Índice de Liquidez Seca da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024:

Índice de liquidez	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Índice de Liquidez Corrente (*)	0,81	0,50
Índice de Liquidez Seca (**)	0,51	0,34

(*) Ativo Circulante/Passivo Circulante

(**) (Ativo Circulante - Estoques) / Passivo Circulante

Observa-se que, no exercício de 2025, houve melhora nos índices de liquidez da Companhia em relação a 2024. Essa evolução decorre, principalmente, das iniciativas de renegociação de dívidas, que proporcionaram o alongamento de prazos, melhor adequação do perfil de vencimento das obrigações e, consequentemente, a redução da pressão no curto prazo. Adicionalmente, a Administração destaca que a melhoria dos indicadores também reflete esforços contínuos na gestão financeira, incluindo maior disciplina no controle de passivos e a priorização da otimização do fluxo de caixa operacional. Com o objetivo de manter e potencializar esse cenário, a Companhia seguirá comprometida com a disciplina na alocação de capital e a otimização de sua estrutura financeira, alinhando tais iniciativas às condições de mercado e ao plano de reequilíbrio financeiro em curso. Essas ações terão como foco a sustentabilidade operacional e a geração de valor no médio e longo prazo.

O aumento dos índices de liquidez corrente e liquidez seca da Companhia em 31 de dezembro de 2025, quando comparados com 31 de dezembro de 2024, é condizente com as expectativas da Diretoria e se encontram em patamares adequados ao estágio de execução dos contratos.

(Em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Dívida Líquida [(1)(2)]	1.789.447	1.244.081
Patrimônio Líquido	-696.291	206.967
Capital Investido	1.093.156	1.451.048
%Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) [(2)]	152,48%	85,81%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado [(2)(3)]	-15,47x	10,15x

(1) Dívida Líquida é a somatória de empréstimos, financiamentos e debêntures circulantes e não circulantes e instrumentos financeiros derivativos no Passivo Circulante, menos caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulantes.

(2) Para mais informações sobre as medições não contábeis divulgadas pela Companhia, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA considerando a despesa total de Impairment, somadas as despesas com reestruturação da Companhia de incentivo de longo prazo, que se trata de um plano para reorganizar os planos de produção e contemplava todos os gastos necessários para sua implementação, incluindo consultorias especializadas e

verbas rescisórias, e adicionando as despesas com reestruturação da dívida, que trata-se de um plano para renegociação das dívidas, incluídos todos os custos necessários para isso.

O quadro abaixo resume as principais informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados:

Informações Financeiras Consolidadas	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	AH	Exercício encerrado em 31 de dezembro de
(Em milhares de Reais, exceto quando em %)	2025	%	2024
Receita Bruta	796.685	-52%	1.672.441
Receita Líquida	746.006	-51%	1.516.484
(Prejuízo) Lucro Líquido do exercício	-901.213	-4%	-933.993
EBITDA (1)(6)	-424.734	-37%	-677.211
EBITDA Ajustado (2)	-115.650	-194%	122.544
Margem EBITDA (%) (3)	-15,50%	-292%	8,08%
Dívida Líquida (4)	1.789.447	44%	1.244.081
Dívida Líquida / EBITDA	-15,47	-252%	10,15
Volume de Vendas(5)	323	-69%	1.032

(1) O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM 156, de 23 de junho de 2022, conciliada com suas demonstrações financeiras. O EBITDA é o resultado líquido do exercício, acrescido dos impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, do resultado financeiro e das depreciações e amortizações e funciona como um indicador de desempenho econômico geral, sendo uma medida gerencial que permite a comparação da Companhia com outras empresas do setor. Nos termos da Resolução CVM 156, a Companhia lembra que esta medida não possuí significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias

(2) O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA considerando a despesa total de Impairment, somado as despesas com reestruturação da Companhia

de incentivo de longo prazo, que trata-se de um plano para reorganizar os planos de produção e contemplava todos os gastos necessários para sua implementação, incluindo consultorias especializadas e verbas rescisórias, e adicionando as despesas com reestruturação da dívida, que trata-se de um plano para renegociação das dívida, incluídos todos os custos necessários para isso.

(3) Margem EBITDA é o resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida.

(4) Dívida Líquida é a somatória de empréstimos, financiamentos e debêntures circulantes e não circulantes e instrumentos financeiros derivativos no Passivo Circulante, menos caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulantes.

(5) Quantidades de pás faturadas.

(6) Para mais informações sobre as medições não contábeis divulgadas pela Companhia, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

b. estrutura de capital

A Diretoria entende que a Companhia apresentou ao longo do exercício social de 2024 e durante o período encerrado em 31 de dezembro de 2025, uma estrutura de capital adequada para o cumprimento do plano de expansão orgânico da Companhia, inclusive considerando a revisão do planejamento estratégico da Companhia e as medidas que vem sendo adotadas pela administração para enfrentar a baixa demanda no mercado nacional e para fortalecer a competitividade da Companhia no futuro.

Em 31 de dezembro de 2024 o patrimônio líquido totalizava R$ 207 milhões, a dívida bruta era de R$ 1,6 bilhão, enquanto o saldo de caixa, equivalentes de caixa e ativos financeiros totalizavam R$ 308 milhões. Em 31 de dezembro de 2025 o patrimônio líquido negativo totalizava R$ 696 milhões, a dívida bruta era de R$ 1,8 bilhão, enquanto o saldo de caixa, equivalentes de caixa e ativos financeiros totalizavam R$ 29 milhões.

A tabela a seguir mostra a evolução do endividamento e da posição patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024:

Em milhares de reais, exceto quando em %	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Empréstimos e financiamentos (circulantes e não circulantes)	1.818.188	1.556.817
Caixa e equivalentes de caixa	28.741	290.842
Instrumentos financeiros derivativos do ativo circulante	-	17.346
Dívida líquida (1)	1.789.447	1.244.081
Patrimônio líquido	-696.291	206.967
Passivo total (Circulante + Não Circulante)	2.309.781	2.195.526
Passivo (Circulante + Não Circulante) / (PL + Passivo)	143,15%	91,39%

(1) Dívida Líquida é a somatória de empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes, menos caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia acreditam que a capacidade de pagamento da Companhia ao final de 2025 reflete um cenário de pressão de liquidez no curto prazo, com índice de liquidez corrente de 0,81x (vs. 0,50x em 2024), ainda abaixo de 1,0x, e geração de caixa operacional negativa no período. Nesse contexto, o cumprimento das obrigações requer gestão ativa de caixa e disciplina na alocação de recursos.

A melhora observada nos indicadores de liquidez decorre principalmente de ajustes na estrutura de passivos e da gestão do capital de giro ao longo do exercício. Apesar dessa evolução, os indicadores permanecem em patamares que demandam atenção no curto prazo.

Adicionalmente, a Companhia dispõe de instrumentos de antecipação de recebíveis, por meio de estruturas de FIDC, que permitem a conversão de parte dos ativos em liquidez. Em 2025, essas operações contribuíram para a gestão do capital de giro, ainda que não sejam suficientes, isoladamente, para eliminar as pressões de liquidez.

A Companhia encerrou o exercício com dívida líquida de R$ 1.789 milhões e mantém foco na otimização de sua estrutura de capital e na preservação de liquidez.

Conforme destacado no relatório do auditor independente, existem incertezas relevantes quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nesse contexto, a Administração entende que a capacidade de cumprimento de suas obrigações está condicionada à manutenção das iniciativas de gestão de caixa e à evolução das condições operacionais e financeiras.
Na opinião dos Diretores, a contratação de dívidas estruturadas, além do ingresso no mercado de capitais, diante de eventual necessidade, conferem à Companhia recursos suficientes para cumprir com suas obrigações.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, nossas necessidades de recursos foram suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional da Companhia e por meio de recursos de terceiros.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os Diretores informam que a Companhia financia suas operações através de: (i) endividamento bancário de curto prazo, principalmente para financiar o capital de giro; (ii) endividamento bancário de longo prazo, destinado a investimentos em ativos não circulantes; (iii) contas a pagar com fornecedores de matéria-prima; e (iv) adiantamentos de clientes, os quais são retornados ao longo dos contratos de fornecimento de pás.

Durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, a Companhia contratou e dedicou-se a renegociar a sua dívida.

As operações abaixo referem-se a dívidas contratadas em 2024 e renegociadas no exercício de 2025, nesta última, com alongamento de seus vencimentos finais para o ano de 2030:

i. Banco Santander
Em abril de 2022, a Companhia contratou junto ao Banco Santander uma operação de capital de giro no montante de R$ 150 milhões, posteriormente renegociada, com conversão para FINAME em 2022 e substituição por operação na modalidade 4131 em março de 2024 e renegociada em 2025, sendo formalizada para CCE.

ii. Banco do Brasil
Em novembro de 2022, a controladora contratou junto ao Banco do Brasil uma operação de financiamento no montante de R$ 200 milhões, a qual foi renegociada em 2024 e novamente em 2025 foi formalizado como CCB.

iii. Banco Votorantim
Em 2024, a Companhia contratou operações de financiamento na modalidade FINAME junto ao Banco Votorantim, totalizando R$ 100 milhões, posteriormente renegociadas em 2025 e formalizada como Nota Comercial.

iv. Banco do Nordeste
Em dezembro de 2024, a Companhia contratou junto ao Banco do Nordeste operações de FINAME e capital de giro, totalizando R$ 75 milhões. A dívida não renegociada permanece em condições normais de adimplência.

As operações abaixo referem-se a dívidas contratadas em períodos anteriores e que se encontravam em etapa de renegociação no exercício de 2025:

v. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Em julho de 2023, juntamente com o Banco BNDES foi celebrado contrato de financiamento - FINAME no montante de R$ 93 milhões, com vencimento e pagamento de principal ao fim de 3 anos.

Para maiores informações sobre os contratos financeiros da Companhia, vide item 2.1. (f) deste Formulário de Referência.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Com a renegociação de sua dívida, a Companhia passou a contar com maior previsibilidade e estabilização de caixa no curto prazo, sendo eventuais necessidades atendidas por meio dos instrumentos de liquidez disponíveis, incluindo a antecipação de recebíveis de clientes via FIDC, além da cessão de créditos de ICMS.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os Diretores da Companhia, por meio de seus controles internos, acompanham e controlam toda estratégia de captação de recursos, sejam elas de empréstimos ou financiamentos. A Administração considera a saúde financeira como um dos principais pilares para um crescimento sustentável e perene da Companhia.

A tabela abaixo apresenta as informações das modalidades dos contratos de empréstimo e financiamentos consolidados relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024:

(Em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Financiamentos e Debentures	1.385.936	1.301.915
Capital de Giro	432.251	254.902

A tabela abaixo apresenta determinadas informações relacionadas aos principais contratos financeiros da Companhia para fortalecimento de seu capital de giro em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024:

(Em milhões, exceto em %)				
Banco	**Vencimento**	**Taxa de Juros**	**Saldo em aberto em 31 de dezembro de 2025**	**Saldo em aberto em 31 de dezembro de 2024**
Banco do Nordeste	17 de dezembro de 2027	4,91% + CDI	19.968	30.401
Banco do Brasil (1)	01 de março de 2030	2,00% + CDI	169.914	91.889
Santander (1)	01 de março de 2030	2,00% + CDI	111.648	115.548
Votorantim (1)(2)	01 de março de 2030	2,00% + CDI	130.721	0

(1) Dívida renegociada em 2025 com captação anterior ao exercício de 2025.

(2) Reclassificada de FINAME para capital de giro no exercício de 2025.

A tabela abaixo apresenta determinadas informações em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, relacionadas aos contratos de financiamentos e Debêntures contratadas pela Companhia para fins de investimentos de longo prazo:

(Em milhões, exceto em %)				
Banco	Vencimento	Taxa de Juros	Saldo em aberto em 31 de dezembro de 2025	Saldo em aberto em 31 de dezembro de 2024
Debentures 1º Emissão	15 de janeiro de 2026	2,00% + CDI	462.093	395.068
Debentures 2º Emissão	31 de julho de 2026	2,00% + CDI	768.044	658.068
BNDES	15 de agosto de 2026	7,94% +TLP	110.022	97.018
Votorantim	15 de junho de 2025	2,30% + CDI	0	107.704
Banco do Nordeste	17 de dezembro de 2027	4,55% + TLP	45.778	44.057

Neste sentido, os Diretores destacam as seguintes operações vigentes em 31 de dezembro de 2025:

(i) Realizada em 15 de janeiro de 2021, a 1ª Emissão de Debêntures, realizada por distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476. Para mais informações vide seção 12 deste Formulário de Referência.

(ii) Em 15 de julho de 2021, a Companhia procedeu com a 2ª Emissão de Debêntures, realizada por meio de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da então vigente Instrução CVM 476. Para mais informações vide seção 12 deste Formulário de Referência.

(iii) Em 28 de setembro de 2022, foram celebrados entre o Banco Santander e a Companhia 08 (oito) contratos de FINAME, totalizando R$ 150.000,00. Em março de 2024, essa operação foi substituída pela modalidade 4131, com vencimento final em março de 2026. Posteriormente, em maio de 2025, o contrato foi repactuado na modalidade Cédula de Crédito à Exportação, com valor principal de R$ 101 Milhões e vencimento em 01 de março de 2030.

(iv) Em 28 de Julho de 2023, juntamente com o Banco BNDES foi celebrado contrato de financiamento – FINAME no montante de R$ 93 milhões, com vencimento e pagamento de principal ao fim de 3 anos, o qual encontra-se em processo de renegociação.

(v) Nos meses de novembro e dezembro de 2023, e maio e junho de 2024, como parte da estratégia de otimização do passivo financeiro da Companhia, no contexto da gestão do seu endividamento, a Companhia exerceu seu direito de aquisição facultativa, em atendimento à regulamentação da CVM, em especial a Resolução CVM Nº 77, de 29 de março de 2022 e a Resolução Nº80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 80") na forma do anexo H à RCVM 80, da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de Distribuição da Companhia e da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de Distribuição da Companhia. Essa decisão visa desalavancar a dívida e otimizar o custo de capital da Companhia.

(vi) No exercício de 2024, foram contratadas duas operações de FINAME junto ao Banco Votorantim, no montante total de R$ 100 milhões, com vencimento nos meses de maio e junho de 2025. Posteriormente, em maio de 2025, tais operações foram renegociadas e formalizadas por meio de Nota Comercial, com valor principal de R$ 118 milhões, vencendo em março de 2025.

(vii) Em novembro de 2022, a Controladora contratou R$ 200 milhões junto ao Banco do Brasil, com vencimento originalmente previsto para novembro de 2024. A operação foi renegociada e, em 2025, formalizada por meio de Cédula de Crédito Bancário (CCB),

com valor principal de R$ 153 milhões e vencimento final em março de 2030.

(viii) Em dezembro de 2024, foram contratados, junto ao Banco do Nordestes, operações de Finame e Capital de Giro, totalizando R$75 milhões de reais.

A Companhia informa que concluiu, em maio de 2025, o reperfilamento de aproximadamente 90% de seu endividamento junto aos principais credores, incluindo a repactuação dos termos e condições das debêntures da 1ª e da 2ª emissões, conforme aprovado em assembleias gerais de debenturistas realizadas em março de 2025, bem como a renegociação com as instituições financeiras Banco do Brasil, Banco Votorantim e Banco Santander, nos termos do fato relevante divulgado em maio de 2025. A Companhia encontra-se, adicionalmente, em processo de renegociação com o BNDES.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Ainda como estratégia, os Diretores da Companhia priorizam linhas de créditos de longo prazo para as necessidades de investimentos e linhas de curto prazo para atendimento das necessidades operacionais de fluxo de caixa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, 93% e 5%, respectivamente, da dívida da Companhia estava alocada no longo prazo.

A Companhia possui um histórico de expansões e todas elas realizadas também com o auxílio de bancos de fomento. Tais operações são realizadas através de linhas com custos competitivos e de prazos longos. Os Diretores entendem também a importância desse tipo de captação para os negócios da Companhia, o que demonstra que mantém níveis adequados de governança que atendem aos diversos pré-requisitos para contratá-las.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Os Diretores esclarecem que não existe grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível será (apresentadas em ordem de preferência de liquidação):

- Obrigações sociais e trabalhistas;
- Impostos a recolher;
- Financiamentos que possuem garantia real;
- Demais empréstimos e financiamentos;
- Fornecedores;
- Outros passivos; e
- Dividendos e juros sobre o capital próprio.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os Diretores, por meio de seus controles internos, acompanham mensalmente os indicadores de *covenants* financeiros da Companhia e trimestralmente realizam a aferição do seu resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía contratos de capital de giro, financiamentos e instrumentos de debêntures, que previam cláusulas de vencimento antecipado da dívida, em caso de não cumprimentos de determinadas exigências contratuais, sendo a principal de índice de alavancagem, relacionado à dívida líquida x EBITDA.
A Companhia está em negociação com o BNDES referente a um empréstimo classificado no curto prazo com vencimento original em agosto de 2026, os encargos financeiros vencidos em agosto de 2025 e a quebra de covenants financeiros ocorrida em 31 de dezembro de 2024.

Em 28 de março de 2025, os debenturistas aprovaram, em assembleia, a repactuação das escrituras das debêntures, incluindo a extinção da cláusula de "covenant" de índice de alavancagem, não existindo com debenturistas e demais instituições bancárias outros covenants financeiros além do mencionado no parágrafo acima. Em maio de 2025, a mesma estrutura de repactuação das debêntures foi aprovada para as demais dívidas bancárias. Com isso, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia cumpriu todas as exigências requeridas, portanto, não incorrendo em nenhuma hipótese de restrição prevista em seus contratos repactuados. Os principais indicadores financeiros (Dívida Líquida/EBITDA) e não financeiros permaneceram dentro dos novos parâmetros estabelecidos, conforme controle de covenants mantido pela Companhia, cujos covenants não financeiros constam listados abaixo:

(i) Proibição de distribuição de dividendos;
(ii) É vedada a realização de qualquer operação de cessão de recebíveis a performar, exceto para refinanciamento/amortização da Nova Dívida com Garantia (termos sujeitos a due diligence);
(iii) Limitação à emissão de nova dívida, exceto: **(a)** para fins de refinanciamento ou amortização total ou parcial da Nova Dívida com Garantia, ou **(b)** para novos financiamentos que cumpram com as condições mínimas (taxa máxima, garantias, prazos e valores).

Os *covenants* previstos nos itens **(i)** e **(iii)** deixarão de ser aplicáveis quando o saldo da Nova Dívida com Garantia atingir R$ 500.000 ou menos.

Cash Sweep - Até 30 de junho de 2026, caso a Companhia obtenha financiamento por meio de empréstimos que excedam o montante acumulado de R$ 200.000, 100% do valor excedente será utilizado para amortizar a Nova Dívida Garantida. A partir de 30 de junho de 2026 (inclusive), qualquer valor de Caixa Excedente, calculado semestralmente, será utilizado para amortizar a Nova Dívida com Garantia.

Para fins contratuais, "Caixa Excedente" é definido como o montante de Caixa e Equivalentes acima do Caixa Mínimo, após a exclusão de: (i) taxas de ramp-up; (ii) downpayments de clientes; e (iii) qualquer caixa restrito, conforme reportado especificamente nas divulgações trimestrais auditadas. "Caixa Mínimo" é definido como a soma de R$ 100.000 acrescida do valor da amortização de principal e juros da Nova Dívida com Garantia devida no trimestre subsequente.

Vale ressaltar que todos os contratos financeiros dos quais a Companhia é parte possuem cláusulas de vencimento antecipado cruzado (*cross-default* e/ou *cross acceleration*).

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não há limite disponível de financiamentos contratados, uma vez que os recursos obtidos já foram integralmente utilizados para suprimento de caixa e financiamento dos investimentos e negócios da Companhia.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações referentes às demonstrações de resultado e fluxo de caixa relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, foram extraídas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas ou revisadas pelos auditores independentes da Companhia, conforme indicado nos respectivos pareceres.

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas da Companhia são majoritariamente resultantes da venda de pás para aerogeradores conforme pedidos dos clientes já previstos nos contratos de longo prazo de fornecimento destes produtos. A Diretoria entende que tais contratos permitem que a Companhia tenha alta previsibilidade nas receitas futuras, fazendo com que a maior fonte de incerteza sobre a receita seja a taxa de câmbio, uma vez que, além de exportar produtos precificados em dólar americano, a Companhia também determina o preço de venda, conforme previsto nos contratos, de acordo com a taxa de câmbio. Parte do preço é definido em moeda estrangeira (dólar americano), sendo proporcional à expectativa de custos com materiais diretos importados ou mesmo comprados no Brasil com preço variável conforme a taxa de câmbio.

Os Diretores da Companhia analisam a receita operacional líquida segregada por produto (modelo de pá) e por mercado (brasileiro ou exportação). A receita de vendas por modelo de pá tem sua divulgação restrita. Tanto a evolução da produção anual e capacidade instalada quanto a participação em cada um dos mercados constam na Seção 1.4, item (c) deste Formulário de Referência.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia fabrica pás para aerogeradores a partir de especificações definidas pelo cliente. O maior componente dos custos refere-se à matéria-prima empregada na fabricação das pás, seguida pelos custos com mão de obra direta, mão de obra indireta e gastos gerais de fabricação. Os resultados operacionais da Companhia são afetados pelos seguintes fatores:

- Diferença entre o consumo previsto e o consumo real das matérias primas utilizadas no processo produtivo: o processo de fabricação em material composto, mesmo utilizando máquinas e equipamentos sofisticados, é altamente dependente da perícia dos operadores de produção. Falhas no atingimento de especificações do produto geram retrabalhos e aumentam o consumo de materiais para reparos, além de comprometerem os volumes estabelecidos em contrato quando se opera próximo da capacidade plena na linha de produção. A Diretoria da Companhia entende que a capacidade de produzir com baixo índice de defeito confere importante diferencial competitivo, uma vez que o consumo de materiais tende a ser definido em conjunto com o cliente considerando como referência a expectativa dos projetistas.

- Diferença entre o custo unitário das matérias primas e o custo real de aquisição: assim como o consumo esperado é definido juntamente com o cliente, o custo de aquisição das matérias primas, incluindo custos logísticos e tributos, é uma variável utilizada para a composição do preço do produto final. Desvios incorridos no processo de compra de matérias-primas podem afetar os resultados operacionais tanto positiva quanto negativamente. Os efeitos das variações no custo unitário de aquisição de matérias primas podem ser compartilhados com os clientes, tendo assim seu impacto reduzido.

- Índice de rejeito de componentes e gastos com serviços executados em produtos em garantia: ao precificar o produto, a Companhia considera provisões para perda de componentes pelo não atingimento das especificações de qualidade, e para gastos com execução de serviços em produtos em garantia, ou seja, nos casos em que defeitos gerados pela Companhia chegam até o cliente final e geram a necessidade de reparo em campo.

- Eficiência produtiva: a Diretoria da Companhia considera que a diferença entre o preço líquido de venda e o custo de materiais diretos reflete a agregação de valor (VA = *value addition*). O VA pode ser interpretado como a geração de valor econômico utilizado para o pagamento dos custos com mão de obra, gastos gerais de fabricação, despesas administrativas e a remuneração do capital investido. Ao planejar a produção de um certo volume de pás por um dado período e alocar os recursos a isso, a Companhia corre o risco de não gerar retorno satisfatório sobre o capital investido caso não produza o volume suficiente para isso.

- As variações cambiais nas relações com clientes e fornecedores apresentam correlação negativa com o efeito cambial sobre a receita e o custo de materiais diretos. Eventuais perdas podem ocorrer quando existem variações relevantes nas entregas em relação ao plano de produção.

- Os resultados operacionais da Companhia podem ser influenciados pelo descasamento temporal entre a fruição dos benefícios fiscais do regime de Drawback Suspensão e a efetiva exportação das pás. Esse descompasso pode ocasionar variações momentâneas nos custos e na apuração das margens, uma vez que os insumos importados somente permanecem sob suspensão tributária quando vinculados a atos concessórios devidamente homologados. Ainda assim, a Companhia entende que tais efeitos tendem a ser mitigados, considerando a possibilidade de realização do regime de Drawback Isenção, desde que haja produção destinada ao mercado doméstico, o que contribui para reduzir potenciais impactos adversos sobre o resultado operacional.

- Os resultados operacionais da Companhia foram significativamente afetados no último exercício em razão da forte retração na demanda doméstica por pás eólicas, que resultou na queda expressiva da receita e na operação com elevada ociosidade das linhas produtivas. Nesse cenário, tornou-se desafiador ajustar, na mesma proporção da queda do faturamento, os componentes de custos fixos, sobretudo custos industriais relacionados à infraestrutura fabril e à manutenção de linhas maduras. Como consequência, o elevado nível de custos fixos diluídos sobre um volume menor de produção ampliou a pressão negativa sobre margens.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Os Diretores da Companhia entendem que as condições comerciais definidas nos contratos de longo prazo de fornecimento de pás para aerogeradores, incluindo os mecanismos de correção de preços decorrentes da variação cambial e da inflação, são eficientes na busca dos objetivos de retorno sobre o capital investido.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, as variações das receitas decorrentes de modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços, foram absorvidas por condições comerciais, de forma a minimizar os possíveis efeitos negativos na receita da Companhia, não havendo, portanto, variações relevantes das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação e introdução de novos produtos e serviços.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Diretoria entende que a variação de preços dos principais insumos e produtos, o câmbio e as taxas de juros não tiveram um impacto relevante no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, no exercício social de 31 de dezembro de 2025.

de pás para aerogeradores, especificamente sobre os mecanismos de correção de preços devido a variações nos custos de matérias-primas, variações cambiais e inflação são eficientes na busca dos objetivos de retorno sobre o capital investido.

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve alteração de prática contábil em 2025.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores da Companhia informam que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o relatório do auditor independente apresentou a seguinte ênfase:

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que indicam que, conforme balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 da Companhia, o passivo circulante excedeu o total do ativo circulante no montante de R$ 139.597 mil e R$ 114.792 mil, respectivamente, controladora e consolidado e que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 registrou prejuízo no montante de R$ 901.213 mil (R$ 933.993 mil em 2024).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía uma dívida líquida de R$ 1,8 bilhão e, conforme Notas Explicativas nos 1.1 e 15, em março de 2025 a Companhia concluiu a repactuação de suas debêntures e dívidas, junto às instituições financeiras, obtendo extensão nos prazos de vencimento e a revisão dos índices financeiros (covenants). Atualmente, a Companhia encontra-se em negociação com a instituição financeira BNDES, referente às obrigações com vencimento em agosto de 2026, bem como dos encargos vencidos em 2025 e, com base nas renegociações concluídas e as em andamento, a administração está estruturando estratégias voltadas à geração de caixa operacional, ao mesmo tempo em que executa reestruturação para recompor liquidez, reduzir custos e diversificar receitas, incluindo, aumento da participação das exportações e expansão da divisão de serviços. Conforme divulgado nas respectivas Notas Explicativas nos 1.1 e 15, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas respectivas notas explicativas supracitadas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2023, a Companhia iniciou o processo de credenciamento junto aos órgãos competentes para a comercialização de energia. Em setembro de 2024, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autorizou a Companhia a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. As operações foram iniciadas no terceiro trimestre de 2024.

Também em 2024, a Companhia deu o passo estratégico inicial com o processo de credenciamento junto aos órgãos reguladores do setor elétrico. Esse movimento consolidou-se em julho de 2024, quando a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) autorizou formalmente a atuação da Companhia como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE.

As operações, iniciadas no segundo semestre de 2024, ganharam tração e escala ao longo de 2025, ano em que a Companhia fortaleceu sua carteira de clientes e consolidou sua presença no mercado livre. Para os próximos anos, o foco está na expansão das estratégias de gestão de risco e na diversificação do portfólio de ofertas, acompanhando a abertura gradual do mercado e garantindo soluções de energia eficientes e competitivas para nossos parceiros.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participações societárias relevantes para a Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

c. eventos ou operações não usuais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas perdas por *impairment* no total de R$ 233,8 milhões, apresentadas nas seguintes contas:

Estoques: R$ 175,7 milhões – A não recuperabilidade dos estoques está relacionada à perda de produtos em WIP *(Work in Process)* e à descontinuidade de contratos, que afetou uma parte dos materiais, especialmente matéria-prima. Devido a desaceleração do mercado eólico nacional ocasionada por fatores econômicos e a falta de incentivos governamentais, incluindo a incerteza econômica global, algumas (O&Ms) saíram do mercado brasileiro. Essa conjuntura levou à descontinuidade de contratos, gerando perdas significativas nos estoques da Companhia.

Contas a receber de clientes: R$ 58,1 milhões – Refere-se a provisões para perdas relacionadas a contratos descontinuados. A Companhia constituiu provisão para perdas estimadas de contas a receber, considerando uma potencial probabilidade de perda dos valores a receber de créditos questionados, decorrentes de processos, reembolsos de materiais e perdas no processo produtivo.

A descontinuação de contratos importantes obrigou a Companhia a lidar com *Impairments* significativos, impactando negativamente os resultados da Companhia.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou no último exercício social as seguintes medições não contábeis: EBITDA, o EBITDA ajustado, a Margem EBITDA ajustada, a Dívida Líquida e a Dívida Bruta. A tabela abaixo apresenta os valores de tais medições não contábeis para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025:

(em R$ milhares, exceto %)	**Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025**
EBITDA	(424.734)
(+/-) Impairment (one-off efeito não caixa) [1]	233.941
(+/-) Despesas com reestruturação de dívida[2]	58.689
(+/-) Outros[3]	16.454
EBITDA ajustado	(115.650)
Margem EBITDA ajustada (%)	-15,5%
Dívida Bruta	1.818.188
Dívida Líquida	1.789.447

[1] A Companhia constituiu provisão para perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisão para perdas nos estoques , refletindo a revisão de premissas em função do prolongamento do cenário adverso no setor eólico global.

[2] Renegociação das Dívidas, elaboração de estratégia, negociação do alongamento de dívidas, entre outros.

[3] Despesas com Cybersegurança e deságio ICMS.

Devido à desaceleração do mercado eólico nacional ocasionada por fatores econômicos e a falta de incentivos governamentais, incluindo a incerteza econômica global, algumas (O&Ms) saíram do mercado brasileiro. Essa conjuntura levou à descontinuidade de contratos, gerando perdas significativas nos estoques da Companhia, sendo constituída provisão para perdas com estoques.

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) (sigla em inglês para LAJIDA - Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM n.º 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"), conciliada com suas demonstrações financeiras. O EBITDA é o resultado líquido do período/exercício, acrescido dos impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, do resultado financeiro e das depreciações e amortizações e funciona como um indicador de desempenho econômico geral, sendo uma medida gerencial que permite a comparação da Companhia com outras empresas do setor. Nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia lembra que esta medida não possui significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA considerando a despesa total de Impairment, somadas as despesas com reestruturação da Companhia de incentivo de longo prazo, que se trata de um plano para reorganizar os planos de produção e contemplava todos os gastos necessários para sua implementação, incluindo consultorias especializadas e verbas rescisórias, e adicionando as despesas com reestruturação da dívida, que trata-se de um plano para renegociação das dívidas, incluídos todos os custos necessários para isso.

O EBITDA e o EBITDA ajustado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro– *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo I*nternational Accounting Standard Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa operacional para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos ou como alternativas ao lucro líquido, ou como indicadores de desempenho operacional, como substitutos ao fluxo de caixa, como medidas de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos.

Ademais, uma vez que o EBITDA e o EBITDA ajustado não consideram certos custos intrínsecos aos nossos negócios, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os nossos lucros, tais como resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, depreciação e amortização, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA e o EBITDA ajustado apresentam limitações que afetam o seu uso como indicadores da nossa rentabilidade.

A Margem EBITDA ajustada é o resultado da divisão do EBITDA ajustado pela receita líquida.

A Dívida Bruta é uma medição não contábil utilizada pela Companhia. O indicador de dívida bruta é uma métrica financeira que mede o total da dívida de uma entidade, sem levar em consideração ativos ou outros elementos que poderiam ser usados para liquidar a dívida. É uma medida simples que representa a quantidade total de dinheiro que a entidade deve a terceiros. Esse indicador é útil para avaliar a capacidade de pagamento de uma entidade e seu nível de endividamento total. No entanto, ele não leva em consideração os ativos da entidade, o que significa que não fornece uma imagem completa da saúde financeira. Portanto, é comum que o indicador de dívida bruta seja usado em conjunto com outros indicadores, como o indicador de dívida líquida, que subtrai os ativos da dívida total para fornecer uma imagem mais precisa da situação financeira.

A Dívida Líquida é uma medição não contábil utilizada pela Companhia como medida de desempenho financeiro, liquidez e é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição corrente de caixa e a sua capacidade de geração de caixa operacional. Essa medição não possui significado padrão e outras empresas podem calcular Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta a conciliação das medições não contábeis apresentadas acima, no item (a), com as respectivas linhas contábeis que as compõem:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025	
Prejuízo Líquido do período/exercício	**(901.213)**
(+/-) Resultado Financeiro	(320.349)
(+/-) Depreciação e amortização	80.520
(+/-) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, antes do incentivo fiscal	75.610
EBITDA	(424.734)
(+/-) Impairment (one-off efeito não caixa)[4]	233.941
(+/-) Despesas com reestruturação de dívida[5]	58.689
(+/-) Outros[6]	16.454
EBITDA ajustado	**(115.650)**
Margem EBITDA ajustada	**-15,5%**

No ultimo trimestre do ano a Companhia reconheceu novas perdas, referente à perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisão para perdas nos estoques, refletindo a revisão de premissas em função do prolongamento do cenário adverso no setor eólico global.

A tabela abaixo apresenta as conciliações da Dívida Líquida e Dívida Bruta apresentadas acima, no item (a), com as respectivas linhas contábeis que as compõem**:**

[4] A Companhia constituiu provisão para perdas estimadas de contas a receber, considerando uma potencial probabilidade de perda dos valores a receber de créditos questionados, decorrentes de processos, reembolsos de materiais e perdas no processo produtivo.

[5] Renegociação das Dívidas, elaboração de estratégia, negociação do alongamento de dívidas, entre outros.

[6] Despesas com Cybersegurança e deságio ICMS.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	Indexador	Juros (%a.a.) *	Vencimento **	31/12/2025
Moeda nacional				
Capital de giro	CDI	2,00%	30/03/2030	432.251
Financiamento	TLP	4,55%	15/01/2030	155.800
Debêntures	CDI	2,00%	30/03/2030	1.230.137
Total				**1.818.188**

Dívida Bruta Total	**1.818.188**
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	**28.741**
Dívida Líquida Total	**1.789.447**

** Taxa de juros da última captação*

***Último vencimento do grupo de contratos*

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA

A Companhia entende que o EBITDA é a medição apropriada para a correta compreensão dos resultados das operações da Companhia, posto que no seu cálculo não são incluídas despesas de depreciação, amortização, despesas de imposto de renda e contribuição social e resultados financeiros. Sendo assim, não é afetado por flutuações nas taxas de juros (sejam elas aplicáveis à dívida ou à remuneração do caixa aplicado), alterações de cargas tributárias de imposto de renda e contribuição social, alterações na forma de contabilização de incentivos governamentais, bem como pelos níveis de depreciação e amortização do seu ativo imobilizado.

EBITDA ajustado

A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a medida mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, pois mostra as atividades ligadas ao seu objeto social, sendo usado internamente para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Ademais, acredita-se que o EBITDA ajustado oferece aos investidores uma melhor compreensão de sua capacidade de gerar caixa líquido proveniente de suas operações e, portanto, demonstra sua capacidade de cumprir com suas obrigações, bem como obter financiamentos para seus investimentos e capital de giro. Esse efeito não gera impacto na geração de caixa bruto operacional.

Margem EBITDA ajustada

A Companhia entende que a medição da Margem EBITDA ajustada é útil na avaliação da lucratividade e eficiência da Companhia.

Dívida Líquida e Dívida Bruta

A Dívida Líquida é uma medição de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia. A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição corrente de caixa e a sua capacidade de geração de caixa operacional.

Para cálculo da Dívida Líquida, a Companhia considera a Dívida Bruta que consiste na consolidação dos Empréstimos e Financiamentos circulantes e não circulantes somados aos instrumentos financeiros do passivo circulante, subtraídos do saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não aplicável.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros
b. regras sobre distribuição de dividendos
c. periodicidade das distribuições de dividendos
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais
e.se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

	31.12.2025
a. Regras sobre retenção de lucros	Nos termos do art. 45 do Estatuto Social, a administração deve submeter à Assembleia Geral proposta de destinação do lucro líquido apurado em cada

	exercício social, se houver, observadas as seguintes regras: (i) parcela correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicada, antes de qualquer destinação, na constituição de reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) parcela do lucro líquido do exercício remanescente pode ser destinada à formação de reserva para contingências, com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente da perda julgada provável; (iii) parcela do lucro líquido do exercício decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos pode ser destinada para a reserva de incentivos fiscais; (iv) parcela da reserva para contingências constituída em exercícios anteriores e correspondente a perdas efetivamente incorridas ou não materializadas deve ser revertida; (v) do saldo remanescente após as deduções e reversões mencionadas nos incisos acima, se houver, parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) será distribuída como dividendo mínimo obrigatório; (vi) parcela ou totalidade do saldo remanescente pode, por proposta da administração, ser retida para execução de orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral; e (vii) saldo remanescente, se houver, deve ser distribuído aos acionistas como dividendo adicional.
a.i. Valores das Retenções de Lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou prejuízo líquido de R$ 901.213 mil, não havendo, assim, retenção de lucros.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito como dividendo mínimo obrigatório a parcela correspondente a 25% do saldo remanescente após as seguintes deduções e reversões: 5% do lucro líquido para constituição da reserva legal; parcela do lucro líquido do exercício remanescente pode ser destinada à formação de reserva para contingências, com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente da perda julgada provável; parcela do lucro líquido do exercício decorrente de doações ou subvenções Governamentais; parcela da reserva para contingências constituída em exercícios anteriores e correspondente a perdas efetivamente incorridas ou não materializadas deve ser revertida. A parcela ou totalidade do saldo remanescente pode, por proposta da administração, ser retida para execução de orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral e o saldo remanescente, se houver, deve ser distribuído aos acionistas como dividendo adicional, observado o disposto no artigo 45 do Estatuto.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Em regra, a Companhia poderá declarar dividendos com base nos resultados anuais, conforme venha a ser aprovado pela Assembleia Geral. Adicionalmente, de acordo com o artigo 25 (xi) do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários ou intercalares ou juros sobre capital próprio com base no lucro líquido do exercício em curso ou em reservas de lucros existentes.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos	Não aplicável.

impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possui Política de Destinação de Resultados formalmente aprovada.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

iii. contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia construção não terminada não evidenciada no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não havia outros itens não evidenciados nas informações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores da Companhia submetem anualmente ao Conselho de Administração da Companhia a aprovação do plano orçamentário do exercício subsequente, incluindo o plano de investimentos. No exercício de 2025 foi apresentado ao Conselho o investimento de R$ 15,4 milhões. Esse montante é dividido nas seguintes categorias:

- *Run The Business:* R$ 2,4 milhões, contemplando investimentos que visam sustentar o negócio, envolvendo compra de ativos para manutenção das operações e investimentos com propósito de atendimento a normas legais, e regulamentadoras e outros requisitos necessários.
- *Improve The Business:* R$ 1,7 milhões, contemplando investimentos com o propósito de melhorar o negócio através de soluções que objetivam produtividade, redução de custos, evoluções tecnológicas, obras estruturantes (não ligadas a NPI), modernizações, entre outros.
- *Transform The Business:* R$ 11,3 milhões, contemplando investimentos com o objetivo de expansão/transformação, ou seja, projetos que contemplam novos NPIs e negócios.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores informam que as fontes de financiamento dos principais investimentos de expansão de capacidade produtiva advêm de capital operacional e de capital de terceiros através de linhas de longo prazo com instituições de fomento. A parte necessária, denominada de contrapartida da empresa, vem do caixa da Companhia, formado pela própria geração de caixa operacional da Companhia.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não foram realizados desinvestimentos de capital no último exercício social, nem tampouco existe desinvestimento de capital relevante em andamento e/ou previsto.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulgou aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia mantém uma equipe de pesquisa e desenvolvimento de soluções para melhorar o processo de manufatura em pás para aerogeradores, incluindo soluções de coleta e tratamento de dados utilizando IOT (internet das coisas) e inteligência artificial. As pesquisas da Companhia são mantidas em sigilo e tratadas como segredo industrial.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não incorreu em gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que não há projetos em desenvolvimento já divulgados pela Companhia.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não incorreu em gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia está comprometida em apoiar a transição energética, rumo a uma economia de carbono neutro, se fortalecendo a cada ano, crescendo com responsabilidade, a partir da crença no potencial de transformação das pessoas.

Para a Companhia, a sustentabilidade é parte indissociável do negócio, tendo evoluído em suas práticas relacionadas a ESG (ambientais, sociais e de governança, na sigla em inglês) de maneira que busca integrar a sustentabilidade em seus negócios, estando sempre atenta aos impactos socioambientais de nossas atividades, buscando mitigar os negativos e potencializar os positivos através do gerenciamento de riscos e impactos.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outras informações relevantes com relação a esta Seção 2.

3. PROJEÇÕES

3.1. As projeções devem identificar:

a. objeto da projeção

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

e.

Nos termos da regulamentação da CVM, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa. Nesse sentido, a Companhia optou por não divulgar projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas a ela ou a suas atividades.

3.2 Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Em 26 de março de 2025 a Companhia divulgou projeções com relação ao fluxo de caixa para o 1º trimestre de 2025 e às receitas para o ano de 2025.

A Companhia esclarece que não apresenta novas projeções sobre este tema para período em curso.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Fluxo de Caixa[1] [R$ mmd]	Projetado 1T25E	Realizado 1T25E
1. Adj. EBT (Caixa)	**(95)**	**(8)**
(+/-) Δ Capital de Giro	(175)	**(235)**
(-) Impostos pagos	-	**(15)**
(-) Capex líquido de depreciação	11	**14**
2. Fluxo de Caixa Operacional	**(259)**	**(244)**
(-) Amortização de Dívidas	(18)	**(18)**
(+) Juros não monetários pagos	61	**(3)**
(+) Empréstimos	6	**32**
3. Fluxo de Caixa Financeiro	**49**	**11**
4. Fluxo de Caixa Total	**(210)**	**(233)**
Caixa e Equivalentes de Caixa	*135*	**Média**

(1) Excluindo *fees* de reestruturação.

DRE R$ (MM)	Projetado 2025E	Projetado Média	Realizado 2025E
Receita Líquida	**700 - 800**	**750**	**746**
Lucro Bruto	10 - 25	18	**1**
EBITDA Aj.[1]	(35) - (25)	(30)	**(115)**

EBIT Aj.	(110) - (100)	(105)	**(196)**
Resultado Financeiro	(270) - (250)	(260)	**(320)**
Lucro Líquido Aj.	(380) - (350)	(365)	**(592)**

Excluindo *fees* de reestruturação.

O EBITDA foi impactado por eventos não recorrentes, como provisões para perdas de estoque, PECLD, deságio de ICMS e custos relacionados à reestruturação da dívida. Por fim, o resultado financeiro apresentou piora relevante, refletindo maior custo da dívida, com destaque para juros de FIDC e efeitos da alta da SELIC.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que, na data da apresentação deste Formulário de Referência não há projeções válidas para os períodos ainda em curso.

4. FATORES DE RISCO

4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Cabe aos investidores atuais e potenciais analisar detalhadamente as informações contidas nesse Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, reputação, situação financeira, reputacional, resultados operacionais, fluxo de caixa e/ou liquidez poderão ser adversamente afetados por quaisquer dos riscos listados abaixo. O preço de mercado das ações de nossa emissão poderá flutuar em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco e, caso essa flutuação seja negativa, nossos potenciais investidores poderão perder parte ou até mesmo as totalidades de seus investimentos.

Nesta seção, quando nós afirmamos que um risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou terá um efeito adverso ou negativo sobre nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderia ou poderá afetar adversa ou negativamente nossos negócios, nossa condição financeira, reputacional, nossos resultados operacionais, nosso fluxo de caixa, nossa liquidez, nossos negócios, nosso futuro e o de nossas subsidiárias e o preço de mercado de nossas ações, bem como o preço de outros valores mobiliários que venham a ser emitidos por nós. Expressões similares incluídas neste item “4.1. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto. Além disso, os riscos descritos abaixo são aqueles que, na data-base deste Formulário de Referência, acreditamos poder afetar substancial e/ou adversamente nossos negócios, reputação, condição financeira e/ou resultados operacionais, influenciando desse modo, eventuais decisões de investimento a nós relacionadas.

Além dos “Fatores de Risco” descritos nesta seção, outras situações e ocorrências também poderão nos afetar adversamente, incluindo fatores de riscos internos não identificados ou não considerados relevantes pela Administração.

- **Companhia**

Nossa receita está concentrada em poucos clientes. A não renovação de contratos de longo prazo ou a falha de algum dos clientes em cumprirem seus compromissos contratuais podem afetar significativamente, de forma negativa, nossos resultados operacionais e nossa condição financeira

O mercado no qual atuamos tem como característica a concentração de um número

pequeno de clientes, todos fabricantes de aerogeradores, que invariavelmente possuem alta relevância no faturamento das companhias geradoras de energia renovável decorrente de fontes eólicas para os quais tais clientes prestam serviços e realizam fornecimentos de aerogeradores. Isso ocorre também conosco. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o cliente mais representativo da Companhia, a Vestas, representou 71% de nossa receita líquida.

Caso algum dos principais contratos com clientes seja rescindido ou não renovado, ou ainda, algum de nossos clientes for incapaz de cumprir suas obrigações previstas em contrato, total ou parcialmente, especialmente aquelas obrigações relacionadas ao pagamento tempestivo de valores a nós devidos e à colocação de novas ordens de compra nos volumes mínimos definidos em contrato, poderemos ter nossos resultados operacionais e nossa condição financeira afetados de forma relevante e negativa. Para mais informações, veja a o item 1.5 deste Formulário de Referência.

Nossos produtos podem não atingir as especificações de qualidade estabelecidas pelo cliente, podemos não conseguir detectar e corrigir essas não conformidades a tempo, e as pás podem apresentar falhas durante a operação do aerogerador, expondo a empresa a elevados custos com garantia e afetando a reputação da Companhia

Nossos produtos podem chegar aos parques eólicos com falhas originadas em diversas etapas de nosso processo produtivo ou decorrentes de acidentes ocorridos durante os procedimentos de transporte até sua destinação final, caso a responsabilidade por tal serviço de transporte seja alocada à Companhia. Dentre essas falhas destacamos:

- utilização de matérias-primas não conformes por falha no sistema de inspeção de recebimento de materiais ou outra falha similar;

- erros operacionais não identificados e não corrigidos durante o processo de produção; e/ou

- danos causados durante o transporte, armazenagem e movimentação dos produtos acabados, inclusive quando realizados por nossos clientes.

Nossos contratos de fornecimento contêm cláusulas de garantias de funcionamento dos produtos por nós fornecidos e, eventuais falhas ou defeitos decorrentes dos riscos acima mencionados, podem levar à execução das garantias contratuais por nossos clientes, acarretando custos para a Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, reconhecemos gastos na execução de serviços para corrigir falhas em produtos apresentadas durante o período de garantia que representaram 0,74% de nossa receita líquida, o que equivale a R$ 5.488.915,25.

Falhas ou defeitos em nossos produtos, independentemente da origem, acarretando ou não recalls, podem resultar em gastos com garantia em volumes significativos, que podem, inclusive, não ser integralmente cobertos pelas apólices de seguro vigentes. Caso isso ocorra, poderemos não conseguir contratar seguros para nossos produtos no futuro (ou poderemos só conseguir contratar tais seguros em condições mais onerosas), poderemos ter nossa reputação abalada e poderemos ter que desembolsar valores adicionais relevantes. Qualquer desses fatores poderá afetar adversamente e de forma relevante nossos resultados financeiros e operacionais.

Podemos ser incapazes de produzir nosso produto em quantidade suficiente ou nos prazos acordados com nossos clientes. Podemos não ser capazes de cumprir as metas de volume de entrega estabelecidas em contratos de fornecimento de pás. Isso pode comprometer as projeções de receitas e acarretar um efeito adverso relevante sobre nossa situação financeira e resultados operacionais

Temos um processo produtivo influenciado e dependente de diferentes fatores externos sobre os quais não temos influência. Nossas cadeias de suprimentos, nacional ou internacional, podem sofrer atrasos nos fornecimentos de matérias-primas, sendo que algumas delas não possuem similar nacional e são produzidas em poucos países estrangeiros, dificultando sua obtenção, seja por questões mais diretamente vinculadas à importação, como a volatilidade cambial, seja por questões de estoque insuficiente.

Além disso, podemos experimentar a falta de mão de obra qualificada (inclusive por questões de saúde laboral derivada de doenças em larga escala e pandemias) e sofrer impactos derivados de mudanças relacionadas à logística, questões regulatórias, aduaneiras e fiscais e o funcionamento apropriado de nossas unidades fabris por conta de paradas prolongadas de produção, inclusive decorrentes de quebra de máquinas com alto tempo de reparo, falhas no abastecimento de água, energia elétrica e combustíveis, recebimento de matérias-primas que não cumprem os requisitos de qualidade, principalmente no caso de matérias-primas com ciclos logísticos longos.

Caso ocorram atrasos decorrentes desses fatores, podemos não conseguir cumprir os prazos contratados perante nossos clientes e/ou atender a demanda previamente acordada, resultando em provável aplicação de penalidades como o pagamento de multas, cancelamentos e possível perda de participação de mercado.

O disposto acima, caso ocorra, poderá comprometer nossa estratégia de crescimento e acarretar um efeito adverso relevante sobre nossa situação financeira e resultados.

Temos nossas atividades concentradas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CE), o que nos expõe a riscos que, se concretizados, deverão impactar nossa situação operacional e nossas condições financeiras de forma adversa e relevante

Atualmente temos três unidades fabris, localizadas no Complexo Industrial e Portuário

do Pecém, no Estado do Ceará, e os riscos a que estamos sujeitos no complexo industrial são:
(i) riscos de desastres naturais; (ii) acidentes de grandes proporções; (iii) greves ou paralisações; (iv) imposição de restrições de acesso decorrentes de *lockdown*; (v) perdas ou danos a bens e equipamentos; (vi) perda de licenças essenciais a nossas atividades; ou (vii) doenças infectocontagiosas, inclusive pandemias, que podem levar a uma interrupção ou significativa redução de nossas operações, afetando adversamente e de forma relevante nossa capacidade de produzir, auferir receitas e, consequentemente, obter resultados financeiros satisfatórios.

Caso qualquer dos riscos acima mencionados venha a se concretizar, poderemos sofrer interrupções ou restrições relevantes em nossas atividades, com impactos adversos sobre nossa capacidade produtiva, nossos resultados operacionais, nossa reputação e nossa situação financeira, de forma significativa e relevante.

Nossos contratos estão sujeitos a diversas penalidades (liquidated damages) caso sejamos incapazes de cumprir nossas obrigações lá estabelecidas, resultando, além da aplicação de penalidades pecuniárias, na possibilidade de término antecipado ou declaração de vencimento antecipado do contrato pela respectiva contraparte, impactando significativamente e de forma adversa nossos resultados operacionais e situação financeira

Nossos contratos estão sujeitos a diversas penalidades (*liquidated damages*) caso sejamos incapazes de cumprir nossas obrigações lá estabelecidas. Isso pode acarretar a aplicação de multas e possibilidade de rescisão antecipada do contrato por parte do cliente. Assim, podemos ser compelidos a fazer pagamentos a nossos clientes como consequência de falhas no cumprimento de cláusulas contratuais, em especial sobre o prazo de entrega dos produtos, seja por atrasos na construção de prédios, instalação de máquinas e equipamentos, incapacidade de atingir a cadência de produção prevista em contrato, ou atraso para atingir volume estabilizado de produção, ou mesmo podemos ter o contrato encerrado antecipadamente por descumprimento de obrigações.

Além disso, alguns de nossos contratos financeiros estabelecem obrigações de fazer e não fazer por parte da Companhia e de seus acionistas, cujo descumprimento pode levar ao vencimento antecipado das dívidas por eles representadas. Na hipótese de a Companhia estar inadimplente nos termos de qualquer um de seus contratos de financiamento, os saldos devedores nos termos desses contratos (incluindo principal, juros e quaisquer multas) poderão ser antecipados e acionar disposições sobre inadimplemento cruzado ou vencimento antecipado cruzado (*cross-default* e *cross-acceleration*), que poderão consumir um valor significativo do caixa da Companhia. Para mais informações acerca dos contratos financeiros da Companhia, veja o item 2.1 “f” deste Formulário de Referência.

Caso qualquer das situações aqui previstas ocorra, poderemos ter nossa reputação,

nossos resultados operacionais e nossa situação financeira afetados substancial e negativamente. Para mais informações, veja a seção 2 deste Formulário de Referência.

Podemos ser incapazes de atrair e reter talentos, afetando tanto nossa capacidade de gestão quanto nossa capacidade técnica em cumprir nossa estratégia

A falta de capacidade de retenção de talentos oferece alto risco de perda de diferencial competitivo pois está diretamente ligada a vários custos operacionais, bem como a possíveis prejuízos financeiros. A não retenção de pessoas com potencial e talento pode comprometer diretamente a qualidade do produto, afetando diretamente a imagem da empresa e gerando elevados riscos de desacordos contratuais por parte dos clientes. Ainda, não reter talentos pode elevar o *turnover* (desligamento), aumentando consequentemente custos de contratação e *onboarding* (treinamento até estarem aptos às funções) e rescisões contratuais. Todos estes fatores têm por consequência a baixa produtividade, riscos de não atendimento às normas de segurança do trabalho, elevados custos operacionais e ainda prejuízos à imagem institucional da Companhia como um ambiente atrativo para o desenvolvimento e a consolidação de carreiras profissionais.

Caso não consigamos reter nossos talentos e/ou atrair novos talentos, poderemos ter afetadas tanto nossa capacidade de gestão quanto nossa capacidade técnica em cumprir nossa estratégia e, consequentemente, ter nossos resultados impactados de forma relevante e negativa.

Somos responsáveis por quaisquer perdas e danos decorrentes da não entrega de produtos. As nossas apólices de seguro contratadas podem não ser suficientes para cobrir totalmente tais perdas e danos

Perdas ou danos decorrentes da não entrega de produtos e demais situações que não estejam cobertas por nossas apólices de seguro empresarial e de responsabilidade civil, poderão gerar custos extras não previsto em nossas coberturas.

Podemos não ser capazes de renovar as apólices de seguro e, em caso de renovação, não podemos garantir que conseguiremos renová-las nas mesmas condições contratadas. Esse risco pode causar um efeito adverso relevante nos nossos negócios e na nossa situação financeira.

Caso não seja capaz de cumprir com as leis e normas de combate à corrupção e lavagem, a Companhia pode ficar sujeita a multas, penalidades ou outras sanções regulatórias, e suas vendas e lucratividade podem sofrer quedas significativas

A Companhia, no curso de seus negócios, está sujeita à Lei n.º 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto n.º 11.129/2022 ("Lei Anticorrupção"), à Lei n.º 8.429/1992, alterada pela Lei n.º 14.230/2021 ("Lei de Improbidade Administrativa"), às Leis n.º 8.666/1993 e n.º 14.133/2021 - Leis de Licitações, à Lei n.º 12.529/2011 - Lei

Antitruste e à Lei n.º 9.613/1998, alterada pela Lei nº 12.683/2012 - Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro.

Diante disso, a Companhia pode vir a ser responsabilizada por atos cometidos por seus administradores, funcionários e terceiros que atuem em seu nome, caso estes venham a descumprir suas políticas e procedimentos anticorrupção e/ou com a Lei Anticorrupção e/ou com a Lei de Improbidade Administrativa. Falhas em seus procedimentos de auditoria de terceiros (clientes ou fornecedores) podem levar a Companhia a contratar com terceiros inidôneos, ocasião em que a Companhia poderá vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à lei.

Isto porque, a Lei Anticorrupção impõe responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública. Desse modo, pessoas jurídicas, como a Companhia, podem ser afetadas por atos lesivos, ainda que praticados por terceiros agindo em seu interesse ou benefício, sujeitando a Companhia à aplicação de penalidades cíveis e administrativas.

A prática de ato em violação às leis de combate à corrupção ou condutas anticompetitivas, por qualquer funcionário ou administrador da Companhia, ou mesmo por um terceiro agindo no interesse ou benefício da Companhia, pode ensejar a instauração de investigações ou de processos de natureza administrativa ou judicial contra a Companhia, o que poderá impactar de forma adversa a sua imagem e reputação, afetar a sua capacidade financeira e as suas operações, acarretar a eventual aplicação de penalidades previstas nas leis aplicáveis – incluindo multas, suspensão ou impedimento de contratação com o poder público e perda de autorizações e alvarás – e sujeitar seus administradores à inabilitação de suas funções e consequente afastamento da Companhia, bem como a sanções criminais.

No caso de infrações antitruste, as pessoas jurídicas envolvidas estão sujeitas a uma multa que pode variar de 0,1% a 20% do valor do faturamento bruto obtido no último exercício anterior à instauração do processo administrativo, no ramo de atividade empresarial em que ocorreu a infração, bem como a penalidades acessórias, que incluem (i) obrigação de publicação da decisão condenatória em jornal às custas da empresa; (ii) proibição para contratar com instituições financeiras públicas; (iii) proibição de participar em licitações públicas e contratar com o poder público; (iv) inscrição no Cadastro Nacional de Defesa do Consumidor; (v) cisão da sociedade, transferência de controle societário, venda de ativos e cessação parcial da atividade; (vi) proibição de exercer comércio em nome próprio ou como representante de pessoa jurídica, pelo prazo de até 5 anos; e (vii) qualquer outro ato ou providência para eliminar os efeitos nocivos à concorrência. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE também poderia recomendar às autoridades competentes a (i) concessão de licença compulsória de direito de propriedade intelectual e (ii) que não seja concedido ao infrator parcelamento dos tributos federais ou para que sejam cancelados, no todo ou

em parte, incentivos fiscais ou subsídios públicos já concedidos.

No caso de infrações à Lei Anticorrupção, as pessoas jurídicas envolvidas estão sujeitas às penalidades de (i) multa no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; (ii) publicação extraordinária de decisão condenatória; e (iii) reparação integral do dano causado.

Nossas políticas e controles internos podem ser ineficazes ou podemos ser incapazes de identificar o descumprimento de tais políticas ou sermos ineficientes nas ações corretivas quando identificarmos falhas

Nossas políticas e controles internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes e/ou violações de leis aplicáveis por parte de nossos colaboradores, membros de nossa administração e terceiros relacionados à Companhia. Caso nossos colaboradores ou outras pessoas relacionadas a nós se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou nossas políticas internas, nós poderemos ser responsabilizados por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que, por sua vez, podem afetar substancial e negativamente os nossos negócios e a nossa imagem.

Nossos controles internos, políticas e manuais podem não ser suficientes para evitar violações de leis de combate à corrupção por parte de nossos administradores, empregados e fornecedores. Ainda, esses controles internos, políticas e manuais podem não ser suficientes para assegurar que todos os membros de nossa administração, funcionários e terceiros que agem em nosso nome e/ou os representantes de nossos fornecedores atuem em conformidade com as leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção.

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer dessas leis, no Brasil ou no exterior, envolvendo nossa administração, funcionários ou terceiros que agem em nosso nome pode resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) proibição ou suspensão de nossas atividades; (iii) vencimento antecipado de contratos financeiros; (iv) rescisão de contratos de fornecimento celebrados com nossos clientes; e/ou (v) proibição de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública.

Por conseguinte, todas essas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante nos nossos negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como podem afetar negativamente nossa reputação. Ademais, eventual aplicação de penalidades ou

a instauração de processos administrativos ou judiciais poderá demandar dispêndio significativo de recursos financeiros e humanos, desviar a atenção da administração de nossas atividades estratégicas e operacionais e limitar nossa capacidade de acessar fontes de financiamento em condições favoráveis.

Podemos diluir a participação societária dos titulares de ações ordinárias de nossa emissão e optar por captar recursos por meio de oferta subsequente de ações ou pela emissão de títulos conversíveis em ações

Podemos decidir expandir nosso negócio, agregando mais acionistas por meio de oferta subsequente de ações de nossa emissão ou pela emissão de títulos conversíveis em ações. Nesses casos, como cada acionista detém uma parte percentual da Companhia, quando entram novos acionistas, há uma diluição da fatia de cada um, em termos proporcionais. A distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de nossa emissão pode ser realizada, inclusive, com a exclusão do direito de preferência aos nossos acionistas, podendo resultar na diluição da participação dos nossos acionistas no capital social e, caso a emissão seja realizada abaixo do valor contábil, poderá resultar também em uma diluição do valor contábil da participação dos nossos acionistas. Adicionalmente, ainda que sejam emitidas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis em ações de nossa emissão sujeitas ao direito de preferência, os investidores que optarem por não participar de qualquer oferta prioritária poderão sofrer uma diluição de sua participação em nosso capital social.

Assim, eventual realização de ofertas subsequentes de ações ou emissões de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações poderá resultar na diluição da participação societária e econômica dos atuais acionistas, bem como na redução de seu poder de voto e influência nas deliberações societárias. Ademais, tais operações poderão impactar adversamente a cotação de nossas ações no mercado e a percepção dos investidores quanto ao valor da Companhia, afetando de forma relevante nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Falhas em nossa infraestrutura ou nos nossos sistemas de informação, como ataques de hackers e violações de segurança e privacidade, podem afetar nossas operações e causar perdas financeiras, afetando de forma relevante e negativa nossos resultados operacionais

O nosso negócio envolve a coleta, o armazenamento e o tratamento de dados pessoais, inclusive de caráter sensível, de clientes, fornecedores e empregados. A nossa tecnologia da informação e infraestrutura podem ser vulneráveis a ataques de hackers ou violações de segurança. Neste caso, terceiros poderão acessar os dados pessoais ou dados confidenciais de nossos clientes, fornecedores e/ou empregados que estiverem armazenados ou acessíveis através desses sistemas.

Nossas medidas de segurança podem também ser violadas por falha humana, atos ilícitos, erros ou vulnerabilidades de sistema, ou outras irregularidades. Qualquer violação, efetiva ou percebida, pode interromper nossas operações, resultar na indisponibilidade de nossos sistemas ou serviços, na divulgação imprópria de dados, prejudicar de maneira relevante a nossa reputação e marca, resultar em uma exposição jurídica e financeira relevante, levar à perda de confiança do cliente, com impacto adverso sobre nosso negócio e resultados operacionais. Ademais, quaisquer violações da segurança da rede ou de dados de nossos clientes ou fornecedores, incluindo o data center, podem ter efeitos adversos semelhantes.

Nesse sentido, as vulnerabilidades ou violações de dados, reais ou percebidas, podem dar origem a ações contra nós por parte desses terceiros que se sentirem prejudicados, o que também pode afetar negativamente e de forma relevante nossa imagem e nossos resultados.

Nossos resultados podem ser adversamente impactados de forma relevante pela volatilidade cambial ou pela falhas na execução da política de hedge cambial

Não temos controle sobre as oscilações do mercado financeiro e podemos falhar na execução da política de *hedge* cambial.

Além disso, as operações de *hedge* nos expõem a riscos de perdas financeiras em situações em que a outra parte do contrato de hedge venha a não cumprir suas obrigações contratuais, ou em que ocorra um descasamento entre o preço subjacente ao contrato de *hedge* e o preço real das mercadorias ou da taxa de câmbio no momento da transação.

A realização de operações de *hedge* pode não ser suficiente para nos proteger dos riscos relacionados à nossas atividades e pode também nos levar a perdas que afetem de forma relevante e adversa nossa capacidade de pagamento e nossos resultados operacionais e financeiros.

Nossa situação financeira pode se deteriorar consideravelmente caso os incentivos fiscais regionais, setoriais e/ou concedidos a empresas exportadoras sejam alterados ou extintos

Possuímos diversos benefícios fiscais, tais como:

- FDI – Fundo de Desenvolvimento da Indústria do Estado do Ceará (“FDI”), instituído pela Lei n.º 10.367, de 7 de dezembro de 1979. O FDI tem como abrangência atividades industriais em todo o Estado do Ceará, por meio de incentivos fiscais de ICMS que envolvem (i) a dilação do prazo de pagamento de parcela do saldo devedor mensal do imposto, com dedução de percentual dessa parcela; (ii) o diferimento parcial ou total do imposto; (iii) a concessão de crédito

presumido; (iv) a concessão de redução da base de cálculo do ICMS; e (v) a concessão de incentivos financeiros relacionados ao ICMS. A princípio, o prazo de vigência do benefício é até 31 de maio de 2032;

- SUDENE - Redução de 75% do IRPJ para novos empreendimentos na região da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, instituído pelo Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002. Inicialmente, o período de fruição do benefício vai até 31/12/2029;

- Reintegra - Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras, conforme Lei n.º 13.043, de 13 de novembro de 2014. O Reintegra tem por objetivo devolver parcial ou integralmente a parcela de tributos incidentes na cadeia de produção de bens destinados à exportação;

- Confaz 101/97 - O Convênio ICMS Confaz 101/97 concede isenção do ICMS nas operações com equipamentos e componentes, listados no próprio convênio, para o aproveitamento das energias solar e eólica. A princípio, o prazo de vigência do benefício é até 31 de dezembro de 2028;

- Incentivos fiscais concedidos pela Prefeitura de Caucaia – benefício fiscal relacionado à redução da alíquota de IPTU, ITBI, ISS e taxas ambientais, sanitárias e de construção. Previamente, o prazo de vigência do benefício é até 07 de abril de 2032.

A extinção ou alteração desses benefícios e/ou a nossa incapacidade de repassar integralmente esses benefícios a nossas operações ou mesmo aos preços praticados junto a nossos clientes pode causar efeito adverso relevante em nossos negócios e na nossa situação econômico-financeira.

Tecnologias disruptivas podem tornar nosso produto e/ou nosso processo produtivo obsoletos, afetando nossos resultados operacionais e financeiros de forma adversa e relevante

Estamos sujeitos a disrupções tecnológicas que tornem obsoleto o conceito do aerogerador, ou que alterem o design do aerogerador extinguindo a necessidade de uso de pás eólicas ou, ainda, a mudanças em processos de fabricação de pás eólicas que tornem nossos ativos (instalações e *know-how*) obsoletos e que sejamos incapazes de nos adequar a tais mudanças, afetando a viabilidade de nosso modelo de negócios e, consequentemente, nossos resultados operacionais e financeiros de forma adversa e relevante.

Em decorrência disso, eventual adoção de tecnologias disruptivas por concorrentes ou mudanças significativas no setor podem reduzir a competitividade de nossos produtos e serviços, exigir investimentos adicionais substanciais para atualização de nossas

instalações e processos, ou tornar parte de nossos ativos obsoletos. Tais circunstâncias poderão impactar negativamente nossa capacidade de gerar receitas, comprometer a execução de nossa estratégia de crescimento e afetar de forma relevante nossos resultados operacionais, financeiros e a percepção do mercado sobre a Companhia.

A implementação de nossa estratégia de negócios, bem como nosso crescimento futuro, exigirá capital adicional que talvez não esteja disponível ou, caso disponível, poderá não estar em condições a nós favoráveis

A implementação de nossa estratégia de negócios, bem como nosso crescimento futuro, dependerá de buscarmos, além de nosso caixa operacional, capital adicional, quer mediante a emissão de títulos de dívida ou outros valores mobiliários, inclusive emissão de novas ações, ou contratação de empréstimos. Nossa capacidade futura de captação de capital dependerá de nossa rentabilidade futura, bem como da conjuntura política e econômica mundial e brasileira, que são afetadas por fatores fora de nosso controle.

É possível que capital adicional não esteja disponível ou, caso disponível, possa não estar em condições a nós favoráveis. A restrição à captação em condições aceitáveis poderá ter um efeito adverso relevante sobre nossos resultados e negócios. Ademais, caso contratemos endividamento adicional, os riscos associados à nossa alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguirmos gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida, causando um efeito adverso relevante sobre nossos resultados e negócios.

Estamos sujeitos a resultados desfavoráveis em processos judiciais, arbitrais ou administrativos que poderão afetar negativamente nossos resultados e nossa situação financeira

A Companhia é ré e poderá se tornar réu em ações judiciais e administrativas, incluindo, sem limitação, nas esferas fiscal, cível, trabalhista e criminal, cujos resultados poderão ou não ser favoráveis. Provisões podem não ser constituídas ou, se constituídas, podem ser insuficientes para fazer frente ao custo total decorrente desses processos. Adicionalmente, podemos estar sujeitos a contingências por outros motivos que nos obriguem a despender de valores significativos. Decisões judiciais desfavoráveis para nós, especialmente em processos envolvendo valores relevantes e causas conexas (incluindo as descritas nos itens 4.4, 4.5, 4.6 e 4.7 deste Formulário de Referência), que alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso relevante nos nossos resultados, negócios e situação financeira.

Da mesma forma, nossos acionistas e/ou administradores podem vir a ser réus em ações judiciais e administrativas, incluindo, sem limitação, nas esferas fiscal, cível, trabalhista e criminal, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente.

Nesse sentido, decisões desfavoráveis em processos movidos contra nós e/ou contra nossos administradores também poderão causar danos à nossa reputação.

Para informações sobre os processos judiciais e administrativos, vide itens 4.4 ao 4.7 deste Formulário de Referência.

Estamos sujeitos a riscos relativos ao não cumprimento da nova Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Podemos ser afetados adversamente pela aplicação de sanções, inclusive pecuniárias, por esse não cumprimento.

Em 14 de agosto de 2018, foi promulgada a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais"), que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais estabelece novo marco legal a ser observado pelas empresas no tratamento de dados pessoais (coleta, classificação, utilização, processamento, armazenamento, transferência, eliminação, entre outras operações realizadas com dados pessoais) e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, as obrigações e os requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais e a transferência e compartilhamento de dados pessoais, bem como prevê sanções administrativas para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular até a imposição de multa.

Além de sanções administrativas, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais também prevê que sanções cíveis e penais sejam aplicadas em caso de violação de suas disposições. Assim, podemos estar sujeitos a tais penalidades caso a Companhia não atenda integralmente ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no curso das suas operações.

A ocorrência de um desastre natural, epidemias generalizadas de saúde, pandemia ou outros surtos pode prejudicar significativamente nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais

Desastres naturais, como incêndios ou inundações, o surto de uma epidemia ou pandemia generalizada de saúde ou outros eventos, como guerras, atos de terrorismo, eventos políticos, acidentes ambientais, falta de energia ou interrupções na comunicação podem prejudicar significativamente nossos negócios. A ocorrência de um desastre ou evento similar pode afetar significativamente nossos negócios e operações.

Esses eventos também podem nos levar a fechar temporariamente nossas instalações operacionais, o que prejudicaria gravemente nossas operações e prejudicaria seriamente nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais. Além disso,

nossas vendas líquidas podem ser significativamente reduzidas na medida em que um desastre natural, epidemia ou pandemia de saúde, ou outro evento imprevisível e inevitável prejudique a economia do Brasil ou de outras jurisdições em que operamos. Nossas operações também podem ser gravemente interrompidas se nossos clientes, prestadores de serviços, fornecedores ou outros participantes forem afetados por desastres naturais, epidemias ou pandemias generalizadas de saúde, pandemias ou outros eventos importantes.

Quaisquer surtos de doenças podem produzir efeitos e impactos imprevisíveis e voláteis sobre nossas atividades

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos negócios da Companhia, bem como na economia brasileira.

Nesse sentido, surtos de doenças também podem modificar nossas práticas de negócios (incluindo viagens de funcionários, locais de trabalho dos funcionários e cancelamento de participação física em reuniões, eventos e conferências), o que poderia prejudicar o regular desenvolvimento dos negócios da Companhia e impactar as operações da Companhia.

- **seus acionistas, em especial os acionistas controladores**

Os titulares das ações por nós emitidas podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio, ou podem receber dividendos inferiores ao mínimo obrigatório

De acordo com nosso estatuto social, a Companhia deve pagar a seus acionistas, no mínimo, 25% de lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das S.A., sob a forma de dividendos obrigatórios.

Em determinadas circunstâncias, a Companhia pode não ser capaz de distribuir dividendos ou distribuí-los em valor inferior ao dividendo mínimo obrigatório.

Estas hipóteses incluem cenários em que a Companhia apresente prejuízo no exercício social em referência ou, mesmo em caso de lucro líquido apurado:

- caso o lucro líquido seja utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos da Lei das S.A.;

- caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia, suspendendo a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social;

- caso o fluxo de caixa e os lucros da subsidiária, bem como a distribuição desses lucros sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio, não ocorram, comprometendo os resultados e, consequentemente, a distribuição do dividendo mínimo obrigatório pela Companhia.

Além disso, alguns dos contratos de financiamento e demais instrumentos de dívida celebrados pela Companhia incluem restrições quanto ao pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas em valor superior ao mínimo obrigatório, o que, por consequência, pode limitar a disponibilidade de caixa da Companhia e comprometer a sua capacidade de efetuar distribuições de proventos aos acionistas.

Dessa forma, os titulares das ações de nossa emissão podem não receber dividendos ou juros sobre capital próprio em tais circunstâncias ou receber dividendos inferiores ao mínimo obrigatório.

Por fim, a nova legislação tributária, que afetou a tributação incidente sobre proventos, poderá impactar o valor líquido a ser recebido pelos nossos acionistas a título de participação nos resultados.

Os interesses dos acionistas controladores podem divergir dos interesses dos demais titulares de ações ordinárias da Companhia

Levando em consideração que os acionistas controladores possuem, 52% das ações da Companhia, as tomadas de decisões que necessitarem da aprovação dos acionistas, tais como eleição dos membros do Conselho de Administração, aquisições, investimentos, financiamentos, entre outras, serão determinadas pelos acionistas controladores, o que pode ser conflitante com os interesses dos demais acionistas. Além disso, tais conflitos de interesse podem resultar em questões de ordem econômica, financeira ou operacional, podendo também levar a litígios, o que pode afetar adversamente e de forma relevante as nossas atividades e situação financeira e, consequentemente afetar nossos resultados operacionais.

- **seus administradores**

Os interesses de nossos administradores podem ficar excessivamente vinculados à cotação de negociação de nossas ações, na medida em que suas remunerações contemplam, em parte, incentivos baseados em ações

Nossos administradores são beneficiários de planos de remuneração baseados em ações, nos termos dos quais os potenciais ganhos para os beneficiários estarão vinculados a valorização do preço de nossas ações no mercado. O fato de os membros da nossa administração receberem, como parte de sua remuneração, planos de remuneração baseados em ações de emissão da Companhia, pode levar tais pessoas a vincular seus

interesses à cotação de ações de nossa emissão, de modo a exercer o poder de controle sobre a Companhia, incluindo sobre suas estratégias de desenvolvimento, e seus gastos, de maneira divergente em relação aos interesses de nossos acionistas.

Para mais informações sobre os planos de remuneração baseado em ações, ver o item 8.4 deste Formulário de Referência.

- **suas controladas e coligadas**

Não existem riscos associados à controladas e coligadas.

- **seus fornecedores**

A interrupção no recebimento de matérias-primas e insumos poderá causar efeitos adversos às nossas operações e aos nossos resultados

Dependemos largamente do fornecimento de matérias-primas e insumos por fornecedores locais e internacionais, principalmente as fibras de reforços (fibra de vidro e fibra de carbono), a resina epóxie, o núcleo de espuma e a madeira de balsa. Tais fornecimentos são majoritariamente regulados por contratos de longo prazo celebrados com diversos fornecedores. Interrupções no fornecimento de matérias-primas ou insumos essenciais a nosso processo produtivo poderão ocorrer por diversas razões, incluindo disrupções na cadeia logística marítima internacional. A impossibilidade de obtermos matérias-primas ou insumos de forma a mantermos a produção constante, devido a não manutenção das atuais relações com fornecedores de matérias-primas, à renegociação de contratos, ao seu término, ou por qualquer outra razão, poderá causar efeito adverso às nossas atividades.

Utilizamos insumos que estão sujeitos a flutuações de preços de commodities, fazendo com que os reflexos de tais flutuações de preços tenham que ser repassados ao longo da cadeia de valor em que está inserido o nosso negócio

Os insumos que utilizamos são influenciados por uma série de fatores sob os quais temos pouco ou nenhum controle, incluindo, mas não limitado às condições econômicas internacionais e nacionais. Estamos sujeitos a flutuações de preço decorrentes da situação conjuntural do mercado, impactando os custos de aquisição de matérias-primas. Sendo assim, podemos não ser capazes de repassar esses custos aos nossos clientes, podendo diminuir a nossa margem de lucro e causando um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Além disso, várias fontes de risco na cadeia de fornecimento, incluindo greves ou paralisações, perda ou danos aos nossos equipamentos ou a seus componentes enquanto estiverem em trânsito ou armazenamento, desastres naturais ou a ocorrência de enfermidades, surtos de doenças ou guerras, poderiam limitar o fornecimento dos

insumos usados em nossas instalações.

- **seus clientes**

Podemos ser responsabilizados por danos causados à parte final da cadeia de valor, resultando em custos não previstos e possível dano à reputação da Companhia

Os aerogeradores equipados com as pás por nós produzidas podem sofrer falhas que afetem de forma parcial ou até mesmo inviabilizem sua operação dentro dos parâmetros de segurança e eficiência especificados, tais como vibrações estruturais no aerogerador acima dos limites previstos no projeto dos aerogeradores elaborado por nossos clientes.

Assim, o relacionamento de nossos clientes com os proprietários de parque eólicos pode ser afetado negativamente e, consequentemente, nossa reputação, nossos negócios, nossos resultados operacionais e nossa condição financeira podem ser afetados negativamente e de forma relevante.

A inadimplência dos nossos clientes pode afetar significativamente a capacidade financeira da Companhia

Atuamos em um segmento específico. Além disso, temos grande concentração de receita em poucos clientes. Caso haja um declínio na capacidade de pagamento dos nossos clientes, nossos resultados poderão ser afetados, dentro dos prazos estabelecidos nos contratos com nossos clientes, pois a possibilidade de vendermos nosso produto, que seria destinado a este cliente, para outro cliente/empresa é muito baixa. Corremos ainda o risco de ficarmos com estoque de matérias-primas de uso exclusivo deste cliente. Caso isso ocorra, seremos afetados de maneira relevante e adversa.

- **setores da economia nos quais o emissor atue**

Nossas operações podem ser adversamente afetadas por restrições à estrutura logística e de transportes do Brasil

O Brasil é um país extenso e muito plural em sua geografia e, devido a isso, sempre foi pontuada como uma dificuldade para o país o desenvolvimento de uma rede de transportes completa, sendo ainda nossa malha hidroviária, ferroviária e rodoviária deficitária e ineficiente se comparado o estado da infraestrutura e à demanda atual. Contribuindo com esta situação, somam-se os altos preços de combustíveis, pedágios e impostos cobrados nas diferentes modalidades de transporte.

Especificamente ao nosso negócio, temos a necessidade de obtenção de licenças específicas para o transporte das pás eólicas até os locais de destinação de nossos produtos realizados por nossos clientes e estrutura de acompanhamento ao transporte

por meio de veículos batedores, bem como restrições nos horários de tráfego e infraestrutura ao longo do trajeto. Tudo isso influencia nossos custos logísticos e pode impactar prazos de entrega aos clientes, acarretando multas contratuais, dentre outras penalidades, impactando nossa situação financeira.

- **regulação dos setores em que o emissor atue**

A demanda por instalação de parques eólicos pode flutuar consideravelmente nos mercados nos quais atuamos por conta de fatores políticos, volatilidade cambial, regulatórios, econômicos e ambientais, impactando negativamente e de forma relevante as vendas e, consequentemente, nos resultados operacionais e financeiros da Companhia

O mercado em que atuamos é um mercado altamente influenciado por políticas públicas, concessão de subsídios governamentais, regulamentação, questões de natureza ambiental e volatilidade cambial, dentre outros fatores. Adicionalmente, existem outras tecnologias de energia renovável que podem vir a concorrer com nossos produtos ou a substituir a forma atualmente utilizada para a geração de energia decorrente de fonte eólica o que inclusive pode levar a uma mudança de políticas públicas e diminuição ou cancelamento de incentivos à produção de energia eólica. Desta forma, estamos sujeitos a políticas públicas não favoráveis, cancelamento de subsídios governamentais, legislações ambientais mais restritivas e mudanças na regulamentação que não conseguimos prever neste momento. Qualquer desses fatores pode impactar negativamente e de forma relevante e permanente nossos volumes de produção e venda e, consequentemente, nossos resultados operacionais e financeiros.

O setor de energia elétrica no Brasil sofre forte influência regulatória e política e uma mudança nas diretrizes de desenvolvimento do setor elétrico pode impactar na demanda por pás eólicas

O setor de energia elétrica no Brasil é amplamente regulado pelo governo, que possui competência para explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços e instalações de energia elétrica. O setor elétrico é segmentado entre as empresas que atuam nas áreas de geração, transmissão, distribuição e comercialização.

Os agentes da categoria de geração podem ser enquadrados em diferentes regimes jurídicos, a depender das especificidades do seu ato de outorga (isto é, serviço público, produção independente de energia elétrica, autoprodução), sendo os geradores de energia eólica, em sua maioria, enquadrados como Produtores Independentes de Energia Elétrica ("PIEs"), sujeitos à autorização do Poder Concedente para produzir energia destinada à comercialização por sua conta e risco.

A comercialização de energia no Brasil é realizada nos chamados Ambiente de

Contratação Regulada ("ACR") e no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"). No ACR a energia é vendida às distribuidoras de energia elétrica e a contratação é feita por meio de leilões de energia promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), sob delegação do Ministério de Minas e Energia - MME, não havendo flexibilidade para negociação das condições contratuais, que seguem as minutas aprovadas pela ANEEL. Já os contratos de compra e venda de energia celebrados no ACL são negociados livremente entre as partes (geradoras, comercializadoras, consumidores livres e especiais) e o preço e demais condições (isto é, prazos) são acordados entre o comprador e vendedor da energia. Os contratos de comercialização de energia elétrica devem ser registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e servem de base para a contabilização e liquidação das diferenças no mercado de curto prazo.

Alterações na regulação atual ou nas condições impostas para obtenção de autorização para se estabelecer como PIEs, categoria na qual os geradores de energia eólica, em sua maioria, são enquadrados, mediante a exploração de projetos de geração de energia eólica, poderão ter impacto na atratividade de tais projetos, refletindo, consequentemente, aumento ou redução dos preços da energia comercializada pelos geradores eólicos, seja no ACR ou no ACL. Caso tal impacto seja negativo, tais alterações poderão afetar adversamente a demanda por pás eólicas e, consequentemente, nossas operações e resultados financeiros.

Mudanças nas regras tributárias e trabalhistas podem afetar adversamente nossos custos, bem como comprometer nossas margens no produto vendido localmente

Mudanças de regras tributárias oriundas de novas legislações podem acarretar custos extras e não planejados, tanto diretamente em nosso processo produtivo, quanto em nossa cadeia de suprimentos, que poderão nos repassar custos adicionais. Não conseguimos prever tais mudanças nas leis ou ter influência sobre elas. Da mesma forma, mudanças repentinas em leis trabalhistas, federais, estaduais, municipais e ainda sindicais podem acarretar acréscimos de encargos trabalhistas, influenciando negativamente nossos custos operacionais e comprometendo de forma imprevisível nosso planejamento financeiro, comprometendo diretamente nossos resultados.

- **países estrangeiros onde o emissor atue**

Uma escalada de protecionismo pode inviabilizar nossas exportações com significativo impacto em nossa receita

O protecionismo é utilizado por praticamente todos os países em maior ou menor grau, sendo um conjunto de medidas a serem tomadas no sentido de favorecer as atividades econômicas internas, reduzindo e dificultando ao máximo, a importação de produtos e a concorrência internacional. Quanto maior o poder econômico de um país, maior será seu grau de influência no mercado internacional. No mercado em que atuamos, há vários países fabricantes de pás eólicas com grande poder econômico. Dentre eles vale

destacar, como exemplo, os Estados Unidos.

Assim, caso os Estados Unidos decidam estabelecer alguma medida protecionista ou acordos comerciais com outros países que exportam pás, nossa competitividade pode diminuir, inviabilizando nossas exportações, e com isso, impactando de forma relevante e adversa nossa receita e nossos resultados.

- ***questões ambientais***

Nossas atividades estão sujeitas a extensa regulamentação ambiental e o descumprimento dessas normas pode causar impactos às nossas operações

Devido à natureza das atividades desenvolvidas, a Companhia está sujeita a uma extensa legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção ambiental, cujo cumprimento é fiscalizado por órgãos e agências governamentais.

Eventuais descumprimentos dessas normas poderão ensejar responsabilidade da Companhia e, em algumas hipóteses, de seus administradores nas esferas criminal, administrativa e civil, considerando as normas brasileiras acerca das condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, o que poderá causar efeitos adversos em nossos resultados e negócios, inclusive sob o ponto de vista reputacional. Para mais informações, veja o item 1.6 deste Formulário de Referência.

Nossos controles internos no cumprimento da legislação ambiental podem falhar causando restrições à nossa operação

A continuidade de nossas operações depende da total conformidade com a legislação ambiental vigente. Eventuais falhas neste controle, incluindo na gestão da regularidade de terceiros contratados para diversos serviços como transporte e destinação de resíduos sólidos, podem acarretar sanções administrativas e criminais, incluindo eventual paralisação de nossas operações, bem como a responsabilização por recuperar e/ou compensar eventuais danos ambientais causados, impactando de forma relevante e adversa nossos resultados.

Repercussões negativas em decorrência dos impactos ambientais causados pela de energia eólica

A energia eólica pode causar impactos ambientais significativos, como mortes de animais (especialmente a avifauna) que venha a chocar-se com as pás, danos causados pela fabricação de matérias-primas e emissão de gases de efeitos estufa durante os procedimentos de transporte dos nossos produtos desde o chão de fábrica até os locais de destinação final realizados por nossos clientes, fatores esses que ocorrem na etapa final da nossa cadeia de atuação.

Exposições de mídia a esse respeito podem relacionar a imagem da empresa e do setor eólico aos danos acima citados. Caso isso ocorra, podemos ter afetada negativamente e de forma relevante nossa reputação, negócios, resultados operacionais e condição financeira.

- **fatores macroeconômicos**

Um mercado ativo e líquido para as ações da Companhia poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários***poderão limitar substancialmente a capacidade dos titulares das ações de nossa emissão de vendê-las pelo preço e/ou na ocasião que desejarem***

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de receber pagamento, total ou parcial em relação aos seus investimentos; e (ii) restrições ao investimento estrangeiro e ao repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais, como o dos Estados Unidos.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião que desejarem, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

A volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar a capacidade de venda de nossos valores mobiliários pelo preço e momento desejados

O mercado de valores mobiliários brasileiro é menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. Além disso, o mercado secundário de ações no Brasil apresenta liquidez limitada. Não podemos assegurar que haverá um mercado líquido, o que poderá limitar a capacidade do respectivo subscritor de vender as ações de nossa emissão pelo preço e na ocasião

desejados e, consequentemente, poderão vir a afetar negativamente seu valor de negociação.

Uma mudança significativa na taxa de câmbio pode afetar nossa competitividade em mercados internacionais

A taxa de câmbio tem papel fundamental na economia de um país, uma vez que pode influenciar diretamente no sistema econômico, afetando as empresas nacionais. A desvalorização da moeda brasileira em relação ao dólar ou outras moedas estrangeiras pode resultar em pressões inflacionárias adicionais no nosso país, levando a um aumento nas taxas de juros, limitando nosso acesso aos mercados estrangeiros e enfraquecendo a confiança dos investidores no Brasil. Por outro lado, a valorização do real em relação ao dólar pode levar a uma deterioração da conta corrente e da balança de pagamentos do país, o que pode comprometer as exportações brasileiras. Qualquer um desses eventos pode prejudicar de forma relevante e negativa a economia brasileira como um todo e, consequentemente, nossos resultados.

A constante flutuação no câmbio e variação do real frente às moedas internacionais, entre elas principalmente o dólar, oferece grande risco ao nosso segmento de atuação, devido principalmente ao fato de a maior parte dos clientes serem internacionais. Para as empresas exportadoras, a baixa do dólar oferece menores benefícios, pois o pagamento dos produtos comercializados será feito com uma moeda desvalorizada, acarretando possíveis prejuízos financeiros a nós e perda de competitividade frente aos players internacionais.

Uma desvalorização do real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados, em razão da retração no consumo e do aumento de nossos custos. Não exercemos quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispomos da capacidade de prevê-la. Nosso negócio, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, pode afetar desfavoravelmente o negócio, resultado operacional e financeiro e o fluxo de caixa da Companhia

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, que modificam as políticas monetária, de crédito, fiscal e outras para influenciar a economia do Brasil.

Historicamente, as medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram aumento das taxas de juros, mudança das

políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, dentre outras medidas. Não temos controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro, e não podemos prevê-las. Nossas atividades, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas poderão ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- Flutuações de taxas de juros;
- Políticas de controle de taxa de câmbio;
- Inflação;
- Liquidez disponível no mercado doméstico de crédito e no mercado financeiro;
- Expansão ou contração da economia brasileira, de acordo com as taxas de crescimento do produto interno bruto ("PIB");
- Alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- Instabilidade social e política;
- Política monetária;
- Flutuações cambiais;
- Alterações na Política fiscal ou criação de novos tributos;
- Aumento de desemprego;
- Saúde pública, incluindo em razão de epidemias e pandemias; e
- Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras, incluindo a Companhia.

As medidas tomadas pelo governo brasileiro sobre as políticas ou regras que envolvem os fatores macroeconômicos listados acima podem afetar adversamente as atividades da Companhia e a análise de sensibilidade a taxas de juros mais altas. Além disso,

mudanças nos preços das ações ordinárias de companhias abertas, ausência de crédito disponível, redução de gastos, desaceleração da economia global, instabilidade da taxa de câmbio, aumento das taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem afetar adversamente diretamente e indiretamente a economia brasileira e os mercados de capitais, o que poderia reduzir a liquidez global e o interesse dos investidores nos mercados de capitais brasileiros, com um efeito adverso sobre as ações da Companhia, seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, particularmente em países de economia emergente e nos Estados Unidos, China e União Europeia, podem afetar adversamente a economia brasileira, nossos negócios e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de emissão da Companhia

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive os Estados Unidos, União Europeia e países latino-americanos e de economias emergentes. Embora as condições econômicas na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Os preços das ações na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das suas ações, restringir o seu acesso aos mercados de capitais e comprometer a sua capacidade de financiar as suas operações no futuro com termos favoráveis ou independentemente dos termos.

Além disso, na medida em que disputas comerciais entre países afetaram e continuam a afetar a economia global, produzindo diversos efeitos que, direta ou indiretamente, impactaram negativamente o mercado de capitais e a economia brasileira, como as flutuações no preço de títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração da economia global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras, que podem, direta ou indiretamente, afetar adversamente a Companhia.

A instabilidade política pode afetar adversamente a economia brasileira, os negócios, os resultados e o preço das ações da Companhia

O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país e a confiança de investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

O Brasil tem apresentado instabilidades econômicas causadas por distintos eventos políticos e econômicos, observados nos últimos anos, com a desaceleração do crescimento do PIB e efeitos em fatores de oferta (níveis de investimentos, aumento e uso de tecnologias na produção etc.) e de demanda (níveis de emprego, renda etc.).

A economia brasileira continua sujeita às políticas e aos atos governamentais, os quais, em não sendo bem-sucedidos ou implementados, poderão afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia.

As recentes instabilidades políticas e econômicas têm levado a uma percepção negativa da economia brasileira e um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, que também podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia.

Adicionalmente, considerando que o ano de 2026 será marcado por eleições presidenciais no Brasil e que o presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira, há incertezas que podem vir a afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo o desempenho da Companhia. Não podemos prever quais políticas o novo presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre nós ou sobre a economia brasileira.

Qualquer degradação da classificação de crédito do Brasil (Rating) pode afetar negativamente o preço de nossas ações ordinárias

Podemos ser adversamente afetados pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de cálculos de dívida e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu o rating de crédito soberano do Brasil para grau de investimento inferior, de BBB- para BB +, citando, entre outras razões, a instabilidade geral no mercado brasileiro causada pela interferência do governo brasileiro na economia e dificuldades orçamentárias. A Standard & Poor's rebaixou novamente o rating de crédito do Brasil em fevereiro de 2016, de BB + para BB, e manteve sua perspectiva negativa sobre o rating, citando uma piora na situação de crédito desde o rebaixamento de setembro de 2015. Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu seu rating para o BB- com uma perspectiva estável, tendo em vista as dúvidas em relação aos esforços de reforma das aposentadorias e eleições presidenciais deste ano. Em abril de 2020, a Standard & Poor's manteve o rating de crédito do Brasil em BB-, com perspectiva positiva, reafirmando o posicionamento em novembro de 2021 e em junho de 2022. E em dezembro de 2023 a Standard & Poor's elevou o rating para BB com perspectiva estável, sendo esta avaliação (BB) mantida nos ratings de 2024 e 2025.

Em dezembro de 2015, a Moody´s colocou os ratings Baa3 do Brasil em revisão para um rebaixamento, citando tendências macroeconômicas negativas e uma deterioração das condições fiscais do governo. Posteriormente, em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou os ratings do Brasil para abaixo do grau de investimento, para "Ba2" com perspectiva negativa, citando a perspectiva de deterioração adicional no serviço da dívida do Brasil em um ambiente negativo ou de baixo crescimento, além perspectiva para estável, esperando que o Governo Federal reúna esforços para aprovar reformas necessárias, em particular para a Previdência. Em abril de 2018, a Moody's manteve o rating de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, o que se manteve em setembro de 2018 e abril de 2022, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo e manutenção das reformas no arcabouço fiscal e política monetária do país, reafirmando o posicionamento em abril de 2022. Em maio de 2024 a Moody's manteve a nota de crédito do Brasil no nível Ba2, mas mudou a perspectiva de estável para positiva. Em outubro de 2024, a Moody's elevou a nota de crédito soberano do Brasil de Ba2 para Ba1. Em maio de 2025, a agência manteve a classificação Ba1, alterando a perspectiva de positiva para estável, sendo esta a avaliação vigente em 2025.

A Fitch também rebaixou o rating de crédito do Brasil para "BB+" com perspectiva negativa em dezembro de 2015, citando o déficit orçamentário em rápida expansão do país e a recessão pior que a esperada, e rebaixou em maio de 2016 para "BB" com

perspectiva negativa. Manteve-se em 2017 e rebaixou para o “BB-“ em fevereiro de 2018. Como resultado, os preços de negociação de títulos de dívida e ações de emissores brasileiros foram afetados negativamente. Em 2020 e 2021, a agência de classificação de riscos Fitch Ratings manteve o rating de crédito soberano do Brasil em “BB-“, na avaliação, a Fitch destacou o peso das incertezas fiscais, além da alta da inflação e da volatilidade do real, em julho de 2022, retornou para BB- com perspectiva estável. Em julho de 2023, a Fitch Ratings elevou de “BB-” para “BB” a nota de crédito do Brasil, com perspectiva em estável e até o momento se manteve nesse rating, considerando a avaliação de 2025.

A Companhia não pode garantir que as agências de rating manterão essas classificações sobre o crédito brasileiro. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço de nossas ações ordinárias.

A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil, afetando adversamente o resultado operacional da Companhia

Historicamente, o Brasil tem registrado elevadas taxas de inflação, se comparadas com as economias mais desenvolvidas. A inflação e determinadas medidas do Governo Federal para combatê-las, como elevação da taxa de juros básica da economia (“SELIC”) tiveram impacto negativo relevante sobre a economia brasileira, na medida em que reduziram o nível de atividade econômica, aumentaram o custo de captação das empresas, além de reduzirem os investimentos de longo prazo.

O COPOM frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, tem produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre a Companhia.

No passado, as medidas adotadas para combater a inflação, bem como a especulação sobre tais medidas, geraram clima de incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários. Os índices de inflação anuais foram de 5,78%, 6,54% e – 1,05%, em 2023, 2024 e 2025, respectivamente, de acordo com o Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M), e de 4,62%, 4,83% e 4,26% em 2023, 2024 e 2025, respectivamente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA).

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do Real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira.

Caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se a Companhia será capaz de compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, por meio do repasse do aumento dos custos decorrentes da inflação para os preços cobrados de seus clientes, o que poderá diminuir as margens operacionais da Companhia.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo dos novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo de seu endividamento atual, bem como o caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar da Companhia, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem afetar adversamente a Companhia, porque ela tem empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e às taxas oficiais de juros de longo prazo (TJLP). Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita de suas aplicações financeiras.

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

1º - A demanda por instalação de parques eólicos pode flutuar consideravelmente nos mercados nos quais atuamos por conta de fatores políticos, volatilidade cambial, regulatórios, econômicos e ambientais, impactando negativamente e de forma relevante as vendas e, consequentemente, nos resultados operacionais e financeiros da Companhia.

2º - Nossa receita está concentrada em poucos clientes. A não renovação de contratos de longo prazo ou a falha de algum dos clientes em cumprirem seus compromissos contratuais podem afetar significativamente, de forma negativa, nossos resultados operacionais e nossa condição financeira.

3º - Nossos produtos podem não atingir as especificações de qualidade estabelecidas pelo cliente, podemos não ser capazes de identificar e corrigir estas não conformidades e as pás podem apresentar falhas durante a operação do aerogerador, expondo a empresa a elevados custos com garantia e afetando a reputação da Companhia.

4º - Podemos ser incapazes de produzir nosso produto em quantidade suficiente ou nos prazos acordados com nossos clientes. Podemos não ser capazes de cumprir as metas de volume de entrega estabelecidas em contratos de fornecimento de pás. Isso pode comprometer as projeções de receitas e acarretar um efeito adverso relevante sobre nossa situação financeira e resultados operacionais.

5º - Os titulares das ações por nós emitidas podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio, ou podem receber dividendos inferiores ao mínimo obrigatório

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Este item destina-se a descrever os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta. Tais riscos referem-se basicamente àqueles do curso normal de seus negócios, relacionados às oscilações de câmbio, preço e taxas de juros.

Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia e sua controlada sofrerem perdas provenientes de inadimplência de suas contrapartes.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia e sua controlada são provenientes de empréstimos tomados com instituições financeiras com vencimento de longo prazo e realização da venda de seus produtos. As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia e sua controlada advêm da necessidade do pagamento de matéria-prima para produção, das despesas operacionais, despesas com salários e outros desembolsos operacionais.

Caso a Companhia não possua liquidez para honrar suas obrigações relativas a financiamento, debêntures e fornecedores, os respectivos credores da Companhia poderão: (i) declarar o vencimento antecipado dos contratos de financiamento e debêntures emitidos pela Companhia, além de desencadear o vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (*cross-acceleration* e *cross-default*) de outras obrigações da Companhia; e (ii) tomar as medidas judiciais cabíveis para cobrança dos respectivos créditos, o que pode afetar os resultados operacionais da Companhia de forma negativa.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros nas posições:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Fornecedores	130.899	75.226
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.818.188	1.424.205
Outras contas a pagar	23.709	47.457
Total	**1.841.897**	**1.546.888**

Risco de Mercado

O risco de mercado está associado ao impacto gerado pelas variações dos ativos e passivos da Companhia, bem como nas receitas oriundas das oscilações de taxa de câmbio, taxas de juros e indexadores, conforme demonstrado a seguir.

A seguir demonstramos a exposição cambial da Companhia:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Saldos indexados em dólares	**(US$)**	**(US$)**
Empréstimos e Financiamentos		18.660
Fornecedores no Exterior	15.557	20.222
Cliente no exterior	(32.362)	(16.602)
Instrumentos Financeiros		(3.633)
Posição Líquida	**16.805**	**18.647**

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI nas aplicações financeiras e nos empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os ativos e passivos financeiros tem os seguintes valores:

Taxa variável - CDI	31 de dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Ativos Financeiros	124.738	302.782
Passivos Financeiro	(1.662.388)	(1.376.785)
Total	**(1.537.650)**	**(1.074.003)**

Adicionalmente, conforme descrito na seção 1.4(e) deste Formulário de Referência, a produção da Companhia está sujeita ao fornecimento de determinadas matérias primas, as quais, atualmente, são fornecidas por poucos fornecedores no mercado.

Risco de Taxa de Juros

A companhia está exposta ao risco de variação das taxas de juros, o que pode impactar significativamente seus custos financeiros, a rentabilidade de suas operações e a valorização de seus ativos e passivos. Esse risco decorre principalmente das flutuações nas taxas de juros de mercado, que podem afetar o custo do capital, o valor dos investimentos financeiros e a rentabilidade de produtos e serviços.

A administração da companhia monitora continuamente as tendências econômicas e as políticas monetárias, além de adotar estratégias para mitigar esse risco.

Alterações nas taxas de juros podem impactar o fluxo de caixa da companhia, tanto em relação a suas obrigações financeiras quanto à sua capacidade de obter novos financiamentos. Além disso, o valor de mercado de suas dívidas de longo prazo pode ser afetado, o que pode resultar em perdas não realizadas.

Análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto de mudanças das variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro representativo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. São apresentados dois cenários, representando a deterioração da variável de risco em 25% (possível) e 50% (remoto) que foi definido por meio de premissas disponíveis no mercado. O cenário provável foi definido por meio de premissas disponíveis no mercado (B3 e publicações BC Focus).

O cenário provável considerou a manutenção da cotação do CDI em 31 de dezembro de 2025 em 14,90% a.a. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um acréscimo da cotação em 25% (18,63% a.a.) e 50% (22,35% a.a.), respectivamente. A Administração da Companhia entende que é baixo o risco de grandes variações no CDI em 2026, levando-se em conta o histórico e as projeções do mercado.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar, indicando a deterioração na situação financeira da Companhia mediante o incremento nas taxas de juros, sobre a parcela de empréstimos e financiamentos afetada abaixo:

31 de dezembro de 2025 (Milhares de reais)				Cenário Provável		Cenário Possível - 25%		Cenário Remoto - 50%	
	Fator de Risco	Taxa média a.a.	Valores expostos	Taxa média a.a	Efeito no resultado	Taxa média a.a	Efeito no resultado	Taxa média a.a	Efeito no resultado
Posição Ativa	CDI	14,90%	124.738	14,90%	18.586	18,63%	23.232	22,35%	27.879
Posição Passiva	CDI	14,90%	(1.662.388)	14,90%	(247.696)	18,63%	(309.620)	22,35%	(371.544)
Exposição líquida			**(1.537.650)**		**(229.110)**		**(286.388)**		**(343.665)**

Risco de Taxa de Câmbio e Derivativos

O risco de câmbio está atrelado às significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano. A elevação da taxa de câmbio poderá acarretar um aumento no valor do endividamento financeiro da Companhia, se houver novas contratações de empréstimos contraídos em moedas estrangeiras, bem como aumento no custo de compra de matéria prima importada.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo das contas da Companhia a receber derivadas de exportação representaram 49% do total consolidado de contas a receber. Na posição dessa data base, a Companhia não possuía endividamento financeiro em moedas estrangeiras. Ainda, nesse mesmo período, 84% da matéria-prima da Companhia foi adquirida em moeda estrangeira, sendo que 51% deste montante em dólares norte-americanos.

Eventualmente, tais instrumentos derivativos poderão deixar a empresa exposta e afetar desfavoravelmente os negócios, a condição financeira, os resultados operacionais da Companhia, bem como sua capacidade de pagamento. Para mais informações sobre o nível de endividamento da Companhia, veja item 2.1 deste Formulário de Referência.

Análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto de mudanças em relação às variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro representativo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. São apresentados dois cenários, representando a deterioração da variável de risco em 25% (possível) e 50% (remoto) que foi definido por meio de premissas disponíveis no mercado.

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, o cenário provável (cenário base) considerou a manutenção da cotação do dólar.

Os cálculos estimados pela Administração da Companhia estão refletidos no cenário provável, conforme tabela abaixo:

31 de dezembro de 2025				Cenário Provável		Cenário Provável -25%		Cenário Remoto - 50%	
	Fator de Risco	Taxa média a.a.	Valores expostos	Taxa média a.a	Efeito no resultado	Taxa média a.a	Efeito no resultado	Taxa média a.a	Efeito no resultado
Posição Ativa	USD	5,50	178.068	5,50	-	6,88	44.517	8,25	89.034
Posição Passiva	**USD**	5,50	(85.599)	5,50	-	6,88	(21.400)	8,25	(42.800)
Exposição líquida			**92.469**		**-**		**23.117**		**46.234**

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor, suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

Para os fins deste item 4.4, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e sua controlada figuram como parte e que possuem potencial capacidade de influenciar a decisão de investimento. Para tanto, foram considerados critérios quantitativos combinados com critérios qualitativos.

O critério qualitativo baseia-se na natureza e no potencial impacto dos processos sobre os negócios, operações e a imagem da Companhia. Foram analisados processos que, de acordo com suas características e desenvolvimentos, possam ter um efeito significativo nessas frentes. Incluíram-se situações que poderiam afetar a reputação, relacionamentos com *stakeholders*, conformidade legal, responsabilidade social, operações e outras dimensões relacionadas ao desempenho da Companhia.

Já o critério quantitativo concentrou-se no valor financeiro associado aos processos. Todos os processos que, individualmente, envolvessem um valor acima de 1% do patrimônio líquido da Companhia no último exercício social.

Processos cíveis

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não era parte em processos cíveis individualmente relevantes.

Processos tributários

Da data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia era parte em um processo tributário individualmente relevante:

Auto de Infração nº 0317900.2023.00083-9	
JUÍZO	DRJ - Delegacia Regional de Julgamento
INSTÂNCIA	1ª Instância
DATA DE INSTAURAÇÃO	12/03/2024
PARTES NO PROCESSO	Sujeito Ativo: Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil Sujeito Passivo: Companhia
VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	A Companhia foi cobrada: (ii) No valor do imposto sobre importação do referido material (R$ 43.058.336,07), acrescido de juros (R$ 32.293.752,29) e multa

	de 75% (R$ 13.817.815,22); (iii) No imposto sobre produtos industrializados na Importação (principal R$ 4.305.833,07, juros - R$ 3.229.375,02 e multa de 75% - R$ 1.381.781,30); e (iv) Na multa do art. 711 do Regulamento Aduaneiro, em R$ 3.588.194,00. Perfazendo-se o montante atualizado de R$ 141.071.455,11.
PRINCIPAIS FATOS	A Companhia importou, no período de janeiro de 2019 a fevereiro de 2023, perfis planos pultrudados de fibra de carbono de diversas larguras, espessuras e comprimentos, acondicionados em bobinas, utilizados na produção de longarinas de pás eólicas e classificou-os erroneamente nas importações (até fevereiro de 2021). A fiscalização constatou que houve erro de classificação, por corresponder a uma obra de fibra de carbono. A Companhia foi cobrada na diferença referente a alíquota maior do imposto, com repercussão no valor do IPI devido e multa regulamentar de 75% nos termos do art. 44, da Lei n° 9.430/96.
RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS	Em decisão administrativa (1ª instância), a impugnação foi julgada improcedente.
ESTÁGIO DO PROCESSO	Foi interposto Recurso Voluntário. Atualmente, o processo tramita no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, aguardando a sua distribuição.
PROBABILIDADE DE PERDA	Remota
MOTIVO DA RELEVÂNCIA	Se trata de processo relevante em razão do valor envolvido.
ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO	A Companhia entende que o impacto, em eventual perda, se restringe ao aspecto financeiro.

Auto de Infração nº 0317900.2024.00028	
JUÍZO	DRJ - Delegacia Regional de Julgamento
INSTÂNCIA	1ª Instância

DATA DE INSTAURAÇÃO	19/12/2025
PARTES NO PROCESSO	Sujeito Ativo: Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil Sujeito Passivo: Companhia
VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	A Companhia foi cobrada: (i) Imposto de Importação (II), de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), por suposto descumprimento dos requisitos estabelecidos nos Atos Concessórios nºs 20180053906 e 20180051253 para o aproveitamento de Drawback Suspensão Integrado, cumulada com juros de mora e multa de ofício de 75%, no valor total de R$ 26.059.983,28.
PRINCIPAIS FATOS	Em decorrência de uma fiscalização de Drawback, a Companhia foi autuada referente a atos concessórios, apontando suposto descumprimento do regime especial na aquisição de itens e na demonstração de sua utilização no processo produtivo. Em razão disso, foram exigidos os tributos II, IPI, PIS e COFINS, além juros de mora e multa de ofício de 75%. A Autoridade Fiscal presumiu haver suposto materiais excedentes que foram utilizados para industrialização e que as saídas subsequentes desta parcela dos produtos não estariam abrangidas pelo Drawback Suspensão Integrado, razão pela qual apurou II, IPI-Importação, PIS-Importação e COFINS-Importação sobre as correspondentes importações dos produtos considerados excedentes.
RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS	Aguardando decisão de 1ª instância.
ESTÁGIO DO PROCESSO	Os autos foram remetidos ao Centro Nacional

	de Gestão de Processo da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Ribeirão Preto/SP.
PROBABILIDADE DE PERDA	Remota
MOTIVO DA RELEVÂNCIA	Se trata de processo relevante em razão do valor envolvido.
ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO	A Companhia entende que o impacto, em eventual perda, se restringe ao aspecto financeiro.

Auto de Infração nº 0317900.2024.00029	
JUÍZO	DRJ - Delegacia Regional de Julgamento
INSTÂNCIA	1ª Instância
DATA DE INSTAURAÇÃO	19/12/2025
PARTES NO PROCESSO	Sujeito Ativo: Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil Sujeito Passivo: Companhia
VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	A Companhia foi cobrada: (i) Imposto de Importação (II), de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), por suposto descumprimento dos requisitos estabelecidos nos Atos Concessórios nºs 20180004514 e 20190020512 para o aproveitamento de Drawback Suspensão Integrado, cumulada com juros de mora e multa de ofício de 75%, no valor total de R$ 11.538.850,85.
PRINCIPAIS FATOS	Em decorrência de uma fiscalização de Drawback, a Companhia foi autuada referente a atos concessórios, apontando suposto descumprimento do regime especial na aquisição de itens e na demonstração de sua utilização no processo produtivo. Em razão disso, foram exigidos os tributos II, IPI, PIS e COFINS, além juros de mora e multa de ofício de 75%. A Autoridade Fiscal presumiu haver suposto

	materiais excedentes que foram utilizados para industrialização e que as saídas subsequentes desta parcela dos produtos não estariam abrangidas pelo Drawback Suspensão Integrado, razão pela qual apurou II, IPI-Importação, PIS-Importação e COFINS-Importação sobre as correspondentes importações dos produtos considerados excedentes.
RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS	Aguardando decisão de 1ª instância.
ESTÁGIO DO PROCESSO	Os autos foram remetidos ao Centro Nacional de Gestão de Processo da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Ribeirão Preto/SP.
PROBABILIDADE DE PERDA	Remota
MOTIVO DA RELEVÂNCIA	Se trata de processo relevante em razão do valor envolvido.
ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO	A Companhia entende que o impacto, em eventual perda, se restringe ao aspecto financeiro.

Auto de Infração nº 0317900.2024.00026	
JUÍZO	DRJ - Delegacia Regional de Julgamento
INSTÂNCIA	1ª Instância
DATA DE INSTAURAÇÃO	19/12/2025
PARTES NO PROCESSO	Sujeito Ativo: Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil Sujeito Passivo: Companhia
VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	A Companhia foi cobrada: (i) Imposto de Importação (II), de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), por suposto descumprimento dos requisitos estabelecidos nos Atos Concessórios nºs 20180042890 e 20180040294 para o aproveitamento de Drawback Suspensão Integrado, cumulada com juros de mora e multa de ofício de 75%, no valor total de R$ 12.240.781,42.

PRINCIPAIS FATOS	Em decorrência de uma fiscalização de Drawback, a Companhia foi autuada referente a atos concessórios, apontando suposto descumprimento do regime especial na aquisição de itens e na demonstração de sua utilização no processo produtivo. Em razão disso, foram exigidos os tributos II, IPI, PIS e COFINS, além juros de mora e multa de ofício de 75%. A Autoridade Fiscal presumiu haver suposto material excedentes que foram utilizados para industrialização e que as saídas subsequentes desta parcela dos produtos não estariam abrangidas pelo Drawback Suspensão Integrado, razão pela qual apurou II, IPI-Importação, PIS-Importação e COFINS-Importação sobre as correspondentes importações dos produtos considerados excedentes.
RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS	Aguardando decisão de 1ª instância.
ESTÁGIO DO PROCESSO	Os autos foram remetidos ao Centro Nacional de Gestão de Processo da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Ribeirão Preto/SP.
PROBABILIDADE DE PERDA	Remota
MOTIVO DA RELEVÂNCIA	Se trata de processo relevante em razão do valor envolvido.
ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO	A Companhia entende que o impacto, em eventual perda, se restringe ao aspecto financeiro.

Auto de Infração nº 0397448. 2025.21779	
JUÍZO	Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará
INSTÂNCIA	1ª Instância
DATA DE INSTAURAÇÃO	24/02/2025
PARTES NO PROCESSO	Sujeito Ativo: Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará Sujeito Passivo: Companhia

VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	A Companhia foi cobrada por valores relacionados à exigência de ICMS, multa e acréscimos legais, decorrentes da ausência de estorno de crédito fiscal acumulado no período de janeiro de 2019, considerado pela autoridade fiscal como indevido em razão da decadência prevista no art. 23 da Lei Complementar nº 87/96. Perfazendo-se o montante atualizado de R$ 23.456.862,25.
PRINCIPAIS FATOS	Em decorrência da ausência de estorno do crédito fiscal acumulado no período de janeiro de 2019, cujo direito encontra-se fulminado pela decadência nos termos do art. 23 da Lei Complementar nº 87/96, a Companhia foi autuada pela autoridade fiscal competente, culminando na lavratura do respectivo auto de infração.
RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS	Aguardando decisão de 1ª instância.
ESTÁGIO DO PROCESSO	Aguardando decisão de primeira instância.
PROBABILIDADE DE PERDA	Remota
MOTIVO DA RELEVÂNCIA	Se trata de processo relevante em razão do valor envolvido.
ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO	A Companhia entende que o impacto, em eventual perda, se restringe ao aspecto financeiro.

Auto de Infração nº 0397447. 2025.21776	
JUÍZO	Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará
INSTÂNCIA	1ª Instância
DATA DE INSTAURAÇÃO	24/02/2025
PARTES NO PROCESSO	Sujeito Ativo: Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará Sujeito Passivo: Companhia
VALORES, BENS OU DIREITOS ENVOLVIDOS	A Companhia foi cobrada por valores relacionados à exigência de ICMS, multa e acréscimos legais, decorrentes da ausência de estorno de créditos de ICMS relativos à

	energia elétrica utilizada no processo de industrialização de bens abrangidos pelo Convênio ICMS 101/97. Perfazendo-se o montante atualizado de R$ 23.513.037,40.
PRINCIPAIS FATOS	Em decorrência da ausência de estorno de créditos fiscais relativos à energia elétrica consumida no processo de industrialização de bens contemplados pelo Convênio ICMS nº 101/97, a Companhia foi autuada pela autoridade fiscal competente, culminando na lavratura do respectivo auto de infração.
RESUMO DAS DECISÕES DE MÉRITO PROFERIDAS	Ainda não houve decisões proferidas.
ESTÁGIO DO PROCESSO	Aguardando decisão de 1ª instância.
PROBABILIDADE DE PERDA	Remota
MOTIVO DA RELEVÂNCIA	Se trata de processo relevante em razão do valor envolvido.
ANÁLISE DO IMPACTO EM CASO DE PERDA DO PROCESSO	A Companhia entende que o impacto, em eventual perda, se restringe ao aspecto financeiro.

Processos Trabalhistas

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia e sua controlada não estavam envolvidas em qualquer processo de natureza trabalhista relevante.

Processos Ambientais

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia e sua controlada não estavam envolvidas em qualquer processo de natureza ambiental relevante.

Outros

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia e sua controlada não estavam envolvidas em quaisquer processos de natureza diversa das mencionadas acima, que sejam individualmente relevantes.

4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Os processos relevantes apresentados no item 4.4 deste Formulário de Referência não possuem valores provisionados.

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia e sua controlada informam que não possuem processos sigilosos relevantes que sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4.

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia e sua controlada informam que não possuem outras contingências relevantes que sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4.

5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos ("Política"), a qual estabelece os processos e os responsáveis pela identificação, avaliação e monitoramento de riscos relacionados à Companhia e ao seu setor de atuação, além de traçar diretrizes e responsabilidades nas ações relacionadas ao monitoramento, prevenção, mitigação, contingenciamento e transferência de riscos dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração. A Política foi elaborada e aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 18 de agosto de 2020.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora especialmente os riscos aos quais está exposta em linha com os itens 4.1, 4.2 e 4.3 do Formulário de Referência. Trata-se de eventos incertos que podem afetar em maior ou menor grau, se realizados, os ativos e o patrimônio da Companhia.

Dentre esses, podemos citar:

i. **Risco Cibernético:** está associado a ataques cibernéticos, assim compreendidos como tentativas de comprometer a confidencialidade, integridade, disponibilidade de dados ou sistemas computacionais.

ii. **Risco de *Compliance*:** está associado a aplicações de punições legais e/ou regulatórias, bem como a perdas reputacionais e/ou financeiras, decorrentes de inconformidades no cumprimento e aplicação de leis, regulamentações, do Código de Conduta e/ou de políticas corporativas da Companhia.

iii. **Risco de Crédito**: está associado à ocorrência de perdas relativas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito

decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, dentre outros fatores.

iv. **Risco Estratégico:** está associado à tomada de decisão da alta administração e pode gerar perda substancial no valor econômico da Companhia.

v. **Risco Financeiro:** está associado (i) às operações financeiras/contábeis da Companhia, (ii) à possibilidade de emissão de relatórios financeiros, gerenciais, regulatórios, fiscais, estatutários e de sustentabilidade incompletos, inadequados, inexatos ou intempestivos e expondo a Companhia a multas, penalidades e outras sanções, (iii) a uma deterioração na capacidade de pagamento de clientes, que venham a afetar significativamente a capacidade financeira da Companhia, (iv) a eventuais multas penalidades e pagamento de indenizações incorridos pela Companhia, em virtude de contratos com terceiros, bem como o encerramento antecipado de contratos com clientes, o que pode impactar negativamente nos resultados da Companhia, (v) à volatilidade cambial ou à falha em executar a política de hedge cambial, (vi) alteração ou extinção de incentivos fiscais regionais, setoriais e/ou incentivos dados a empresas exportadoras e (vii) ao risco de que os fluxos de caixa não sejam administrados efetivamente para maximizar a geração de caixa operacional, gerenciar os riscos e retornos específicos das transações financeiras e captar e aplicar recursos financeiros de acordo com as políticas estabelecidas .

vi. **Risco de Imagem:** está associado à ocorrência de evento que pode causar impacto negativo à reputação, credibilidade ou marca da Companhia.

vii. **Risco de Liquidez:** está associado à possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, no vencimento ou somente fazê-lo incorrendo em perdas significativas.

viii. **Risco de Mercado**: está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, da demanda de mercado, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

ix. **Risco Operacional:** está associado à ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como catástrofes naturais, fraudes, greves e atos terroristas. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se fraudes internas e externas; demandas judiciais; segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos; entre outros.

x. **Risco de Produto:** está associado a uma eventual desconformidade com as especificações de qualidade estabelecidas pelo cliente ou possíveis falhas dos produtos da Companhia durante a operação do aerogerador, expondo a Companhia a Riscos de Imagem e Riscos Financeiros.

xi. **Risco Regulatório:** está associado à ocorrência de modificações nas regulamentações e ações de órgãos reguladores que podem afetar significativamente a habilidade da Companhia em administrar eficientemente seus negócios. Pode representar também eventual alteração da legislação trabalhista ou tributária que possa afetar adversamente os custos e comprometer a competitividade da Companhia em mercados externos ou no mercado interno.

xii. **Risco Socioambiental:** está associado à ocorrência de perdas em virtude de efeitos negativos ao meio-ambiente e à sociedade, bem como a uma eventual modificação das normas ambientais que possa impactar o negócio da Companhia.

xiii. **Risco Tecnológico:** está associado a falhas, indisponibilidade ou obsolescência de equipamentos e instalações produtivas ou fabris, assim como de sistemas informatizados de controle, comunicação, logística e gerenciamento operacional, que prejudiquem ou impossibilitem a continuidade das atividades regulares da organização, ao longo da sua cadeia de valor (clientes, fornecedores, parceiros e unidades regionais). Pode estar também associado a erros ou fraudes, internas ou externas, nos sistemas informatizados ao capturar, registrar, monitorar e reportar corretamente transações ou posições.

As ações resultantes da análise de riscos mencionados no item, classificados conforme a relação entre probabilidade de ocorrência e impacto caso ocorram estão identificadas no subitem “ii” da letra “b” deste item 5.1 abaixo.

Além dos riscos acima mencionados, a Companhia busca proteção contra os seguintes riscos de mercado:

- Risco de Taxa de Juros
- Risco de Taxa de Câmbio e Derivativos

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia entende que riscos são inerentes a qualquer negócio e seu tratamento visa reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos de incerteza e/ou reduzir o impacto gerado nos resultados da Companhia.

Depois de identificados, avaliados e mensurados, a Companhia define o tratamento que será dado aos riscos e como estes devem ser monitorados e comunicados às diversas partes envolvidas. Tratar os riscos consiste em decidir entre aceitá-lo, eliminá-lo ou transferi-lo. A decisão depende principalmente do grau de apetite ao risco da Companhia.

Existem várias alternativas para tratamento dos riscos:

• **Evitar o Risco:** decisão de não se envolver ou agir de forma a se retirar de uma situação de risco;

• **Aceitar o Risco:** caso a Companhia opte por aceitar o risco, existem quatro alternativas possíveis: reter, reduzir, transferir/compartilhar ou explorar o risco, conforme segue:

  o **Reter o Risco:** manter o risco no nível atual de impacto e probabilidade;

  o **Reduzir o risco:** a Companhia toma ações no sentido de minimizar a probabilidade e/ou impacto do risco;

  o **Transferir e/ou compartilhar o Risco:** a Companhia realiza atividades que visam à redução do impacto e/ou da probabilidade de ocorrência do risco por meio da transferência ou do compartilhamento de uma parte do risco; e

  o **Explorar o Risco:** a Companhia aumenta o grau de exposição ao risco na medida em que isto possibilita vantagens competitivas

Adicionalmente, destacamos os principais instrumentos que são utilizados para proteção patrimonial:

- **Taxa de Juros**: diversificação de índices para as aplicações financeiras da Companhia, construindo assim um portfólio pulverizado de riscos. Além disso, a Companhia gerencia sua exposição líquida considerando valores, prazos e taxas de juros dos seus financiamentose empréstimos.

- **Taxa de Câmbio**: a Companhia se utiliza dos instrumentos financeiros devidamente alinhados às exposições que as necessitam, sejam eles NDF, para cobertura de suas importações diretamente relacionadas a sua produção (matéria-prima e demais itens de estoques), ou seja, de Swap, para dívidas em moeda estrangeira. A Companhia conta com um controle gerencial através de planilhas que acompanham os volumes de exposição e a necessidade de contratação de instrumentos para proteção.

- **Risco de Liquidez**: Companhia adota em suas práticas o monitoramento de suas contas afim de manter índices de liquidez adequados para o perfeito cumprimento de suas obrigações; bem como gerencia suas reservas para situações inesperadas, investimentos ouoportunidades de negócios futuros.

- **Risco de Crédito**: a Companhia limita sua exposição ao risco de crédito à medida em quefaz a gestão da carteira de clientes. Diversifica suas vendas entre os principais clientes do mercado eólico e as distribui tanto para o mercado interno como para mercado externo (exportação). Adicionalmente, analisa as demonstrações financeiras dos clientes, bem comomantém um monitoramento de perto dos principais indicadores de mercado dos quais estão inseridos (leilão e projetos eólicos). Adicionalmente, a Companhia adota como prática a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente dos saldos a receber com cada cliente.

- **Risco de Mercado**: a Companhia monitora e se utiliza de instrumentos financeiros para mitigar os riscos associados às oscilações de taxas de juros e de câmbio. Adicionalmente, controla seus Ativos e Passivos a fim de garantir um equilíbrio em suas contas e reduzir possíveis exposições aos riscos de mercado.

Quanto à concentração de determinadas matérias primas em poucos fornecedores, a Companhia tem buscado, juntamente com seus clientes, alternativas de desenvolvimento e homologação de novos parceiros comerciais que possibilite maiores opções de fornecimentode material.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Política prevê os papéis e responsabilidades para condução deste tema dentro da Companhia.

Atualmente, a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia conta com o envolvimento dos seguintes órgãos e agentes: (i) Conselho de Administração; (ii) Diretoria; (iii) Comitê de Auditoria; (iv) Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance*; (v) Auditoria Internae (vi) os gestores e colaboradores (que atuam na chamada 1ª (primeira) linha de defesa).

Nota-se que o processo de gerenciamento de riscos da Companhia é estruturado a partir de 3 (três) linhas de defesa

A 1ª (primeira) linha de defesa é formada essencialmente pelos gestores e colaboradores que atuam na linha de frente dos negócios da Companhia. Nessa condição, gestores e colaboradores, no tocante às operações sob sua gestão, assumem responsabilidade por observar a Política e as diretrizes de gerenciamento de riscos estabelecidas no âmbito da Companhia.

Os gestores e colaboradores devem identificar e monitorar riscos sob sua gestão, reportando à Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance* (e/ou à Auditoria Interna, se aplicável) eventos de risco materiais e/ou recorrentes ou que não estejam em consonância com diretrizes e limites de risco estabelecidos pela Companhia.

Por fim, cabe a esta 1ª (primeira) linha de defesa executar, no dia a dia, os planos de ação eventualmente definidos em resposta aos riscos envolvidos nas operações sob sua gestão.

Na 2ª (segunda) linha de defesa, por sua vez, encontra-se diretamente a Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance*, cujas funções incluem a organização e estruturação do processo de gerenciamento de riscos no âmbito da Companhia.

Cabe a esta área atuar com vistas a desenvolver e padronizar procedimentos e sistemas que permitam identificar, avaliar, monitorar e tratar riscos. Ressalta-se que a Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e Compliance atua tanto no apoio aos gestores e colaboradores na identificação e monitoramento de riscos e elaboração de planos de ação, quanto junto à alta administração da Companhia, reportando-lhes (de forma independente) informações e indicadores sobre a exposição a riscos e o processo de gerenciamento de riscos em si.

A 3ª (terceira) linha de defesa, a seu tempo, é exercida primordialmente pela Auditoria InternaA Auditoria Interna tem como função atuar de modo imparcial, independente e

autônomo com vistas a monitorar e aferir a conformidade, qualidade e efetividade do processo de gerenciamento de riscos da Companhia.

Nota-se ainda que, sempre que julgar pertinente, a Auditoria Interna deve recomendar melhorias e/ou planos de ação para o adequado tratamento de riscos (auditando a implementação desses planos).

É de se destacar ainda que a alta administração da Companhia também é atuante neste processo, cabendo-lhe assegurar a efetividade das linhas de defesa descritas acima e a observância das diretrizes da Política.

Nesse processo, o Conselho de Administração, com o suporte do Comitê de Auditoria, assume papel geral de supervisão e avaliação periódica dos riscos a que a Companhia está exposta e da estrutura de gerenciamento de Riscos acima destacada e da eficácia dos controles internos, inclusive considerando os relatórios, avaliações, propostas e reportes recebidos, inclusive, da Diretoria.

Para referência, são destacadas, abaixo, as principais atribuições dos órgãos e agentes envolvidos no processo de gerenciamento de riscos da Companhia, em conformidade com a Política:

Conselho de Administração

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, o Conselho de Administração é responsável por:

- Estabelecer o nível de apetite ao risco e o nível de tolerância a risco da Companhia;

- Revisar o portfólio de riscos assumidos pela Companhia;

- Supervisionar o gerenciamento de Riscos da Companhia e avaliar periodicamente a exposição da Companhia a Riscos e a eficácia do sistema interno de gerenciamento de Riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*);

- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer, avaliar e controlar os Riscos, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados; e

- Aprovar a Política, bem como aprovar atualizações e revisões à Política sempre que necessário.

Diretoria

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, a Diretoria é responsável por:

- Identificar Riscos preventivamente e adotar medidas para sua prevenção e minimização;
- Propor ao Conselho de Administração o nível de Apetite ao Risco e o nível de Tolerância a Risco da Companhia;
- Executar esta Política e propor ao Conselho de Administração, sempre que necessário, sua revisão em função de alterações nos Riscos a que a Companhia está exposta;
- Implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração; e
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas gerenciamento de Riscos e de controles internos da Companhia e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.

Comitê de Auditoria

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, as atribuições do Comitê de Auditoria são:

- Assessorar o Conselho de Administração no monitoramento e controle de qualidade dos controles internos e do gerenciamento de Riscos e *compliance* da Companhia;
- Propor ao Conselho de Administração a necessidade de revisão desta Política;
- Avaliar e monitorar as exposições de Risco da Companhia;
- Acompanhar de forma sistemática o gerenciamento de Riscos e o cumprimento de seus objetivos; e
- Supervisionar e acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance* da Companhia;

Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance*

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, a Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance* é responsável por:

- Desenvolver os processos a serem utilizados no gerenciamento de Riscos;
- Assessorar a Diretoria na identificação preventiva de Riscos e sugerir medidas para sua prevenção e minimização;
- Auxiliar o Comitê de Auditoria no monitoramento da exposição da Companhia a Riscos;
- Averiguar o cumprimento das estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração e implementadas pela Diretoria; e
- Conscientizar os gestores sobre a importância da gestão de riscos e a responsabilidade inerente a cada colaborador.

Auditoria Interna

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, a Auditoria Interna é responsável por:

- Monitorar e aferir a qualidade e efetividade do processo de gerenciamento de Riscos, controles internos e governança da Companhia, sempre recomendando melhorias;
- Verificar a conformidade do processo de gerenciamento de Riscos com as políticas e normas adotadas pela Companhia; e
- Recomendar a adoção de planos de ação, acompanhar e auditar a sua implementação e a efetividade dos tratamentos propostos.

Colaboradores

- Operacionalizar o gerenciamento de Riscos, fazendo parte do processo de identificação, avaliação e mensuração, implementando ações de mitigação preventivas e corretivas; e
- Participar de forma ativa na comunicação e treinamento que permita a disseminação de forma consciente do gerenciamento de Riscos na Companhia.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua atual estrutura operacional e de controles internos contempla procedimentos e mecanismos adequados e eficazes para o gerenciamento dos principais riscos aos quais está exposta, conforme descritos acima.

Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia supervisiona o gerenciamento de riscos e avalia periodicamente a exposição da Companhia a riscos e a eficácia do sistema interno de gerenciamento e dos controles internos.

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Atualmente a Companhia conta com um modelo de gestão padronizado com estrutura voltada para atingimento de resultados. Esse modelo busca avaliar a conformidade das áreas, obter resultados cada vez mais eficazes voltados para a rentabilidade, produzir informações mais confiáveis, garantir um maior controle de informações e aprimorar os mecanismos de prevenção, detecção e correção que impeçam a ocorrência de desvios nas demonstrações financeiras da Companhia, garantindo assim uma gestão mais eficiente de seus números.

A Companhia também adota um conjunto estruturado de controles internos com o objetivo de assegurar a confiabilidade na elaboração de suas demonstrações financeiras, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis e com os princípios de governança corporativa.

Entre as principais práticas de controle interno, destacam-se:

- Segregação de funções entre as áreas de contabilidade, tesouraria, fiscal e controladoria;
- Políticas e procedimentos formalizados para os principais ciclos financeiros (recebimentos, pagamentos, reconciliações, provisões etc.);
- Fechamento contábil mensal com revisão por níveis hierárquicos distintos;
- Utilização de sistemas integrados (ERP) que oferecem trilhas de auditoria e restringem acessos não autorizados;
- Treinamentos periódicos para os colaboradores envolvidos nos processos financeiros;
- Monitoramento e reporte de riscos e controles através de comitês específicos.

A Companhia, por meio de seu sistema contábil e de controles internos, garante que a condução dos negócios é adequadamente controlada, gerando um conjunto de ações/reações de qualquer elemento da organização com impacto no alcance do seu planejamento estratégico, devidamente reportado e aprovado pelo Conselho de Administração.

O sistema de controles internos é capaz de avaliar e apreciar, de maneira contínua, os resultados da organização, comparando-os com os objetivos, metas e resultados propostos pela Diretoria, documentando a atividade de controle e fazendo-a interagir com as estruturas operacionais e de informação.

Adicionalmente, a Companhia conta com uma área de auditoria interna, coordenada pela Forvis Mazars, responsável por avaliar periodicamente a efetividade dos controles internos, a aderência às políticas e procedimentos corporativos, bem como a conformidade dos processos com as normas aplicáveis. As avaliações realizadas pela auditoria interna contribuem para a

identificação de oportunidades de melhoria e para o fortalecimento contínuo do ambiente de controles da Companhia.

Por meio da Política de Gerenciamento de Riscos, a Companhia objetiva o aperfeiçoamento de suas práticas de controles internos.

Todo e qualquer tipo de informação financeira da Companhia, em especial seu balanço patrimonial e as demonstrações financeiras refletem sua real situação patrimonial, econômica e financeira, de acordo com os princípios contábeis atuais e as normas internacionais aplicáveis em termos de relatórios e controles financeiros.

Os Diretores da Companhia acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. Além disso, estão atentos às novas tecnologias e a Companhia investe em seus controles a fim de aprimorá-los continuamente.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Conforme indicado no item 5.1 deste Formulário de Referência, fazem parte dos controles internos da Companhia os seguintes órgãos: (i) Conselho de Administração; (ii) Diretoria; (iii) Comitê de Auditoria; (iv) Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance*; (v) Auditoria Interna; e (vi) gestores e colaboradores.

Além das competências relacionadas ao gerenciamento de riscos já expostas no item 5.1, com relação exclusivamente ao controle das demonstrações financeiras, destaca-se que o Conselho de Administração se manifesta sobre o relatório da administração, as contas da administração e as demonstrações financeiras de cada exercício e por submeter à Assembleia Geral Ordinária tais propostas.

A Diretoria, por sua vez, é a responsável por submeter anualmente, ao Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos resultados apurados no exercício anterior.

O Diretor Administrativo-Financeiro é o responsável por:

(i) dirigir e coordenar as áreas Administrativa e Financeira da Companhia, incluindo a elaboração da proposta de orçamento anual;
(ii) coordenar a elaboração e revisar as demonstrações financeiras e o Relatório da Administração;
(iii) supervisionar as atividades contábeis, bem como os processos de gestão e controle financeiro da Companhia;

(iv) coordenar e dirigir as atividades relacionadas às operações financeiras, assegurando o fornecimento de informações financeiras e gerenciais aos demais Diretores e ao Conselho de Administração;
(v) responder pela gestão do fluxo de caixa, das aplicações financeiras e dos investimentos, com o objetivo de maximizar o resultado financeiro, observados os níveis de risco previamente estabelecidos pela Companhia;
(vi) acompanhar e controlar o cumprimento das obrigações financeiras, garantindo a conformidade com requisitos legais, regulatórios, fiscais, orçamentários e contratuais, em articulação com as demais áreas e partes envolvidas;
(vii) elaborar a proposta de destinação do lucro do exercício a ser submetida ao Conselho de Administração, bem como propor a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares e de juros sobre capital próprio; e
(viii) exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas pelo Conselho de Administração e/ou pelo Diretor Presidente.

Destaca-se, ainda, o papel da auditoria independente, conduzida por firma de auditoria de reconhecida, regularmente registrada nos órgãos competentes e sujeita às normas profissionais e regulatórias aplicáveis.

A auditoria externa é contratada para examinar as demonstrações financeiras da Companhia e emitir opinião independente quanto à sua adequação e conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, quando aplicável, com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). No âmbito de seus trabalhos, a auditoria independente avalia os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar e executar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias.

Ressalta-se que tal avaliação dos controles internos é realizada exclusivamente para fins de definição da natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria, não tendo como finalidade a emissão de opinião específica sobre a eficácia dos controles internos da Companhia, salvo quando expressamente requerido pela regulamentação aplicável.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A gestão de riscos da Companhia está alinhada ao seu planejamento estratégico e integrada ao modelo de governança corporativa, refletindo o compromisso da organização em atuar de forma ética, transparente e em conformidade com os requisitos contratuais, legais e regulatórios aplicáveis às jurisdições em que opera.

A consideração dos riscos integra o processo decisório em todos os níveis da organização, sendo sua gestão realizada de maneira estruturada e integrada, de modo a permitir visão consolidada da exposição da Companhia e adequada alocação de recursos, inclusive com aproveitamento dos benefícios decorrentes da diversificação de suas operações.

A Companhia dispõe de Política de Gerenciamento de Riscos formalmente aprovada, a qual estabelece princípios, diretrizes, responsabilidades e procedimentos a serem observados no processo de gestão de riscos, contemplando as etapas de identificação, avaliação, mensuração, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às suas atividades.

Nos termos da referida Política, compete ao Conselho de Administração, dentre outras atribuições: (i) definir o apetite e os níveis de tolerância a risco da Companhia; (ii) revisar periodicamente o portfólio de riscos assumidos; e (iii) supervisionar o processo de gerenciamento de riscos, avaliando a exposição da Companhia e a efetividade do sistema de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade e conformidade (compliance).

À Diretoria compete, adicionalmente às demais atribuições estatutárias, avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como reportar ao Conselho de Administração os resultados dessa avaliação, incluindo eventuais deficiências identificadas e respectivos planos de ação.

A Companhia conta, ainda, com estrutura dedicada às atividades de auditoria interna, coordenada pela Forvis Mazars, bem como por consultoria externa especializada contratada para execução de trabalhos periódicos de auditoria interna. As atividades são conduzidas com base em plano anual de auditoria, elaborado considerando os principais riscos e processos da Companhia, contemplando avaliações periódicas da efetividade dos controles internos, acompanhamento de planos de ação e monitoramento de recomendações.

A supervisão da eficiência dos controles internos é realizada de forma contínua pela Administração, com o envolvimento das áreas responsáveis pelos processos, da estrutura de auditoria interna e reporte periódico à Diretoria e aos Conselhos de Administração e Auditoria, conforme aplicável, visando assegurar o adequado funcionamento do ambiente de controles internos da Companhia.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No relatório circunstanciado preparado e encaminhado pelos auditores independentes à Companhia, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, foram reportadas as deficiências significativas relacionadas ao ambiente de controles internos descritas a seguir:

1. Teste de recuperabilidade de ativos (teste de impairment)

Situação atual

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria sobre o teste de recuperabilidade (impairment test) do imobilizado e intangível, foram identificados elementos pontuais de ajuste nas premissas de cálculo do valor em uso da unidade geradora de caixa, as quais não resultaram em impacto na conclusão do teste de impairment, mas representam uma "deficiência significativa" nos controles internos da Companhia. A seguir, o detalhamento das premissas que foram impactados na avaliação desse assunto:

- Ausência de inclusão de prêmio de risco adicional "SFP" à taxa de desconto (WACC), além dos riscos já considerado pela Administração;

- Erros aritméticos no cálculo das vendas líquidas, que não tiveram impacto relevante nas projeções fluxo de caixa;

- Ausência de detalhamento das premissas consideradas pela Administração nas primeiras versões do estudo enviado.

Riscos envolvidos

Deficiências de controles não remediadas tempestivamente podem se tornar relevantes ao longo do exercício e, eventualmente, não prevenir e/ou detectar distorções materiais nas demonstrações contábeis.

Ação corretiva

Recomendou-se que Companhia considere o desenho, implementação e manutenção de controles de atividades que sejam performados para prevenir e/ou detectar eventuais distorções materiais no teste de recuperabilidade do ativo imobilizado e intangível.

2. Ausência de reconhecimento do valor justo dos contratos futuros de comercialização de energia

Situação atual

Durante a execução dos procedimentos de auditoria, identificou que a Companhia não monitorou, desenhou e/ou implementou controles internos adequados para assegurar a correta identificação, mensuração, reconhecimento e divulgação do valor justo dos contratos futuros de comercialização de energia em conformidade com os requisitos da norma contábil.

Adicionalmente, não foi identificado a realização de conciliações tempestivas entre o *book* energético de vendas e compras e os montantes faturados e reconhecidos na contabilidade. Tal

deficiência e ausência de controle na identificação de tais transações, resultou em ajustes não materiais, no montante de R$ 7,9 milhões na receita e R$ 7,0 milhões no custo que foram reportados em sumário de ajustes não corrigidos.

Além disso, não foram identificados fluxos formais de revisão e aprovação das informações previamente enviadas pelo Departamento de *Supply Chain*, o que ocasionou a necessidade de ajustes nos arquivos inicialmente disponibilizados para fins de auditoria.

Riscos envolvidos

As deficiências e ausências de controles que não foram remediadas tempestivamente, podem se tornar relevantes ao longo do exercício e, eventualmente, não previne e/ou detectam distorções materiais nas demonstrações contábeis, ocasionando ajustes e/ou reapresentações.

Recomendações

Recomendou-se que a Companhia revise e fortaleça seu ambiente de controles internos, de maneira a assegurar que as transações correlacionadas com a natureza do tema sejam identificadas de forma tempestiva e que essas informações contábeis sejam capturadas, processadas e refletidas tempestivamente nas demonstrações contábeis, em conformidade com as normas contábeis vigentes.

3. Ausência de reconhecimento e divulgação em conformidade com as normas contábeis vigentes dos montantes relacionados ao "FIDC Aeris"

Situação atual

Em 31 de dezembro de 2025, as demonstrações contábeis da Companhia foram reapresentadas com o objetivo de corrigir o reconhecimento e a divulgação dos montantes relacionados ao Aeris FIDC. A seguir, apresentamos os principais assuntos que foram objeto da reapresentação:

- Reclassificação da participação nas cotas do FIDC, inicialmente registrados como caixa e equivalentes de caixa, para ativos financeiros;

- Reconhecimento do valor justo da participação das cotas no FIDC no resultado do exercício, anteriormente essa participação foi registrada a custo.

Adicionalmente, identificamos que o memorando técnico elaborado pela Companhia acerca dessa transação não contemplou todos os aspectos relevantes requeridos pelas normas contábeis aplicáveis, notadamente: (i) a avaliação da necessidade de consolidação do Aeris FIDC; e (ii) a análise quanto à possibilidade de baixa das contas a receber previamente cedidos ao FIDC.

Riscos envolvidos

Deficiências de controles não remediadas tempestivamente, podem se tornar relevantes ao longo do exercício e, eventualmente, não prevenir e/ou detectar distorções materiais nas demonstrações contábeis.

Recomendações

Recomendou-se que a Companhia revise e fortaleça seu ambiente de controles internos, de forma a assegurar que as informações contábeis sejam capturadas, processadas e refletidas tempestivamente nas demonstrações contábeis, em conformidade com as normas contábeis vigentes.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração da Companhia analisou as observações apresentadas no relatório circunstanciado emitido pelos auditores independentes e esclarece que os apontamentos identificados foram avaliados tecnicamente, tendo sido adotadas medidas corretivas e de aprimoramento dos controles internos das deficiências significativas, conforme descrito a seguir.

1. Teste de recuperabilidade de ativos (teste de impairment)

Com relação aos apontamentos referentes ao teste de recuperabilidade (“impairment test”) do ativo imobilizado e intangível, a Administração esclarece analisou cuidadosamente as observações apresentadas no âmbito da auditoria dos controles internos, especificamente no que se refere às premissas utilizadas no modelo de cálculo do valor em uso do imobilizado e do intangível. A seguir, apresentamos nossos esclarecimentos, com o objetivo de contextualizar tecnicamente os pontos levantados e demonstrar a consistência metodológica adotada pela Companhia.

A Administração destaca que a metodologia de cálculo apresentada na versão inicial do material segue exatamente a mesma estrutura conceitual, formulação e critérios utilizados no exercício anterior, os quais foram oportunamente analisados e aceitos sem ressalvas pela mesma firma de auditoria.

<u>1.Inclusão do prêmio de risco “SFP” no cálculo da taxa de desconto (WACC):</u>

A metodologia de cálculo da taxa de desconto apresentada segue as práticas de mercado quanto à avaliação de risco das operações prestadas pela companhia. A Administração nota que a incorporação de componentes adicionais de risco ao custo de capital é uma prática admitida na literatura financeira e depende do julgamento profissional quanto à adequação dos riscos

específicos do negócio e do ambiente de operação. Nesse sentido, não houve inovação metodológica, alteração estrutural ou mudança de critério em relação ao exercício anterior, mas sim a reaplicação consistente de um modelo já validado.

2. Erros aritméticos no cálculo das vendas líquidas, que não tiveram impacto relevante nas projeções fluxo de caixa:

A Companhia informa que estrutura suas projeções financeiras tendo como ponto de partida a receita líquida, cujos cálculos apresentados estavam matematicamente corretos, não havendo erros aritméticos sobre o valor das vendas líquidas, a qual permaneceu íntegra e consistente ao longo de todo o modelo apresentado.

O equívoco identificado ocorreu no nível da receita bruta, decorrente da consideração indevida de tributos sobre transações de serviços entre duas Business Units da Companhia. Dado o fato que ambas as BUs são entidades cadastradas sob o mesmo CNPJ, não está sujeita à incidência de impostos, o que originou a distorção pontual observada.

Importante destacar que, como o modelo de projeção é construído a partir da receita líquida — e não da receita bruta, o referido ajuste não produziu qualquer impacto nos fluxos de caixa projetados nem no resultado final do teste de recuperabilidade, sendo, portanto, imaterial sob a ótica econômica da avaliação.

3. Ausência de detalhamento das premissas consideradas pela Administração na primeira versão do estudo enviado:

A Administração informa que na submissão inicial, foi compartilhado um recorte do modelo consolidado, contendo os dados agregados do grupo, estruturado no mesmo formato, nível de abertura e padrão de planilha adotados no exercício anterior, os quais foram oportunamente analisados e aceitos pela auditoria sem ressalvas, mantendo, portanto, a consistência metodológica e de apresentação ao longo dos períodos.

Adicionalmente, e de forma complementar ao modelo financeiro em Excel, foram encaminhados materiais de suporte em apresentação (PowerPoint), nos quais estavam devidamente documentadas e justificadas todas as premissas relevantes utilizadas pela Administração, incluindo:

- Contexto de mercado do setor eólico;
- Capacidade instalada;
- Premissas comerciais, operacionais e macroeconômicas;

Dessa forma, desde a primeira versão submetida, a Administração disponibilizou o arcabouço qualitativo e quantitativo necessário à adequada compreensão das hipóteses adotadas.

Nas interações subsequentes, em atendimento a solicitações adicionais de detalhamento, a Companhia passou a disponibilizar o modelo aberto por unidade de negócio, ampliando o nível de granularidade das informações apresentadas.

Assim, o entendimento da Administração é de que não houve ausência de detalhamento de premissas, mas sim uma evolução no nível de desagregação das informações disponibilizadas ao longo do processo, mantendo-se, em todo momento, a coerência metodológica e a suficiência das justificativas apresentadas.

Esses materiais forneceram o arcabouço qualitativo e quantitativo completo que fundamentou o modelo, permitindo a compreensão integral das hipóteses utilizadas. Dessa forma, o nível de informação disponibilizado foi compatível com as melhores práticas de mercado e suficiente para suportar a análise do teste de recuperabilidade.

2. Ausência de reconhecimento do valor justo dos contratos futuros de comercialização de energia

No tocante aos apontamentos relacionados aos contratos futuros de comercialização de energia, a Administração esclarece que esta é uma operação considerada recente, que foi iniciada apenas para consumo, porém com os excedentes passou a ser comercializada.

Em relação à ausência de monitoramento, bem como ao desenho e à implementação de controles internos voltados à adequada mensuração, reconhecimento e divulgação da marcação a mercado dos contratos futuros de comercialização de energia, a Administração informa que o processo foi estruturado e implantado, assegurando a apuração e divulgação dessas informações de forma consistente. Tais controles foram implementados a partir do 4º trimestre de 2025 e encontram-se atualmente em operação.

Em relação à ausência de conciliações tempestivas entre o book energético de vendas e compras e os montantes faturados e reconhecidos contabilmente, a Administração reconhece a oportunidade de aprimoramento. Embora os ajustes identificados não tenham sido materiais, a administração entendeu e já implementou controles de aprimoramento o processo de conciliação e monitoramento. Nesse sentido, foram instituídas rotinas formais de conciliações periódicas, implementadas no 1º trimestre de 2026.

Adicionalmente, quanto à ausência de fluxos formais de revisão e aprovação das informações fornecidas pelo departamento de Supply Chain, a Administração informa que o processo foi reestruturado, com a definição de etapas formais de validação e revisão. Essas medidas visam assegurar maior consistência, confiabilidade e tempestividade das informações. Os referidos fluxos foram implementados no 4º trimestre de 2025 e estão atualmente em operação.

3. Ausência de reconhecimento e divulgação em conformidade com as normas contábeis

vigentes dos montantes relacionados ao “FIDC Aeris”

Com relação aos apontamentos envolvendo o FIDC Aeris a Administração ressalta que, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia procedeu com a reapresentação de suas demonstrações financeiras, com o objetivo de corrigir a classificação e mensuração dos ativos relacionados ao FIDC Aeris, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis.

1.Reclassificação da participação nas cotas do FIDC:

Conforme observado, a participação nas cotas do FIDC, anteriormente classificada como caixa e equivalentes de caixa, foi reclassificada para ativos financeiros. Tal ajuste foi realizado com o objetivo de refletir de forma mais adequada a natureza econômica desses instrumentos, alinhando sua apresentação às práticas contábeis vigentes.

2.Reconhecimento do valor justo das cotas do FIDC no resultado:

Adicionalmente, a Companhia passou a reconhecer as cotas do FIDC a valor justo, com os efeitos registrados no resultado do exercício, em substituição ao critério anterior de mensuração ao custo. Essa alteração reflete uma melhor aderência aos requisitos normativos aplicáveis a instrumentos financeiros, proporcionando maior transparência e fidedignidade na mensuração desses ativos.

3.Revisão do memorando técnico da transação:

Em relação ao memorando técnico, a Administração reconhece que a versão anterior não contemplava integralmente todas as análises requeridas pelas normas contábeis aplicáveis. Nesse sentido, o documento será revisado ao longo de 2026, passando a incluir, de forma estruturada e formal:

- A avaliação quanto à necessidade de consolidação do FIDC, considerando os critérios de controle estabelecidos nas normas contábeis;

- A análise sobre a elegibilidade para baixa dos ativos financeiros (contas a receber) cedidos ao FIDC, à luz dos requisitos de transferência substancial de riscos e benefícios.

Dessa forma, a Administração entende que as medidas endereçam adequadamente os pontos levantados pela auditoria, contribuindo para o fortalecimento do ambiente de controles internos e para a adequada apresentação das informações financeiras da Companhia.

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Aeris se preocupa em manter uma cultura de integridade como base para um ambiente ético e íntegro. Neste sentido, como principal mecanismo de integridade, temos o Programa de Integridade Aeris ("Programa"), que é composto por um conjunto de mecanismos e procedimentos internos, com o intuito de prevenir, detectar e combater a ocorrência de más práticas de *Compliance*. Este Programa possui como principais pilares, a aplicação efetiva dos seguintes documentos:

(i) Código de Conduta Aeris, conjunto de orientações sistematizadas que retratam os valores da Companhia e que devem nortear sua atuação;

(ii) as Políticas de *Compliance*, quais sejam: (a) Política Anticorrupção e Relacionamento com a Administração Pública; (b) Política de Prevenção de Fraudes, Colusão e Coação; (c) Política Concorrencial e Antitruste; (d) Política de Relacionamento com os fornecedores; (e) Política de Divulgação das Informações; (f) Política de Transações com Partes Relacionadas; (g) Política de Aplicação de Medidas Disciplinares; (h) Política de Doações e Patrocínios; (i) Política de Doações Filantrópicas; (j) Política do Canal de Denúncias;

(iii) o regimento interno do Comitê de Integridade ("Comitê de Integridade"), aprovado formalmente pelo Conselho de Administração;

(iv) a divulgação e gestão responsável do Canal de Denúncia Aeris, cujas denúncias são recebidas, analisadas e deliberadas junto ao Comitê de Integridade Aeris.

Esses mecanismos possuem o objetivo de informar as diretrizes da Companhia quanto à conduta esperada por seus conselheiros, diretores, representantes, gerentes, colaboradores, estagiários, prestadores de serviço, fornecedores, clientes, parceiros de negócios, consultores, terceiros em geral, atuando de forma a detectar e sanar desvios,

fraudes, irregularidades e atos ilícitos, sejam eles praticados na esfera privada ou contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Nosso Programa está em constante desenvolvimento, de modo que a administração entende que está adequado aos riscos identificados até o momento. Em nossas políticas, reforçamos a preocupação em evitar danos reputacionais, patrimoniais e financeiros à Aeris, de modo que seus conteúdos foram estruturados de forma a prevenir e mitigar os riscos cuja materialização possam implicar nesses danos.

Em atenção especial ao combate à corrupção, instituímos as Políticas e diretrizes de *Compliance* que abordam fortemente este tema, além de trazer as condutas adequadas para que nossos colaboradores e terceiros se mantenham ativos nesse combate, conforme listadas no início deste item. Destacamos que todas as nossas Políticas de *Compliance* abordam em seu conteúdo temas relacionados ao relacionamento ético junto à administração pública, nacional ou estrangeira.

Os riscos aos quais a Companhia está exposta são avaliados periodicamente, com frequência mínima anual, sendo que, a partir dos resultados dessas revisões, são implementados os eventuais ajustes. As adaptações das Políticas de *Compliance* acompanham as revisões dos riscos da Companhia. No entanto, considerando tratar-se de um cenário dinâmico no qual a Companhia busca constante evolução, os documentos podem ser atualizados a qualquer tempo na medida que forem identificados eventuais pontos passíveis de aprimoramento.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Para promover a legitimação, o respeito, o cumprimento e o aprimoramento do comportamento ético e da conduta profissional dos colaboradores que atuam na Aeris, criamos o Comitê de Integridade Aeris, que atua sob a Coordenação da Diretoria Jurídica e de *Compliance*, formalmente constituído conforme o Regimento do Comitê de Integridade.

O Comitê de Integridade se reporta ao Presidente da Companhia; ao Conselho de Administração em relação as estatísticas, e casos excepcionais tratados a partir de denúncias recebidas.

A Diretoria Jurídica e de Compliance constitui órgão não estatutário, estruturado para atuar com autonomia técnica, independência e imparcialidade na condução e

supervisão do Programa de Integridade da Companhia, sendo responsável por elaborar relatórios periódicos, recomendações e planos de ação, assegurando o devido acompanhamento pelos órgãos de governança e a evolução contínua do ambiente de integridade.

O Comitê é estruturado de modo a assegurar independência e imparcialidade, devendo sua composição observar ausência de conflitos de interesse.

Como mecanismo de garantia da independência dos controles, foi instituído o Canal de Denúncias em 2020, administrado exclusivamente por empresa terceirizada, visando dar maior credibilidade ao anonimato do denunciante e tornar mais eficiente o retorno da apuração da denúncia.

O anonimato é garantido aos denunciantes, bem como a possibilidade do acompanhamento da tratativa da denúncia de forma independente por meio de número de protocolo. Tal mecanismo foi formalizado e atua em consonância ao item 4.a do Código de Conduta.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

· **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia possui um Código de Conduta formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de setembro de 2020, e revisado em Outubro de 2024, como forma de tornar os princípios e regras de conduta acessíveis a todos os nossos colaboradores e terceiros O Código de Conduta Aeris se aplica a qualquer pessoa que trabalhe na Aeris ou que represente a Aeris, incluindo diretores, gerentes e todos os demais colaboradores, assim como seus fornecedores, prestadores de serviço, representantes etc.

Além disso, a Aeris instituiu em 2021, o Código de Conduta do Fornecedor, estabelecendo as normas e diretrizes especificamente para terceiros, fornecedores, clientes, e todos aqueles que estejam alocados nas suas imediações. Este código foi revisado em outubro de 2024 e está disponível no site da Companhia.

Adicionalmente, todos os colaboradores da Aeris que têm interface com terceiros, sejam eles clientes, fornecedores e/ou prestadores de serviços independentes, devem estar comprometidos em fazer com que estes terceiros conheçam o Código de Conduta de

Terceiros, fornecendo-lhes sempre todas as instruções necessárias para evitar qualquer tipo de descumprimento às Políticas da Aeris.

O mesmo acontece com as Políticas de *Compliance* da Companhia, que também se aplicam a todos os colaboradores, dirigentes, conselheiros, e fornecedores de qualquer espécie.

Destaque-se que o Código de Conduta para Colaboradores estabelece diretrizes claras sobre o comportamento esperado e aceitável dentro da organização, servindo para orientar as ações e decisões dos colaboradores, promovendo um ambiente de trabalho ético, seguro e respeitoso.

· as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Nosso Programa de Integridade foi concebido de forma a educar nossos colaboradores, dirigentes e fornecedores de um modo geral quanto à conduta íntegra esperada pela Aeris acerca dos mais diversos temas. No entanto, sabemos que haverá casos em que condutas inadequadas acontecerão, e que poderão variar com base na gravidade e reincidência. Neste sentido, foi criada a Política de Aplicação de Medidas Disciplinares, que possui o propósito de estabelecer as regras, diretrizes e orientações aos colaboradores e às partes interessadas quanto à aplicação de Medidas Disciplinares às condutas que infringirem as regras do Código de Conduta, das Políticas e demais normativos internos da Aeris e ainda, a legislação aplicável à Companhia.

Como exemplos de medidas disciplinares contidas em nossa Política, podemos mencionar:

As medidas orientativas**:** são medidas disciplinares que envolvem a orientação ao colaborador ou terceiro sobre o seu comportamento, aplicáveis em casos de desvios de conduta de menor relevância e impacto para a Aeris e não reincidentes. Nesse caso, seu gestor imediato deverá monitorar a reincidência e manter o Comitê de Integridade informado sobre eventuais desvios de conduta adicionais do colaborador ou terceiro, para que seja avaliada a adoção de medidas formais. Exemplos: orientações, treinamentos, reciclagens, mudanças nos processos, estabelecimento de controles adicionais, alteração de sistema ou ferramenta de informática etc.

As medidas formais**:** são aquelas baseadas na legislação trabalhista, e cuja aplicação deverá contar com o apoio de um representante da Administração de Pessoal, garantindo a observância dos princípios aqui definidos e os demais aspectos legais, tais como, advertência verbal, advertência por escrito, suspensão, demissão sem justa causa,

demissão por justa causa e para os casos envolvendo terceiros, não colaboradores, há as sanções previstas em contrato, incluindo a possibilidade de rescisão por culpa do fornecedor.

A aplicação de medidas disciplinares por infração ao Código de Conduta, descumprimento da lei ou das Políticas Internas da Aeris, conforme apuração das evidências e conclusões dos processos investigativos fornecidos pelo Comitê de Integridade será executada pela Área de Recursos Humanos.

· órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta Aeris foi aprovado em 28 de setembro de 2020 pelo Conselho de Administração da Companhia e revisado em Outubro de 2024, podendo ser consultado por nossos colaboradores pela Intranet da Companhia, e pelas partes interessadas através do site: https://aeris.solutions-ir.com/pt/content/governance/code-of-conduct?query=conduta e no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br).

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A Companhia possui um Canal de Denúncia Aeris terceirizado com a ICTS Global, referência mundial neste tipo de ferramenta. Estruturamos nosso Canal de Denúncia tendo como base a Confidencialidade (o anonimato é garantido) e na não-retaliação, princípios contidos em nossa Política de Canal de Denúncias e reforçado nas demais Políticas de *Compliance*.

O Canal pode ser acessado por telefone, no número 0800-882-0611 (24h por dia, 7 dias por semana) ou pela Internet, através do site www.canaldedenuncia.com.br/aeris. As denúncias recebidas são apuradas e investigadas pela área de Compliance da Companhia, que informa o resultado da apuração ao Comitê de Integridade, que deliberará sobre as situações denunciadas, ou ainda, contratará investigadores externos profissionais para investigações mais complexas, se necessário.

Desde então é garantida a possibilidade de acompanhamento da denúncia pelo denunciante, inclusive quando a denúncia é feita de forma anônima. Por meio de sistema eletrônico, todo o processo de tratativa da denúncia é evidenciado. Após a conclusão do processo de investigação, além da aplicação de medidas disciplinares, quando cabível, são gerados planos de ação em conjunto com as áreas envolvidas para

mitigar os riscos identificado, como ação preventiva e melhorias. O Canal de Denúncia é objeto de periódicas campanhas internas de comunicação e auditorias semestrais.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal de Denúncias está aberto para recebimento de denúncias de terceiros, que tenham interesse em denunciar ações, omissões, irregularidades, desconformidades, bem como quaisquer fatos que violem a legislação vigente e/ou as diretrizes do Código de Conduta ou das demais políticas internas da Aeris ou, ainda, que possam causar algum dano a qualquer atividade da Companhia, aos seus colaboradores, acionistas e demais interessados. A Aeris foi construída tendo como base alicerces éticos e assume o compromisso permanente com os valores corporativos. Assim, tendo como base o seu engajamento e protagonismo junto à sociedade, ela proporciona a colaboradores, terceiros, fornecedores e demais partes interessadas, inclusive a sociedade em geral, o Canal de Denúncia Aeris.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

O Canal de Denúncia Aeris fornece confidencialidade e segurança para o denunciante, garantindo o anonimato. Não é necessário se identificar, mas é fundamental agir com responsabilidade na hora de realizar os relatos, tendo como base evidências e, sempre que possível, fornecendo estas evidências ao Canal de Denúncias Aeris, anexando-as no site www.canaldedenuncia.com.br/aeris, o que também poderá ser feito de forma anônima. O denunciante também consegue acompanhar o status de sua denúncia, por meio de código informado pelo Canal de Denúncia.

A Aeris garante o máximo sigilo possível e que nenhuma retaliação acontecerá em virtude da sua denúncia. No entanto, caso o denunciante queira se identificar, ainda assim sua identidade será mantida em sigilo. Para maiores detalhes a Política do Canal de Denúncia Aeris poderá ser consultada.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Diretoria de Jurídica e de Compliance é a área responsável por fazer a apuração e investigação das denúncias recebidas via Canal de Denúncias (tanto via 0800 como pelo site), coletando as evidências necessárias (enviadas via Canal de Denúncias ou, dentro do possível, coletadas na empresa) para a constatação de procedência ou improcedência da denúncia, informando o resultado da apuração ao Comitê de Integridade e dando retorno, com base em respostas padrão (que poderá ser acompanhado pelo denunciante, por meio de código), via sistema do Canal de Denúncias terceirizado. Caso

seja necessário, poderão ser contratados investigadores externos profissionais, para a realização de investigações mais complexas.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não aplicável, visto que não há casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que, conforme descrito nos itens anteriores, a Companhia possui o Código de Conduta e Políticas de *Compliance* que contemplam regras, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme descrito neste item 5.3.

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

A Companhia não identificou alterações significativas nos principais riscos aos quais está exposta no último exercício social. A Companhia entende que os procedimentos e práticas adotados para o gerenciamento de riscos atendem de forma satisfatória suas necessidades de monitoramento e ações de prevenção, mitigação, contingenciamento ou transferência de riscos.

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes a serem reportadas nesta seção 5 deste Formulário de Referência.

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

AERIS IND. E COM. DE EQUIP. PARA GER. DE ENG. S.A.

ALEXANDRE SARNES NEGRÃO | 12.689 % 170
BERNARDO ROMANO NEGRAO | 8.314 % 170
BRUNO LOLLI | 0 % 171
BRUNO VILELA CUNHA | 0 % 171
CÁSSIO CANCELA E PENNA | 0.902 % 172
DANIEL HENRIQUE DA COSTA MELLO | 0 % 172
FERNANDA SARNES NEGRÃO | 10.064 % 173
GISELA SARNES NEGRÃO ASSIS | 10.064 % 173
LUIZ HENRIQUE DEL CISTIA THONON | 0.414 % 174
VERA SARNES NEGRÃO | 33.255 % 174
VITOR DE ARAUJO SANTOS | 0.821 % 175

Ações Tesouraria 175
Outros 176
Total 176

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

AERIS IND. E COM. DE EQUIP. PARA GER. DE ENG. S.A.

Acionista

ALEXANDRE SARNES NEGRÃO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**323.567.238-97**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
7.882.633	**12,689 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
7.882.633	**12,689 %**	**21/08/2026**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

BERNARDO ROMANO NEGRAO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**533.088.938-35**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
VANESSA ROMANO	**Pessoa Física**	**185.892.408-19**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
5.164.483	**8,314 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
5.164.483	**8,314 %**	**21/08/2026**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

AERIS IND. E COM. DE EQUIP. PARA GER. DE ENG. S.A.

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

BRUNO LOLLI

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**313.301.408-00**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	**18/05/2026**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

BRUNO VILELA CUNHA

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**013.775.636-42**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	**03/09/2026**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

AERIS IND. E COM. DE EQUIP. PARA GER. DE ENG. S.A.

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

CÁSSIO CANCELA E PENNA

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**044.690.916-50**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
560.215	**0,902 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
560.215	**0,902 %**	**18/05/2026**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

DANIEL HENRIQUE DA COSTA MELLO

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**303.633.878-03**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	**18/05/2026**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

AERIS IND. E COM. DE EQUIP. PARA GER. DE ENG. S.A.

Acionista

FERNANDA SARNES NEGRÃO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**289.699.648-60**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
6.251.744	**10,064 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
6.251.744	**10,064 %**	**21/08/2026**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

GISELA SARNES NEGRÃO ASSIS

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**271.575.058-78**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
6.251.744	**10,064 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
6.251.744	**10,064 %**	**21/08/2026**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

AERIS IND. E COM. DE EQUIP. PARA GER. DE ENG. S.A.

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

LUIZ HENRIQUE DEL CISTIA THONON

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**316.600.158-12**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
257.143	**0,414 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
257.143	**0,414 %**	**21/07/2026**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

VERA SARNES NEGRÃO

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**046.744.348-31**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
20.657.936	**33,255 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
20.657.936	**33,255 %**	**21/08/2026**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

AERIS IND. E COM. DE EQUIP. PARA GER. DE ENG. S.A.

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

VITOR DE ARAUJO SANTOS

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**324.538.388-65**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
510.315	**0,821 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
510.315	**0,821 %**	**18/05/2026**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
657.772	**1,059 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
657.772	**1,059 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

AERIS IND. E COM. DE EQUIP. PARA GER. DE ENG. S.A.

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
13.926.211	**22,418 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
13.926.211	**22,418 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
62.120.196	**100,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
62.120.196	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	21/08/2026
Quantidade acionistas pessoa física	42.122
Quantidade acionistas pessoa jurídica	140
Quantidade investidores institucionais	12

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	13.926.211	22,418%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	13.926.211	22,418%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
AERIS SERVICE LLC	00.000.000/0000-00	100

6.5. Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:

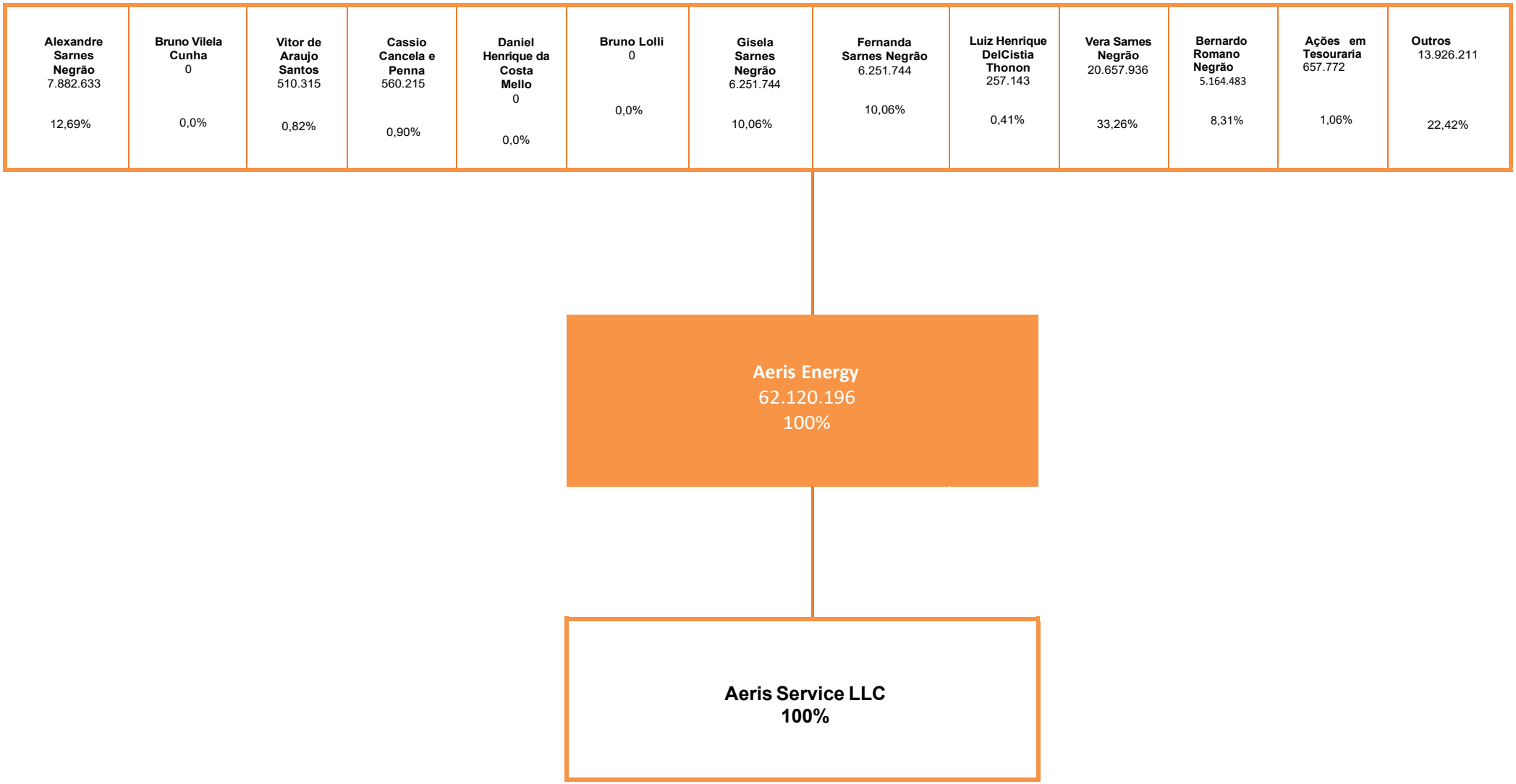
a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações

b. principais controladas e coligadas do emissor

c. participações do emissor em sociedades do grupo

d. participações de sociedades do grupo no emissor

e. principais sociedades sob controle comum


Alexandre Sarnes Negrão
7.882.633
12,69%
Bruno Vilela Cunha
0
0,0%
Vitor de Araujo Santos
510.315
0,82%
Cassio Cancela e Penna
560.215
0,90%
Daniel Henrique da Costa Mello
0
0,0%
Bruno Lolli
0
0,0%
Gisela Sarnes Negrão
6.251.744
10,06%
Fernanda Sarnes Negrão
6.251.744
10,06%
Luiz Henrique DelCistia Thonon
257.143
0,41%
Vera Sarnes Negrão
20.657.936
33,26%
Bernardo Romano Negrão
5.164.483
8,31%
Ações em Tesouraria
657.772
1,06%
Outros
13.926.211
22,42%
Aeris Energy
62.120.196
100%
Aeris Service LLC
100%

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que a serem reportadas nesta Seção 6 deste Formulário de Referência.

7. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e Diretoria Estatutária formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 18 de agosto de 2020 ("Política").

A Política busca determinar as regras, procedimentos, diretrizes e critérios a serem observados na determinação da composição e no processo de indicação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e Comitês da Companhia, pautando-se pelas melhores práticas de governança corporativa e pelos seguintes objetivos: (i) buscar a formação de grupo de profissionais alinhados à missão, princípios e valores éticos e corporativos da Companhia; (ii) promover a diversidade e complementaridade de conhecimento, experiências e capacidades nos órgãos de administração da Companhia; e (iii) contribuir para que as atividades de gestão e administração da Companhia privilegiem um desempenho técnico e eficiente.

A composição do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês deve observar as diretrizes e prioridades estratégicas da Companhia e as necessidades de cada órgão. Além disso, a indicação dos membros para compor o Conselho de Administração, a Diretoria e os Comitês devem considerar a disponibilidade dos membros para o exercício de suas funções e a diversidade de conhecimentos, capacidade técnica, complementaridade de experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero.

Devem ser indicados para compor o Conselho de Administração, a Diretoria e os Comitês profissionais qualificados, com experiência técnica, profissional e/ou acadêmica, aptos a enfrentar os desafios da Companhia, com reputação ilibada, cuja conduta e trajetória profissional estejam alinhadas aos princípios e valores da Companhia, e com compromisso com suas funções e deveres fiduciários.

Os seguintes aspectos são considerados e ponderados na escolha e nomeações de candidatos para cargos na administração e membro de Comitês, sem prejuízo de outros que venham a ser considerados relevantes pelo Conselho de Administração: (i)

adequação do currículo e qualificação profissional do candidato às atividades e atribuições inerentes ao respectivo cargo; (ii) demais atividades exercidas pelo candidato, especialmente à luz: (a) das restrições constantes do artigo 147, § 3º, da Lei das S.A.; (b) de eventuais conflitos de interesse; e (c) da disponibilidade de tempo do candidato para o adequado e diligente exercício da função a que seria indicado; (iii) complementaridade de competências, experiências e características pessoais com relação aos demais membros, quando se tratar de órgão colegiado; (iv) quando aplicável, a assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior na Companhia e seu desempenho no período, conforme processo de avaliação.

Nas hipóteses em que o Conselho de Administração entender conveniente, a Companhia poderá contratar empresa ou profissionais independentes para realizar consultorias ou obter pareceres sobre os candidatos, bem como para avaliar o enquadramento dos candidatos nos critérios de elegibilidade aplicáveis, nos termos das normas aplicáveis e da Política.

Em observância ao previsto no Regulamento de Emissores da B3, a Companhia nota que, embora sua Política não mencione expressamente aspectos de diversidade como orientação sexual, cor, raça e inclusão de pessoas com deficiência, aborda o tema diversidade de forma ampla, considerando aspectos como capacidade técnica, complementaridade de experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero para a composição da administração da Companhia.

A Companhia esclarece, ainda, que a Política não se aplica ao Conselho Fiscal. A eleição, instalação, composição, funcionamento e os requisitos aplicáveis aos membros do Conselho Fiscal observam as disposições previstas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do órgão.

A Política pode ser consultada no site de Relações com Investidores da Companhia (https://www.ri.aerisenergy.com.br/pt), bem como nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/).

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

As composições do Conselho de Administração e da Diretoria deverão ser avaliadas no mínimo a cada ano, e ao menos uma vez durante a vigência de cada mandato, pelo Conselho de Administração, com o objetivo de examinar a complementaridade, coerência e aderência das competências dos seus membros.

Estão sujeitos ao processo de avaliação os membros do Conselho de Administração e, da Diretoria que estiverem na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação.

A avaliação deverá abranger as metas estabelecidas e a performance dos membros de cada órgão, bem como sua aderência às políticas e aos valores da Companhia.

O Comitê de Auditoria deverá ser avaliado anualmente, observados os procedimentos e processos aprovados pelo Conselho de Administração para referida avaliação.

A Companhia esclarece que o Conselho Fiscal não está sujeito a mecanismos de avaliação de desempenho.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

A condução do processo de avaliação do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria, bem como dos respectivos membros, é de responsabilidade do Conselho de Administração, sendo possível a utilização de assessoria externa especializada.

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria serão divulgados a todos os membros do Conselho. Já os resultados individuais de cada um dos conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão e ao Presidente do Conselho. Por sua vez os resultados do Presidente do Conselho de Administração, dos Diretores e dos membros do Comitê de Auditoria serão disponibilizados a todos os conselheiros.

Em relação à metodologia adotada, o processo de avaliação consiste nas seguintes etapas: (i) autoavaliação dos membros do Conselho de Administração, (ii) avaliação, pelo Conselho de Administração, do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria enquanto órgãos colegiados e (iii) avaliação individual, pelo Conselho de Administração, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria.

O processo de avaliação é estruturado levando em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração, seu Presidente, da Diretoria e do Comitê de Auditoria, bem como dos respectivos membros, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

A avaliação dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Comitê de Auditoria deve considerar, dentre outros critérios: (i) assiduidade no exame e no debate das matérias discutidas; (ii) a contribuição ativa no procedimento decisório; e (iii) o comprometimento com o exercício das suas funções.

Os membros da Diretoria, por sua vez, são avaliados de acordo com a sua performance individual e metas corporativas definidas anualmente de acordo com a estratégia da Companhia. Conforme indicado no item 8.1 deste Formulário de Referência, os resultados de tal avaliação são levados em consideração na determinação da remuneração variável dos membros da Diretoria.

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

O processo de avaliação do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria deve ser coordenado pelo Conselho de Administração, sendo facultativa a contratação de empresa de consultoria para assessorar este processo. Até o momento, não foi contratada empresa para essa finalidade.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar e administrar conflitos de interesse, uma vez que considera as regras constantes na legislação brasileira suficientes.

No entanto, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho de Administração, é vedado ao membro do Conselho de Administração intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como ter acesso a informações ou participar de reuniões relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com a Companhia.

Neste caso, cumpre ao membro do Conselho de Administração em situação de conflito de interesses cientificar o restante do órgão do seu impedimento e fazer consignar seu impedimento em ata de reunião do Conselho de Administração. Se o próprio conselheiro não se manifestar, qualquer dos presentes à reunião que tenha conhecimento do fato deve informá-lo ao Presidente do Conselho de Administração.

Existem, ainda, previsões específicas em se tratando de transações com partes relacionadas, as quais estão previstas na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia.

Conforme tais previsões, administradores, acionistas e demais pessoas envolvidas no processo decisório relativo à aprovação de transação com partes relacionadas que se encontrem em situação de conflito de interesses devem: (i) declarar sua condição ao órgão responsável pela deliberação relativa à transação com partes relacionadas; (ii) quando aplicável, abster-se de votar nas deliberações relativas à transação com partes relacionadas; e (iii) abster-se de participar das discussões para decisão a respeito da aprovação, pela Companhia, da transação com partes relacionadas, devendo, inclusive, quando for o caso, retirar-se da reunião enquanto a discussão estiver ocorrendo.

Caso uma pessoa envolvida no processo decisório relativo à aprovação de transação com partes relacionadas se encontre em situação de conflito de interesses e não se manifeste oportunamente, qualquer outra pessoa envolvida no processo decisório relativo à aprovação da respectiva transação com partes relacionadas, que tenha ciência do fato, deverá reportar essa questão à mesa da referida reunião.

O Código de Conduta para Colaboradores da Companhia também dispõe que se espera que o colaborador da Companhia sempre tome suas decisões priorizando os melhores interesses para a Companhia. Neste sentido, define que há conflito de interesses quando os interesses pessoais dos colaboradores se contrapõem aos interesses da Companhia.

Para tanto, a Companhia proíbe a contratação de parentes até terceiro grau com relacionamento hierárquico ou na mesma área, por entender que é uma das formas de combater qualquer conflito de interesses relacionados a promoções de cargo ou de salário que não ocorram de forma justa, mas apenas pelo grau de parentesco.

Ainda, o Código de Conduta para Colaboradores da Companhia estabelece ser fundamental, sempre que houver dúvida se alguma situação representa ou não um conflito de interesses, que o colaborador informe imediatamente o fato ao seu gestor direto, ao gestor da área de Gente e Gestão ou ao Departamento Jurídico, para que a situação seja devidamente avaliada e para que possa ser orientado sobre como proceder.

d. por órgão:

iv. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

A Companhia não agrupa os membros da administração por outros atributos de diversidade.

e.se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia não possui objetivos específicos em relação à diversidade de cor ou raça, ou outros atributos, que envolvam os seus membros e órgãos de administração.

Em linha com o previsto no Anexo ASG do Regulamento de Emissores da B3, na data de apresentação deste Formulário de Referência, a administração da Companhia era composta por 1 (uma) mulher. A Companhia esclarece, contudo, que não possui, atualmente, membro de comunidade sub-representada em sua administração. A composição de seus órgãos de administração observa critérios relacionados à qualificação técnica, experiência profissional, conhecimento do setor de atuação e aderência às necessidades estratégicas da Companhia, de forma que os processos de indicação e eleição são conduzidos com base na avaliação do perfil e das competências dos candidatos considerados mais adequados para cada posição. A Companhia reconhece a relevância da diversidade na composição de seus órgãos de administração e seguirá avaliando oportunidades para ampliar a pluralidade de perfis em sua administração, em linha com a evolução de suas práticas de governança corporativa.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A Companhia entende que riscos são inerentes a qualquer negócio e seu tratamento visa reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos de incerteza e reduzir o impacto gerado nos resultados da Companhia. Desta forma, a gestão adequada dos riscos e oportunidades constitui um fator fundamental à sustentabilidade dos negócios no longo prazo.

O tema é tratado pela área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e Compliance, e tem o envolvimento direto do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e da Diretoria Executiva, além do apoio da área de Auditoria Interna, com atividades realizadas por empresa terceira especializada. O Conselho de Administração realiza a supervisão e avaliação periódica dos riscos, além de definir o nível e o grau de exposição que a Companhia está disposta a aceitar na implementação de suas estratégias de negócio e na condução das atividades.

A Companhia possui, desde 2020, uma Política de Gerenciamento de Riscos que estabelece os processos e os responsáveis pela identificação, avaliação e monitoramento de riscos, além de traçar diretrizes e responsabilidades nas ações relacionadas ao monitoramento, prevenção, mitigação, contingenciamento e transferência de riscos relacionados à Companhia e ao seu setor de atuação.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	4	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	4	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	2	1	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	2	1	0	0	0
TOTAL = 15	**5**	**10**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0	0	0
TOTAL = 15	**0**	**15**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	4	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0
TOTAL = 15	**0**	**15**	**0**

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

O único comitê permanente de assessoramento do Conselho de Administração existente atualmente na Companhia é o Comitê de Auditoria Estatutário.

Trata-se de órgão colegiado, de funcionamento permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, que atua com independência com relação à Diretoria da Companhia, e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no monitoramento e controle de qualidade das demonstrações e informações financeiras, no gerenciamento de riscos e nos controles internos da Companhia.

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário foi aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de agosto de 2020 e está disponível para consulta no site da CVM (http://www.gov.br/cvm) e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.aerisenergy.com.br).

Por fim, conforme indicado na Seção 5 deste Formulário de Referência, a Companhia conta com uma Área de Auditoria Interna, atualmente liderada pela Forvis Mazars, uma das maiores empresas globais de auditoria, tributos, consultoria e transações do país.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Não obstante a Companhia não possua uma política de contratação de serviços de extra-auditoria, o Conselho de Administração tem conhecimento e aprova todos os serviços de auditoria e demais serviços a serem prestados pelos auditores independentes. A contratação dos serviços não relacionados à auditoria externa está alinhada de modo a assegurar que os demais serviços prestados pelos auditores independentes não gerem conflito de interesse, perda de independência ou objetividade para os serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG/ESG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração.

O Conselho de Administração, por intermédio do Comitê de Integridade, acompanha, fiscaliza e supervisiona os temas relacionados as práticas ASG/ESG e de conformidade

por meio do canal de denúncias, tanto via 0800, quanto pelo site, coletando as evidências necessárias para a constatação de procedência ou improcedência da denúncia.

Ele está disponível tanto para o público interno (colaboradores AERIS), quanto para o público em geral. Esse canal é terceirizado com a ICTS Global, referência mundial neste tipo de ferramenta. O Canal pode ser acessado por telefone, no número 0800-882-0611 (24h por dia, 7 dias por semana) ou pela Internet, através do site www.canaldedenuncia.com.br/aeris. Frise-se que o Canal de Denúncia foi criado tendo como base a Confidencialidade (o anonimato é garantido) e na não-retaliação, princípios contidos em nossa Política de Canal de Denúncias e reforçado nas demais Políticas de Compliance da Companhia.

As denúncias recebidas são apuradas e investigadas pela área de Compliance da Companhia, que informa o resultado da apuração ao Comitê de Integridade, que dará seguimento às investigações para as situações denunciadas, ou ainda, contratará investigadores externos profissionais para investigações mais complexas, se necessário.

A Aeris foi construída tendo como base alicerces éticos e assume o compromisso permanente com os valores corporativos. Assim, tendo como base o seu engajamento e protagonismo junto à sociedade, ela proporciona a colaboradores, terceiros, fornecedores e demais partes interessadas, inclusive a sociedade em geral, o Canal de Denúncia Aeris.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome ALEXANDRE SARNES NEGRÃO **CPF:** 323.567.238-97 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 14/10/1984

Experiência Profissional: O Sr. Alexandre possui curso superior na FGV-RJ em Tecnologia de Marketing. Possui curso (Executive Course) de Program for Leadership Development – PLD, pela IESE Business School (2013) e Owner Management Program – OMP, pela UCLA Anderson School of Management (2019). O Sr. Alexandre atuou como Vice-presidente da Conforto Empreendimentos e Participações S/A (2009-até o presente momento). Na Companhia atuou como membro do Conselho de Administração, cargo que ocupou por sete anos (2010 a 2017) e retornou em Janeiro de 2023 como membro efetivo. De 2017 a 2021 atuou como Diretor Presidente na Companhia e em Janeiro de 2023 o Sr. Alexandre retornou como Diretor Presidente. Alexandre também ocupou a posição de Board Member na ABEEólica – Associação Brasileira de Energia Eólica (2018 a 2021), e é empresário individual (CNPJ 10.790.347/0001-39). Além das sociedades indicadas acima, o Sr. Alexandre declara que atualmente não ocupa cargos em outras companhias ou organizações do terceiro setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2026	Sim	10/01/2023
Diretoria	27/03/2026	1ª RCA após a AGO 2028	Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores		27/03/2026		10/01/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr.Alexandre declara que, nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP ou qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de sua atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Alexandre declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Nome ANDRÉ COJI **CPF:** 051.271.338-30 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 04/02/1964

Experiência Profissional: O Sr. André Coji é formado em Administração de Empresas pela FGV-SP e em Direito pela Faculdade de Direito São Francisco, com certificação pelo IBGC. O Sr. André é gestor de patrimônio familiar (multi-family office), tendo experiência em administração financeira e controladoria atuando como Diretor em Private Banking e em Gestão Patrimonial Familiar. Desde janeiro de 2019, o Sr. André exerce o cargo de Diretor da Federação Israelita. É também membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN (empresa do setor industrial) desde 2018; membro efetivo do Conselho Fiscal da Pet Center Comércio e Participações S.A.; membro efetivo do Conselho Fiscal da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, membro efetivo do Conselho Fiscal da MPM Corpóreos S.A. e membro efetivo do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Casas Bahia, tendo exercido cargos nos órgãos da empresa desde 2019.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2026	AGO 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		30/04/2026	Sim	30/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. André Coji declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou a condenação em processo administrativo da CVM, SUSEP e/ou BACEN e a quaisquer penas aplicáveis pelos referidos órgãos, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Nome CÁSSIO CANCELA E PENNA **CPF:** 044.690.916-50 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 15/05/1980

Experiência Profissional: O Sr. Cássio é formado em Engenharia de Controle e Automação pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Ele também possui Mestrado em Engenharia Aeronáutica no ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) e MBA Executivo na Fundação Dom Cabral.
O Sr. Cassio iniciou sua carreira em 2004 na Cedro Têxtil; de 2005 a 2006 trabalhou na Vallourec & Mannesmann Tubes como Engenheiro de Manutenção; de 2007 a 2010 atuou como Engenheiro de Desenvolvimento de processos na Embraer; e em 2010 ingressou na Aeris como Diretor de Produção.
Durante sua trajetória na empresa, assumiu ainda as funções de Diretor de Operações e Diretor de Recursos Humanos. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor da Aeris Services para a América Latina e os Estados Unidos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	27/03/2026	1ª RCA após a AGO 2028	Outros Diretores	Diretor de Operações de Serviços	27/03/2026		01/11/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Cássio declara que, nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, ou qualquer condenação transitada em julgado ou objeto de decisão final administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de sua atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Cássio declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Nome CLAUS HENNING BERNHARD PAULO VON HEYDEBRECK **CPF:** 248.674.868-76 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 15/02/1971

Experiência Profissional: O Sr. Claus possui pós-graduação (diplom-Ingenieur) em engenharia mecânica na Technische Universität München, Alemanha. Possui mais de 20 anos de experiência internacional em negócios de fornecimento automotivo para OEM's e pós-venda independente, com histórico de atuação em gestão geral e áreas comerciais. Acumula também experiências em vendas, marketing e desenvolvimento de negócios. O Sr. Claus teve passagens na diretoria de marketing e desenvolvimento de negócios na ThyssenKrupp Sales & Technical Center no Michigan, Estados Unidos (2008-2009), na diretoria gerencial da MS Motorservice Brazil (2010-2022) e como diretor presidente na KSPG Automotive Brazil Ltda. onde atualmente ainda exerce o cargo.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	AGO 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2026	Sim	18/08/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Claus declara que, nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, SUSEP e/ou BACEN, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de sua atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Claus declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Nome CYNTHIA MAY HOBBS PINHO **CPF:** 955.227.007-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheira **Data de Nascimento:** 17/08/1964

Experiência Profissional: A Sra. Cynthia May Hobbs Pinho possui experiência na área de Gestão Financeira. Ocupou cargos de C-Level em empresas de capital aberto e familiares. Trabalhou em cargos de C-Level na Ultrapar, Sagatiba, Dasa, Schneider Eletric, CPFL, Fundação Renova, Dotz, além de ocupar o cargo de CFO e Conselheira de Administração no Getninjas. E Conselhos Fiscais da Natura & Co Holding e do Instituto Natura. A Sr.a Cynthia possui experiência em governança multistakeholder e interações com diferentes entidades da sociedade civil. Integrou projetos de reparação socioambiental com foco em sustentabilidade com agenda de transformação social e desenvolvimento institucional (Agenda ESG). É conselheira de Administração e conselheira fiscal certificada pelo IBGC. Possui experiencia ainda como conselheira de Administração e coordenadora do Comitê de Auditoria Lopes Supermercados. Também é membro do Comitê do Futuro da Governança do IBGC, Conselheira Fiscal do IBEF SP e membro do Conselho Fiscal do Instituto da Criança – Itaci e do CIEB - Centro de Inovação para a Educação Brasileira.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2026	AGO 2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		30/04/2026	Sim	30/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	A Sra. Cynthia May Hobbs Pinho declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou a condenação em processo administrativo da CVM, SUSEP e/ou BACEN, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Nome DANIEL HENRIQUE DA COSTA MELLO **CPF:** 303.633.878-03 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 10/12/1982

Experiência Profissional: O Sr. Daniel é graduado em Engenharia Aeronáutica pela Universidade de São Paulo – USP. O Sr. Daniel iniciou sua carreira em 2005 na Aeroálcool Tecnologia em Franca –SP. Também atuou como Engenheiro de Desenvolvimento de Processo na Embraer por três anos. Daniel ingressou na Companhia em 2010. De 2010 a 2014 atuou como Diretor Industrial. De 2014 a 2017 atuou como Diretor de Novos Negócios e de 2017 até o momento está responsável pela Diretoria Industrial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	27/03/2026	1ª RCA após a AGO 2028	Outros Diretores	Diretor Comercial	27/03/2026		01/11/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Daniel declara que, nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM do BACEN ou da SUSEP, ou qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou ou objeto de decisão final administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de sua atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Daniel declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Nome FERNANDA HELENA CARVALHO GONÇALVES DA SILVA **CPF:** 109.794.457-36 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogada e Contadora **Data de Nascimento:** 27/02/1987

Experiência Profissional:

A Sra Fernanda é bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), concluiu estudos avançados em Direito Internacional, Empresarial e Integração Econômica Internacional na Universidade de Coruña (Espanha) e especialização em Direito Tributário. Possui formação complementar em Normas Internacionais de Auditoria Financeira pela Controladoria -Geral da União (CGU), Formação e Desenvolvimento de Conselheiro pela Fundação Dom Cabral (FDC) e pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Administração e Negócios pela London School of Economics and Political Science (LSE), Skills for Green Transition – University of Cambridge Judge Business School (CJBS), Governança Corporativa pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Atuação em Conselhos Fiscais em Cooperativa de Crédito pelo Banco Central do Brasil.
Com vasta experiência nas áreas de direito societário (Mercado de Capitais), empresarial e registral atua como consultora em sustentabilidade, compliance, análise horizontal de riscos financeiros e regulatórios, due diligence em setores altamente regulados e estruturas financeiras (operações com derivativos). Possui experiência como advisor de Conselhos e Conselheira de empresas de Capital Aberto e Fechado, dentre elas, UP.P Holdings S.A, Seta S.A e D1000 Varejo Farma Participações S.A.
Integra ainda as Comissões de Mercado de Capitais da OAB/RJ e do CRC/RJ, a Comissão de Mediação e Arbitragem do CRC/RJ, e o Comitê Técnico de Assuntos de Sustentabilidade do ICBR, além de atuar como professora de Finanças e Governança na Revista Capital Aberto.
Atualmente também é Conselheira de Administração da Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A., Conselheira Fiscal da Westwing Comércio Varejista S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2026	AGO 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		30/04/2026	Não	30/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	A Sra. Fernanda declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou a condenação em processo administrativo da CVM, SUSEP e/ou BACEN, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Nome GISELA SARNES NEGRÃO ASSIS **CPF:** 271.575.058-78 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Publicitária **Data de Nascimento:** 03/05/1978

Experiência Profissional: A Sra. Gisela é graduada em Publicidade e Propaganda pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCCAMP, em 2000; pós-graduada em Gestão de Projetos pela Fundação Don Cabral em 2006. A Sra. Gisela iniciou sua carreira em 2003, na Medley S/A Indústria Farmacêutica, como analista de marketing, tendo ainda ocupado as posições de gerente de marketing esportivo e, posteriormente, gerente de branding, até 2008. De 2010 a 2013 foi proprietária e administradora de lojas de franquia de varejo de moda (Osklen), tendo em 2014 fundado a Lapima Eyewear, onde ocupa até então a posição de diretora comercial, tendo sido responsável pela expansão da marca nos mercados brasileiro, norte americano e europeu. As sociedades acima indicadas não integram o grupo econômico da Companhia, tampouco são controladas por acionista que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% na Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	AGO 2027	Presidente do Conselho de Administração		30/04/2026	Sim	01/01/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	A Sra. Gisela declara que, nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM do BACEN ou da SUSEPou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de sua atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, a Sra. Gisela declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Nome GLADES CHUERY FERREIRA GUEDES **CPF:** 340.645.158-62 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 12/12/1986

Experiência Profissional: A Sra. Glades é bacharel em Administração de Empresas pela UNIP (2006-2012) e possui graduação em Ciências Contábeis pela FECAP (2010–2012). Posteriormente, obteve o título de Bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Batista de São Paulo (2015–2019) e concluiu pós-graduação em Gamificação Empresarial pela FMU (2020–2021). Possui MBA em Marketing e Crescimento de Negócios pela PUC (2024–2025). Atua como Conselheira Consultiva em empresas, incluindo CacauFoods, Perinity e LogSchool, além de ter contribuído anteriormente com LePostiche e o Instituto de Culinária Universal (ICU), bem como com a FairGame. Adicionalmente, possui experiência no Conselho Fiscal do CEBESP – Convenção Batista do Estado de São Paulo, onde atuou como membro efetivo entre 2016 e 2018 e como membro consultivo nos anos de 2019 e 2020.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2026	AGO 2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		30/04/2026	Sim	30/04/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	A Sra. Glades declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou a condenação em processo administrativo da CVM, SUSEP e/ou BACEN, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Nome MARCELO COSTA NASSER **CPF:** 766.161.777-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Mecânico **Data de Nascimento:** 09/01/1963

Experiência Profissional: O Sr. Marcelo Nasser é engenheiro mecânico, com MBA em Gestão Empresarial pela PUC do Rio de Janeiro, em Marketing de Serviços pela ESPM e MBA Executivo pelo Insper. O Sr. Marcelo possui uma larga experiência em operações, com passagens pela Gerdau, onde atuou por 27 anos, sendo 3 deles como Diretor Executivo de Operações no Brasil, pela Ternium Brasil, atuando como Diretor de Engenharia e Manutenção, e pela Usiminas, onde ocupou o cargo de Diretor de Engenharia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	27/03/2026	1ª RCA após a AGO 2028	Outros Diretores	Diretor de Operações	27/03/2026		01/11/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Marcelo Nasser declara que, nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de sua atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Marcelo Nasser declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Nome MARCOS GRODETZKY **CPF:** 425.552.057-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 24/11/1956

Experiência Profissional: Profissional com mais de 40 anos de experiência nas áreas de Finanças e Planejamento Estratégico, com atuação em bancos, fundos de private equity e venture capital, empresas de telecomunicações, logística e papel e celulose. Ocupou os cargos de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores em três companhias brasileiras de capital aberto, listadas no Brasil e na NYSE. Atuou em operações de captação, reestruturação de passivos e M&A, além de ter participado de diversas emissões públicas e privadas de dívida e ações, tanto no buy side quanto no sell side. Foi membro do conselho de administração de mais de 20 companhias listadas e de capital fechado, incluindo Banco BS2, Burger King Brasil/ZAMP, Oi, Eneva, Smiles, entre outras, integrando comitês de auditoria, finanças, recursos humanos e estratégia. Trabalhou nos bancos Citibank, Banco Nacional/Unibanco, Banco Safra e HSBC, em áreas como Corporate Banking, Trade Finance, Asset Management e Produtos. É certificado pelo IBGC, formado em Economia pela UFRJ, com extensão executiva em gestão pela INSEAD. Atualmente é presidente do conselho da Cellera Pharma e conselheiro suplente da V.tal.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	AGO 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2026	Sim	26/06/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Marcos declara que, nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM do BACEN ou da SUSEP, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de sua atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Marcos declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Nome RICARDO LUIS NUNES VEZO **CPF:** 014.743.577-33 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 01/10/1970

Experiência Profissional: O Sr. Ricardo é engenheiro de produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com cursos de mestrado em Administração de Empresas pelo COPPEAD/UFRJ e Programa de Desenvolvimento de Conselheiros pela Fundação Dom Cabral. Possui cerca de 30 anos de experiência em gestão estratégica e operacional de empresas, tendo atuado em posições executivas de alta liderança, como CEO, CFO e diretor em organizações nacionais e multinacionais, além de consultorias de estratégia e gestoras de private equity. Atualmente é sócio-diretor da RVZ Consultoria, consultoria independente de estratégia e gestão, e membro do Conselho Consultivo da Agência do Bem. Ao longo de sua carreira, também atuou como Diretor Presidente (CEO) da Sistac – Sistemas de Acesso S.A., Diretor de Operações do Axxon Group Private Equity, diretor em diferentes áreas do Grupo Globo e executivo na Booz Allen Hamilton, além de ter participado de conselhos consultivos e interagido com conselhos de administração de diversas empresas.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2026	AGO 2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		30/04/2026	Não	30/04/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Ricardo declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou a condenação em processo administrativo da CVM, SUSEP e/ou BACEN, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

Nome SAMUEL SALDANHA TEIXEIRA **CPF:** 084.480.168-23 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 19/03/1969

Experiência Profissional: O Sr. Samuel é graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998), possui MBA em Corporate Finance pelo Instituto Tecnológico Mauá (2001). Em 2010, concluiu o Advanced Financial Program, realizado em parceria entre o New York Institute of Finance e a Columbia University. Em 2020, obteve a certificação como CFO pelo IBEF/SP – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças. Atuou em empresas de diferentes setores: startups de operação no Brasil, projetos de crescimento e/ou expansão industrial, reestruturação operacional e financeira. Destacam-se: Banco Itaú, Peugeot, BCP Telecom (atual Claro), Brasil Telecom, Aracruz/Fibria (atual Suzano), Statkraft Energias Renováveis, Paper Excellence e CEB (Companhia Energética de Brasília).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	AGO 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2026	Sim	30/04/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Samuel declara que, nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM do BACEN ou da SUSEP ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de sua atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr.Samuel declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Nome THAIS PONS **CPF:** 293.117.778-46 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 07/01/1980

Experiência Profissional: A Sra. Thais Pons é formada em Administração de Empresas pela FGV-SP, possui mestrado em Economia, também pela FGV-SP e possui certificação no Programa de Desenvolvimento de Conselheiros, realizado pela Fundação Dom Cabral. A Sra. Thais já atuou como Diretora Geral (2020 – 2023) e como Diretora Financeira e de Planejamento (2015 – 2020) da Unistamp, como Vice-Presidente do Patria Investimentos (2010 – 2015), como associada da TMG Capital (2008 – 2010), como analista sênior da Tendências Consultoria Integrada (2006 – 2008) e como analista econômica da Go Associados (2001 – 2003). Atualmente, a Sra. Thais atua como Diretora Geral da Tongsis, empresa que atua com serviços de automação para sistemas de cargas, é conselheira consultiva do Instituto Escrela (OSCIP de Microcrédito) e é fundadora da IGUATU Consultoria e Assessoria.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2026	AGO 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		30/04/2026	Sim	30/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	A Sra. Thais Pons declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou a condenação em processo administrativo da CVM, SUSEP e/ou BACEN, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação aplicável.

7.4 Composição dos comitês

Nome: MARCOS GRODETZKY **CPF:** 425.552.057-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 24/11/1956

Experiência Profissional:

Profissional com mais de 40 anos de experiência nas áreas de Finanças e Planejamento Estratégico, com atuação em bancos, fundos de private equity e venture capital, empresas de telecomunicações, logística e papel e celulose. Ocupou os cargos de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores em três companhias brasileiras de capital aberto, listadas no Brasil e na NYSE. Atuou em operações de captação, reestruturação de passivos e M&A, além de ter participado de diversas emissões públicas e privadas de dívida e ações, tanto no buy side quanto no sell side. Foi membro do conselho de administração de mais de 20 companhias listadas e de capital fechado, incluindo Banco BS2, Burger King Brasil/ZAMP, Oi, Eneva, Smiles, entre outras, integrando comitês de auditoria, finanças, recursos humanos e estratégia. Trabalhou nos bancos Citibank, Banco Nacional/Unibanco, Banco Safra e HSBC, em áreas como Corporate Banking, Trade Finance, Asset Management e Produtos. É certificado pelo IBGC, formado em Economia pela UFRJ, com extensão executiva em gestão pela INSEAD. Atualmente é presidente do conselho da Cellera Pharma e conselheiro suplente da V.tal.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Outros	26/06/2025	1ª RCA após a AGO 2026		Coordenador	26/06/2025	26/06/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Marcos declara que, nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM do BACEN ou da SUSEP, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de sua atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Marcos declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Nome:	PATRÍCIA RIBEIRO LATORRE GERTH	**CPF:**	262.111.788-08	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Bacharel em Administração de Empresas e Contabilidade	**Data de Nascimento:**	01/09/1975

Experiência Profissional:

A Sra. Patrícia é graduada em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com MBA pela FIA, possui ampla base de conhecimento em assuntos contábeis, demonstrações financeiras preparadas em US GAAP e IFRS, e demonstrações de empresas listadas na SEC e na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). É contadora no Brasil, e nos Estados Unidos (US-CPA) e Certificada em Compliance & Ethics Professional – International (CCEP-I) pela SCCE. A Sra Patrícia tem o certificado para Membro de Comitê de Auditoria do IBGC, onde também integra a Comissão de Finanças, Fiscalização e Controles. Com mais de 30 anos de experiência atuou como sócia de auditoria em Big4 e mais recentemente em consultoria na prestação de serviços nas áreas de risco, auditoria e controles internos. Atualmente, a Sra Patrícia é membro independente do Comitê de Auditoria do Banco Credit Agricole do Brasil.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	26/06/2025	1ª RCA após a AGO 2026			26/06/2025	26/06/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	A Sra. Patricia declara que, nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM do BACEN ou da SUSEP, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de sua atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, a Sra. Patricia declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Nome: VALDENISE DOS SANTOS MENEZES **CPF:** 836.229.937-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Bacharel em Ciências Contábeis **Data de Nascimento:** 21/04/1964

Experiência Profissional:

A Sra. Valdenise é graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Amazonas, com MBA em Gestão de Negócios pelo IBMEC/RJ e Pós-MBA em formação de conselheiras de administração pela Saint Paul Escola de Negócios. Concluiu programas de capacitação em governança, riscos e compliance pela RU KPMG, Fundação Dom Cabral, IBGC e UCLA, em parceria com o Instituto Conselheira 101. É certificada como Membro de Comitê de Auditoria pelo IBGC e associada à WCD, Instituto Conselheira 101 e IBGC. Com mais de 40 anos de experiência na área financeira e de controladoria, atuou como Diretora de Controladoria na Gol Linhas Aéreas, Contadora nas Organizações Globo, Conselheira Fiscal na Smiles, além de ter integrado comitês de auditoria, risco e compliance na 2W Energia, Gol Linhas Aéreas e MGS e Conselheira Consultiva da Navegam. Atualmente, é Coordenadora e Especialista Financeira no Comitê de Auditoria e Compliance da Eurofarma, Coordenadora no Comitê de Auditoria da Camil e Conselheira Fiscal da Fundação Niemeyer.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	26/06/2025	1ª RCA após a AGO 2026			26/06/2025	26/06/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	A Sra. Valdenise declara que, nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM do BACEN ou da SUSEP, ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de sua atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, a Sra. Valdenise declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
Administrador do emissor ou controlada				
Gisela Sarnes Negrão Assis	271.575.058-78	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
Fernanda Sarnes Negrão	289.699.648-60	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Controladora	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Gisela Sarnes Negrão Assis	271.575.058-78	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
Alexandre Sarnes Negrão	323.567.238-97	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
Administrador do emissor ou controlada				
Gisela Sarnes Negrão Assis	271.575.058-78	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
Vera Sarnes Negrão	046.744.348-31	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Controladora	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Administrador do emissor ou controlada				
Gisela Sarnes Negrão Assis	271.575.058-78	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
BERNARDO ROMANO NEGRAO	533.088.938-35	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Controlador	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
Não Aplicável				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
Administrador do emissor ou controlada				
ALEXANDRE SARNES NEGRÃO	323.567.238-97	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	
Controlador, Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
VERA SARNES NEGRÃO	046.744.348-31	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Controladora	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
Não aplicável.				
Administrador do emissor ou controlada				
ALEXANDRE SARNES NEGRÃO	323.567.238-97	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	
Controlador, Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
FERNANDA SARNES NEGRÃO	289.699.648-60	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Controladora	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
Não Aplicável				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
Administrador do emissor ou controlada				
ALEXANDRE SARNES NEGRÃO	323.567.238-97	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	
Controlador, Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
BERNARDO ROMANO NEGRAO	533.088.938-35	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Controlador	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				
Não Aplicável				
Administrador do emissor ou controlada				
ALEXANDRE SARNES NEGRÃO	323.567.238-97	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	
Controlador, Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
GISELA SARNES NEGRÃO ASSIS	271.575.058-78	Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.	12.528.708/0001-07	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho da Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não Aplicável

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia possui programa de gerenciamento com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações, através da contratação de seguros. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Dessa forma, a Companhia contrata seguro de responsabilidade civil (D&O *insurance*) para membros da Diretoria Estatutária e Conselho de Administração, assim como para membros de comitês técnicos e consultivos e administradores de suas controladas.

O valor do prêmio líquido da apólice de D&O atualmente vigente é de R$ 42.453,43 (quarenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e quarenta e três centavos).

O seguro cobre segurados que eventualmente venham a ser responsabilizados por danos causados a terceiros em consequência de atos praticados no exercício das funções para as quais tenham sido nomeados, eleitos e/ou contratados, com o pagamento ou reembolso das perdas indenizáveis, a título de reparação, por sentença judicial transitada em julgado, ou em decorrência de juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, observados os termos da respectiva apólice de seguros. A cobertura da apólice vigente é de até R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

A Companhia considera que a sua contratação de D&O está em linha com padrões de mercado, bem como leva em conta os riscos que a Companhia e seus administradores podem estar sujeitos.

Adicionalmente, a Companhia tem contratado seguro de responsabilidade civil para cobertura empresarial geral, por atividades operacionais da Companhia. O seguro cobre segurados que eventualmente venham a ser responsabilizados em decorrência do exercício regular das atividades operacionais da Companhia, como danos morais, materiais e responsabilidade civil. Sua garantia máxima é de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) e seu prêmio líquido total é de R$ 42.453,43 (quarenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e quarenta e três centavos)).

7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Tipo	Data	Instalação em 1ª convocação	Quórum da 1ª convocação
AGO	30/04/2026	Sim	55,40%
AGOE	30/04/2025	Sim	80,87%
AGOE	11/04/2024	Sim	80,17
AGE	18/08/2023	Sim	69,80%
AGOE	29/03/2023	Sim	70,00%
AGO	25/03/2022	Sim	80,67%
AGE	10/01/2022	Sim	74,20%

8. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Remuneração ("Política"), aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 18 de agosto de 2020, que busca estabelecer a estratégia geral de remuneração, compreendendo, de forma ampla, qualquer valor, de natureza salarial ou não, previsto nesse documento, e atribuído aos membros da diretoria estatutária e não estatutária, do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração ("Comitês") e do Conselho Fiscal da Companhia.

Nos termos da Política, a estratégia geral de remuneração da Companhia deve considerar parâmetros de mercado, funções e responsabilidades de cada profissional e os seguintes principais objetivos:

(i) buscar profissionais que detenham qualificação, competência e perfil que atendam às características e necessidades dos negócios da Companhia;
(ii) motivar os profissionais da Companhia ao fornecer remuneração compatível com a praticada pelo mercado;
(iii) alinhar os interesses dos profissionais da Companhia aos objetivos estratégicos da Companhia, com foco na retenção de profissionais e na criação de valor a longo prazo;
(iv) promover práticas de remuneração atraentes e meritocráticas, de acordo com o desempenho dos profissionais e o alcance de metas individuais e da Companhia; e
(v) incentivar a consecução dos objetivos sociais da Companhia.

A Política teve como base as principais competências e atribuições referentes ao processo de definição e aprovação da remuneração, em linha com a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), o Estatuto Social da Companhia e seus demais documentos internos. Ainda, define os principais parâmetros e critérios que devem nortear a estrutura e a composição da remuneração e dos incentivos dos profissionais da Companhia.

A Política encontra-se disponível para consulta no site da Companhia (www.ri.aerisenergy.com.br) e em sua página eletrônica no Módulo IPE do Sistema Empresas.NET, no site da CVM (www.gov.br/cvm).

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Nos termos da Política, a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

da Companhia é fixada pela Assembleia Geral, competindo ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição da remuneração entre tais membros e sobre a repartição entre parcela fixa e parcela variável.

Também compete à Assembleia Geral criar e alterar planos de remuneração baseados em ações, ficando a cargo do Conselho de Administração deliberar sobre a criação de programas de remuneração variável, outorga de opções de compra de ações, ações restritas, de acordo com planos aprovados pela Assembleia Geral, estabelecendo suas condições e beneficiários.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia é fixada a partir de pesquisas de mercado e análises de empresas comparáveis do setor, visando assegurar remuneração atrativa a seus administradores.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A Política da Companhia pode ser alterada, sempre que necessário, por deliberação do Conselho deAdministração.

As práticas de remuneração adotadas pela Companhia, bem como os elementos que a compõem, são periodicamente revisitadas e atualizadas de modo a manter a sua atratividade competitividade.

Especificamente no caso dos membros da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração, a Política determina a revisão da remuneração fixa adotada anualmente, com base em pesquisas de mercado.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

Os principais elementos que compõem a remuneração do Conselho de Administração da Diretoria, dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são abaixo indicados:

Conselho de Administração: A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia é fixa mensal, sendo que os membros do Conselho de Administração não farão jus ao recebimento de remuneração variável pelo exercício do cargo.

(a) Remuneração fixa: A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração da Companhia é composta de 12 (doze) parcelas ao ano, sem qualquer vinculação à participação dos membros em reuniões do órgão, pagas mensalmente a título de *pro labore*. O valor da remuneração fixa mensal de cada membro do Conselho de

Administração pode variar de acordo com suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas tarefas, suas competências e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

(b) Remuneração variável: Os membros do Conselho de Administração não farão jus ao recebimento de remuneração variável.

(c) Benefícios: Os membros do Conselho de Administração farão jus ao recebimento de seguro de vida, a título de benefício pelo exercício do cargo.

Diretoria Estatutária: A remuneração dos Diretores Estatutários da Companhia é composta da seguinte forma: (i) remuneração fixa mensal, a título de prolabore; (ii) remuneração variável; e (iii) benefícios. Os diretores estatutários da Companhia fazem jus, ainda, a reembolso pelas despesas de estadia e locomoção necessárias ao desempenho de suas funções.

(a) Remuneração fixa: A remuneração fixa dos Diretores Estatutários é composta por 12 (doze) parcelas ao ano. O valor da remuneração fixa mensal de cada diretor estatutário pode variar deacordo com suas funções, o tempo dedicado às suas atividades, suas competências e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

(b) Remuneração variável: Os Diretores Estatutários da Companhia fazem jus ao recebimento de remuneração variável por meio do pagamento de bônus, e podem ser elegíveis ao recebimento de remuneração baseada em ações, bem como incentivos extraordinários.

(b.1) Bônus: O pagamento de bônus tem como objetivo recompensar os Diretores Estatutários pelo cumprimento de metas individuais e metas da Companhia, estabelecidas com base em critérios de meritocracia e/ou indicadores previamente determinados pelo Conselho de Administração;

(b.2) Remuneração Baseada em Ações: Os Diretores Estatutários da Companhia podem fazer jus ao recebimento de incentivos baseados em ações, desde que sejam considerados elegíveis e indicados como beneficiários no âmbito de planos de remuneração baseada em ações;

(b.3) Incentivos Extraordinários: O Conselho de Administração poderá aprovar incentivos extraordinários aos diretores estatutários pelo desempenho extraordinário das atividades exercidas.

(c) Benefícios: os Diretores Estatutários farão jus ao recebimento dos seguintes benefícios pelo exercício do cargo: assistência médica, vale-refeição, plano dental, seguro de vida, *smartphone*, carro e cartão combustível.

Diretoria Não Estatutária: A remuneração dos diretores não estatutários da Companhia é composta da seguinte forma: (i) remuneração fixa mensal, a título de salário; (ii) remuneração variável e (iii) benefícios. Os diretores não estatutários da Companhia fazem jus, ainda, a reembolso pelas despesas de estadia e locomoção necessárias ao desempenho de suas funções.

(a) Remuneração fixa: A remuneração fixa dos diretores não estatutários é composta por 12 (doze) salários ao ano, 13º (décimo terceiro) salário e acréscimo de 1/3 (um terço) do valor do salário mensal relativo às férias do período,

em conformidade com a Consolidação dasLeis do Trabalho ("CLT").

(b) **Remuneração variável**: Os diretores não estatutários da Companhia fazem jus ao recebimento de remuneração variável por meio do pagamento de bônus e participação nos lucros e resultados e podem ser elegíveis ao recebimento de remuneração baseada em ações, bem como de incentivos extraordinários.

(b.1) **Bônus:** O pagamento de bônus tem como objetivo recompensar os diretores não estatutários pelo cumprimento de metas individuais e metas da Companhia, estabelecidas com base em critérios de meritocracia e/ou indicadores previamente determinados pelo Conselho de Administração;

(b.2) **Programa de Participação nos Resultados**: O programa de participação nos lucros e resultados ("PPR") consiste no pagamento aos diretores não estatutários de participação nos resultados da Companhia, de acordo com os programas estabelecidos pelo Conselho de Administração e aprovados nos termos da legislação aplicável;

(b.3) **Remuneração Baseada em Ações**: Os diretores não estatutários da Companhia podem fazer jus ao recebimento de incentivos baseados em ações, desde que sejam considerados elegíveis e indicados como beneficiários no âmbito de planos de remuneração baseada em ações.

(b.4) **Incentivos Extraordinários**: O Conselho de Administração poderá aprovar remuneração e/ou incentivos extraordinários aos diretores não estatutários pelodesempenho extraordinário das atividades exercidas.

(c) **Benefícios**: os diretores não estatutários farão jus ao recebimento dos seguintes benefícios pelo exercício do cargo: assistência médica, vale-refeição, plano dental, seguro de vida, *smartphone*, carro e cartão combustível.

Conselho Fiscal: Quando o Conselho Fiscal estiver instalado, os seus membros farão jus a remuneração fixa composta por 12 (doze) parcelas anuais, em conformidade com o art. 162, §3º, da Lei das S.A., equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) da remuneração média mensal que for atribuída a cada Diretor Estatutário, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. A remuneração fixa visa a oferecer compensação direta aos membros do Conselho Fiscal pelos serviços prestados e reconhecer e refletir a demanda de tempo, responsabilidades e complexidade inerente ao cargo. Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus ao recebimento de benefícios, nem remuneração variável pelo exercício do cargo.

Comitês: A remuneração dos membros dos Comitês da Companhia é fixa mensal, sendo que os membros dos Comitês não farão jus ao recebimento de remuneração variável pelo exercício do cargo. Os membros dos Comitês fazem jus, ainda, a reembolso pelas despesas de estadia e locomoção necessárias ao desempenho de suas funções.

- Em uma perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter o alinhamento a seus interesses retendo e incentivando seus colaboradores por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado;

- Em uma perspectiva de médio prazo, a Companhia visa obter tal alinhamento retendo sua Diretoria Estatuária com o pagamento de bônus atrelado a metas de desempenho; e

- Em uma perspectiva de longo prazo, a Companhia busca reter profissionais qualificados por meio do recebimento

de incentivos baseados em ações de emissão da Companhia, estimulando, assim, a consecução dos objetivos sociais, com a consequente criação de valor de longo para a Companhia e seus acionistas.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 (três) últimos exercícios sociais**

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025					
Órgão / Elemento da remuneração	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Comitê de Auditoria**	**Diretoria não Estatutária**
Salário ou Pró-Labore	100%	73,84%	100%	100%	96,97%
Benefícios	0%	13,31%	0%	0%	3,03%
Bônus	0%	0%	0%	0%	0%
Outros	0%	9,56%	0%	0%	0%
Participação de Resultados	0%	0%	0%	0%	0%
Cessação do cargo	0%	0%	0%	0%	0%
Baseada em ações	0%	3,29%	0%	0%	0%
Total	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024					
Órgão / Elemento daremuneração	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Comitê de Auditoria**	**Diretoria não Estatutária**
Salário ou Pró-Labore	100%	46,51%	0,00%	100,00%	71,74%
Benefícios	0,00%	8,41%	0,00%	0,00%	28,26%
Bônus	0,00%	34,34%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	7,29%	0,00%	0,00%	0,00%
Participação de Resultados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Cessação do	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

cargo					
Baseada em ações	0,00%	3,45%	0,00%	0,00%	0,00%
Total	**100,00%**	**100,00%**	**0%**	0,00%	**100,00%**

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023					
Órgão / Elemento da remuneração	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Comitê de Auditoria**	**Diretoria não Estatutária**
Salário ou Pró-Labore	100,00%	84,52%	0%	0%	72,37%
Benefícios	0%	15,48%	0%	0%	27,63%
Bônus	0%	0%	0%	0%	0%
Outros	0%	0%	0%	0%	0%
Participação de Resultados	0%	0%	0%	0%	0%
Cessação do cargo	0%	0%	0%	0%	0%
Baseadas em ações	0%	0%	0%	0%	0%
Total	**100,00%**	**100,00%**	**0%**	**0%**	**100,00%**

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

A revisão da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e da Diretoria Não Estatutária é definida anualmente, com base em pesquisas de mercado.

A remuneração variável da Diretoria Estatutária e da Diretoria Não Estatutária, por sua vez, está atrelada ao atingimento de metas definidas anualmente pelo Conselho de Administração.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração fixa e os benefícios devidos aos membros da administração, como acima indicado, não estão diretamente atrelados a indicadores de desempenho.

A remuneração variável da Diretoria Estatutária e da Diretoria Não Estatutária pode ser definida com base em

indicadores de desempenho a ser determinados pelo Conselho de Administração.

Os indicadores de desempenho e/ou metas poderão estar atrelados a parâmetros financeiros, operacionais, ambientais, sociais, de governança, sustentabilidade, ou outros que sejam considerados pertinentes, a critério do Conselho de Administração.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

Os administradores da Companhia são remunerados de acordo com as responsabilidades dos respectivos cargos, objetivando a manter o nível de competitividade da Companhia perante as práticas de mercado em empresas do mesmo porte, atraindo e retendo executivos e profissionais.

Adicionalmente, a estratégia de remuneração, de forma geral, procura atrelar a remuneração aos objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazo da Companhia, especialmente no tocante à remuneração variável a que podem ser elegíveis os membros da Diretoria Estatutária e da Diretoria Não Estatutária.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Todos os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, da Diretoria Não Estatutária e dos Comitês são atualmente remunerados pela Companhia.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe remuneração ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários da Companhia.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	5,00	6,00	3,00	14,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.680.000,00	5.790.246,72	289.008,00	8.759.254,72
Benefícios direto e indireto	0,00	1.036.963,20	0,00	1.036.963,20
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.112.602,80	0,00	2.112.602,80
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.271.250,00	0,00	1.271.250,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Valor complementar ao acordado em proposta de admissão referente as ações restritas.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	228.750,00	0,00	228.750,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	O número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros da do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	2.680.000,00	10.439.812,72	289.008,00	13.408.820,72

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,75	6,17	2,00	12,92
Nº de membros remunerados	4,75	6,17	2,00	12,92
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.280.000,00	5.746.964,48	192.672,00	8.219.636,48
Benefícios direto e indireto	0,00	1.036.000,00	0,00	1.036.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	NA	NA		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	744.000,00	0,00	744.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis	NA	Valor complementar ao acordado em proposta de admissão referente as ações restritas.	0	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	256.000,00	0,00	256.000,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	O número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros da do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	2.280.000,00	7.782.964,48	192.672,00	10.255.636,48

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,58	7,00		12,58
Nº de membros remunerados	4,58	7,00		11,58
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.365.000,00	6.500.400,00		8.865.400,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.176.000,00		1.176.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.800.000,00		4.800.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	1.018.500,00		1.018.500,00
Descrição de outras remunerações variáveis		ACORDO DE AJUSTE DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	481.500,00		481.500,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	2.365.000,00	13.976.400,00		16.341.400,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,42	6,83		12,25
Nº de membros remunerados	5,33	6,58		11,91
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.255.000,00	5.338.608,00		7.593.608,00
Benefícios direto e indireto	0,00	978.000,00		978.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	O número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com estimativa da média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	2.255.000,00	6.316.608,00		8.571.608,00

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,00	6,00	3,00	**14,00**
N° de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	**5,00**
Esclarecimento	N/A		N/A	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2112602,80	0,00	**2.112.602,80**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	4,75	6,17	2,00	**12,92**
N° de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Esclarecimento	N/A	N/A	N/A	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,58	7,00		**12,58**
N° de membros remunerados	0,00	7,00		**7,00**
Esclarecimento	N/A			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	4800000,00		**4.800.000,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	4800000,00		**4.800.000,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		**0,00**

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,42	6,83		**12,25**
N° de membros remunerados	0,00	0,00		**0,00**
Esclarecimento	NA	N/A		
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		**0,00**

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Atualmente, a Companhia dispõe dos seguintes planos de remuneração baseado em ações:

(a) Plano de Outorga de Ações Restritas ("1º Plano"), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de janeiro de 2022; e

(b) Segundo Plano de Outorga de Ações Restritas ("2º Plano" e, em conjunto com o 1º Plano, "Planos"), aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 11 de abril de 2024.

a. termos e condições gerais

Os Planos têm como premissa essencial a possibilidade de a Companhia entregar aos respectivos participantes número de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações Restritas"), ficando a efetiva transferência dessas Ações Restritas sujeita à verificação de determinados termos e condições, inclusive período de vesting.

Poderão ser contemplados pelos Planos, a critério do Conselho de Administração (ou de Comitê especialmente nomeado pelo Conselho de Administração para essa finalidade ("Comitê"), pessoas naturais que atuem como executivos, membros do Conselho de Administração, diretores estatutários e não estatutários, gerentes, coordenadores, especialistas, supervisores, empregados, colaboradores e prestadores de serviço da Companhia e de suas controladas e que, por serem considerados pessoas-chave no desenvolvimento dos negócios da Companhia e das controladas ("Pessoas Elegíveis").

O Conselho de Administração será responsável pela administração dos Planos, podendo nomear Comitê para assessorá-lo, delegando poderes para essa finalidade. Sendo assim, o Conselho de Administração (ou, conforme o caso, o Comitê) poderá aprovar programas de outorga de Ações Restritas com condições específicas, observadas os termos e condições dos respectivos Planos ("Programa"), bem como escolher, dentre as Pessoas Elegíveis, aquelas que receberão a outorga das Ações Restritas, nas condições estabelecidas nos Programas e nos respectivos Planos.

1º Plano

O 1º Plano abrange a possibilidade de outorga de Ações Restritas que, via de regra, deverão ser entregues no prazo mínimo de 3 (três) anos a partir da data de sua outorga, observado o disposto no 1º Plano.

2º Plano

O 2º Plano estabelece que o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá fixar os prazos de vesting, que poderão ser parciais ou proporcionais para a transferência das Ações Restritas.

b. data de aprovação e órgão responsável

1º Plano

Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de janeiro de 2022.

2º Plano

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 11 de abril de 2024.

c. número máximo de ações abrangidas

1º Plano

As Ações Restritas outorgadas nos termos do 1º Plano, considerando todos os Programas aprovados ou que venham a ser aprovados pelo Conselho de Administração (ou pelo Comitê, conforme o caso), poderão representar, no máximo, 0,31% (trinta e um centésimos por cento) do total das ações de emissão da Companhia.

Como, nesta data, o capital social da Companhia está dividido em 766.213.456 (setecentos e sessenta e seis milhões, duzentas e treze mil, quatrocentas e cinquenta e seis) ações, o total de Ações Restritas que poderiam ser outorgadas no âmbito do 1º Plano, nesta data, seria de 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) Ações Restritas, correspondentes, nesta data, a aproximadamente 0,31% (trinta e um centésimos por cento) do capital social total da Companhia.

2º Plano

As Ações Restritas outorgadas nos termos do 2º Plano, considerando todos os Programas aprovados ou que venham a ser aprovados pelo Conselho de Administração (ou pelo Comitê, conforme o caso), poderão representar, no máximo, 1,45% (um inteiro e quarenta e cinco centésimos por cento) do capital social total da Companhia, correspondentes, a 18.000.000 (dezoito milhões)[71] de ações ordinárias de emissão da Companhia, o qual poderá ser ajustado nos termos do 2º Plano.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável.

e. condições de aquisição de ações

No âmbito da aprovação de cada Programa e/ou da celebração dos Contratos de Outorga com os Participantes (escolhidos dentre as Pessoas Elegíveis, conforme definido nos respectivos Planos), o Conselho de Administração (ou o Comitê, conforme o caso) determinará os termos e condições das outorgas.

Ressalta-se que a efetiva transferência das Ações Restritas para o Participante somente se dará com o implemento das condições e prazos previstos nos respectivos Planos, Programas e Contratos de Outorga, de modo que a mera outorga em si não garante ao Participante quaisquer direitos sobre as Ações Restritas ou mesmo representa a garantia do seu

[1] Considerando o capital social da Companhia em 12 de março de 2024 (data da Proposta da Administração). Ressalva-se que o 2º Plano é submetido a deliberação dos acionistas no âmbito da AGOE a ser realizada em primeira convocação em 11 de abril de 2024. Tendo em vista que a AGOE também irá deliberar sobre a proposta de grupamento de ações, na proporção de 20:1, caso o grupamento seja aprovado o limite previsto pelo 2º Plano deverá ser proporcionalmente ajustado à luz da nova composição do capital social (900.000 ações).

recebimento.

1º Plano

Nos termos do 1º Plano, as Ações Restritas somente poderão ser entregues aos Participantes após o decurso do Período de Vesting estabelecido no respectivo Programa ou Contrato de Outorga. Ressalta-se que, em regra, o Período de Vesting será de 3 (três) anos contados da outorga, havendo ainda a previsão de vesting parcial a partir do período mínimo de 1 (um) ano a contar da outorga (ao final do qual o Participante fará jus às Ações Restritas, de forma proporcional ao Período de Vesting transcorrido, observado que a efetiva transferência das Ações Restritas será realizada ao final do Período de Vesting).

2º Plano

O 2º Plano estabelece que o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderão fixar os prazos de vesting, que poderão ser parciais ou proporcionais para a transferência das Ações Restritas.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Não aplicável.

h. forma de liquidação

A liquidação das outorgas no âmbito dos Planos ocorre mediante a transferência das Ações Restritas para o Participante e somente se dará com o implemento das condições e prazos previstos nos respectivos Planos, Programas e Contratos de Outorga.

Para fins de esclarecimento, as Ações Restritas entregues aos Participantes terão os direitos estabelecidosnos respectivos Planos, Programas e Contratos de Outorga, observado que o Participante em questão não terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, em especial, ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio relativos às Ações Restritas, até a data de efetiva transferência da titularidade das Ações Restritas para os Participantes.

Em regra, a transferência das Ações Restritas será realizada no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de término do respectivo período de *vesting*, mediante alienação privada ao Participante de ações mantidas em tesouraria, nos termos dos respectivos Planos e da Resolução CVM 77, e sempre observadas as autorizações societárias pertinentes à negociação com ações de própria emissão.

i. restrições à transferência das ações

Nos termos dos Planos, o Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às Ações

Restritas a determinadas condições, bem como impor restrições à transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Participante em questão dessas mesmas Ações Restritas.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Os Planos poderão ser extintos, suspensos ou alterados, a qualquer tempo, por decisão da assembleia geral.

Além disso, o Conselho de Administração avaliará a necessidade de ajustes nosProgramas já instituídos nas hipóteses de reorganização societária ou alteração do número espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos, conversão de ações de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão de outros valores mobiliários de emissão da Companhia em ações.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

1º Plano

Nos termos do 1º Plano, e sem prejuízo do estabelecido nos respectivos Contratos de Outorga, na hipótese de ocorrer o Desligamento do Participante (i) por sua própria iniciativa (incluindo mas nãose limitando a pedido de demissão ou de renúncia ao cargo ocupado na Companhia ou em suas controladas); (ii) antes de finalizado o Período Mínimo de Vesting; ou (iii) por iniciativa da Companhia ou de suas controladas, com justa causa (incluindo, mas não se limitando à demissão com justa causa), o Participante perderá integralmente o direito ao recebimento das Ações Restritas (“Desligamento sem Vesting”). Caso o Desligamento do Participante ocorra após o Período Mínimo de Vesting, por iniciativa da Companhia ou de suas controladas e sem justa causa, incluindo as hipóteses de invalidez permanente, falecimento, aposentadoria ou processo sucessório negociado com o Conselho de Administração, o Participante permanecerá com o direito ao recebimento das Ações Restritas em quantidade proporcional ao Período de Vesting transcorrido até a data do Desligamento (“Desligamento com Vesting Parcial”). Especificamente em relação ao 1º Plano, é previsto Desligamento com Vesting Parcial, na proporção de 1/36 das Ações Restritas por cada mês desde a Data de Outorga.

2º Plano

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Outorga, na hipótese de ocorrer o Desligamento do Participante (i) por sua própria iniciativa (incluindo mas não se limitando a pedido de demissão ou de renúncia ao cargo ocupado na Companhia ou em suas controladas); (ii) antes de finalizado o Período de Vesting, por qualquer motivo; ou (iii) por iniciativa da Companhia ou de suas controladas (incluindo, mas não se limitando à demissão com justa causa), o Participante perderá integralmente o direito ao recebimento das Ações Restritas (“Desligamento sem Vesting 2º Plano”). Caso o Desligamento do Participante ocorra após o Período de Vesting, por iniciativa da Companhia ou de suas controladas e sem justa causa, incluindo as hipóteses de invalidez permanente, falecimento, aposentadoria, processo sucessório, ou conforme negociado com o Conselho de Administração, o Participante (ou seus herdeiros e sucessores, conforme o caso) permanecerá com o direito ao recebimento das Ações Restritas em quantidade proporcional ao Período de Vesting transcorrido até a data do

Desligamento (“Desligamento com Vesting Parcial”), cuja entrega permanecerá sujeita aos termos e prazos previstos no 2º Plano ou no Programa e Contrato de Outorga aplicável.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, considerando que não houve de compra de ações reconhecidas nos últimos três exercícios sociais e não há previsão de que sejam realizadas opções de compra de ações durante este exercício social corrente.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão
b. número total de membros
c. número de membros remunerados
d. data de outorga
e. quantidade de opções outorgadas
f. prazo para que as opções se tornem exercíveis
g. prazo máximo para exercício das opções
h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
i. valor justo das opções na data da outorga
j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos três exercícios sociais não foram realizadas outorgas de opções de compra de ações aos diretores e membros do conselho de administração, e não há previsão para tanto no exercício social corrente.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não aplicável, considerando que, ao final do último exercício social, não havia opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária da Companhia.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão
b. número total de membros
c. número de membros remunerados
d. número de ações
e. preço médio ponderado de exercício
f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não aplicável, considerando que, nos últimos três exercícios sociais, não houve opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão
b. número total de membros
c. número de membros remunerados
d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

A Companhia esclarece que em 2023 não foi reconhecida remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos membros do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Ações a serem entregues diretamente aos beneficiários – previsão para o exercício social corrente 2026

2026	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	5,00	6,00
N.º de membros remunerados	-	2,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,08%

Ações a serem entregues diretamente aos beneficiários – referente ao exercício social de 2025

2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	4,75	6,17
N.º de membros remunerados	-	2,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,08%

Ações entregues diretamente aos beneficiários - referentes ao exercício social de 2024

2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	5,58	7,00
N.º de membros remunerados	-	3,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,12%

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão
b. número total de membros
c. número de membros remunerados
d. data de outorga
e. quantidade de ações outorgadas
f. prazo máximo para entrega das ações
g. prazo de restrição à transferência das ações
h. valor justo das ações na data da outorga
i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

O Segundo Plano de Outorga de Ações Restritas foi aprovado em assembleia geral ordinária da Companhia, realizada em primeira convocação em 11 de abril de 2024, de forma que não foram realizadas outorgas no exercício de 2023 para o conselho de administração e da diretoria estatutária.

A Companhia prevê, para o exercício social corrente:

Exercício Social prevista para o exercício social corrente – 2026		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N.º total de membros	5,00	6,00
N.º de membros remunerados	0,00	1,00
Data de outorga		Previsto para Ago/26
Quantidade de ações outorgadas		118.110
Prazo máximo para entrega das ações		Fev/27, Fev/28, Fev/29, Fev/30 e Fev/31
Prazo de restrição à transferência das ações		Mar/27, Mar/28, Mar/29, Mar/30 e Mar/31
Valor justo das ações na data da outorga		2,54
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga		300.000,00

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**

N.º total de membros	5,58	7,00
N.º de membros remunerados	0,00	3,00
Data de outorga	-	Ago/24
Quantidade de ações outorgadas	-	300.000
Prazo máximo para entrega das ações	-	Out/24, Fev/25, Fev/26 e Fev/27
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Nov/24, Mar/25, Mar/26 e Mar/27
Valor justo das ações na data da outorga	-	6,42
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	1.926.000,00

Não houve outorgas durante os exercícios sociais de 2025 e 2023.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, considerando que não houve entregas de ações nos últimos três exercícios sociais e não há previsão de que sejam entregues ações durante este exercício.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

Para os Planos, o preço de referência por Ação Restrita corresponderá à média das cotações das ações da Companhia, ponderada pelo volume, nos últimos 10 (dez) pregões em que as ações da Companhia tenham sido negociadas antes da aquisição pela Companhia.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Conforme item acima, para os Planos, o preço de referência por ação restrita corresponderá à média das cotações das ações da Companhia, ponderada pelo volume, nos últimos 10 (dez) pregões em que as ações da Companhia tenham sido negociadas antes da aquisição pela Companhia.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Todas as características importantes relacionadas as ações restritas estão descritas e consideradas nos itens anteriores.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

2025:

Sociedade	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	Quantidade total de ações/cotas	%	Quantidade total de ações / cotas	%	Quantidade total de ações / cotas	%
Companhia	9.746.361,00	15,69%	1.120.530,00	1,80%	1	0,00%

*Os membros da diretoria que também ocupam cargo no conselho de administração, foram computados no conselho de administração.

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a. órgão
b. número total de membros
c. número de membros remunerados
d. nome do plano
e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
f. condições para se aposentar antecipadamente
g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui nenhum plano de previdência em vigor conferido aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025
Nº de membros	6,17	7,00	6,83	4,75	5,58	5.42	2,00
Nº de membros remunerados	6,17	7,00	6,58	4,75	4,58	5,33	2,00
Valor da maior remuneraçãoReal	1.817.696,00	3.716.400,00	1.277.283,00	480.000,00	605.000,00	535.000,00	96.336,00
Valor da menor remuneraçãoReal	888.000,00	888.000,00	888.000,00	480.000,00	480.000,00	360.000,00	96.336,00
Valor médio da remuneraçãoReal	1.262.102,35	1.996.628,57	959.970,82	480.000,00	516.375,55	423.076,92	96.336,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024	N/A	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024	N/A	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	2023	2024	2025	Prevista para o exercício social corrente - 2026
Diretoria Estatutária	30,25%	26,90%	19,91%	21,16%
Conselho de Administração	47,06%	50,62%	42,11%	35,82%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos 3 (três) exercícios sociais, os administradores da Companhia não receberam remuneração por qualquer outra razão que não a função que ocupam e não há previsão para o exercício social corrente que os administradores da Companhia recebam remuneração por qualquer outra razão que não a função que ocupam.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Em relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024, e 2023 e ao exercício social corrente, não há valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes para esta seção 8 que não informadas nos itens anteriores.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	010324	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada	Juridica	54.276.936/0001-79
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
06/03/2024	01/01/2024	

Descrição dos serviços prestados
(i) revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2025 e elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB); (ii) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício sociai findo em 31 de dezembro de 2025 elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB);
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social
A remuneração dos auditores independentes paga no último exercício social foi de R$ 328.862,97 referente apenas aos serviços de auditoria independente, não havendo quaisquer outros serviços prestados.
Justificativa da substituição
N/A
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa
N/A

9.3. Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

A Companhia não possui política formal formalizada específica para a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa. Não obstante, adota procedimentos e práticas internas voltados a preservar a independência e a objetividade de seus auditores independentes, em conformidade com a regulamentação aplicável e com as normas profissionais vigentes.

Nesse sentido, é vedada a contratação de serviços de consultoria ou quaisquer outros serviços que possam caracterizar conflito de interesses, comprometer a independência ou afetar a objetividade dos auditores independentes durante a vigência do contrato de auditoria das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração tem ciência e aprova previamente todos os serviços de auditoria e demais serviços eventualmente prestados pelos auditores independentes. A eventual contratação de serviços não relacionados à auditoria externa é analisada caso a caso, de forma a assegurar que tais serviços não impliquem conflito de interesses, nem prejudiquem a independência e a objetividade requeridas para a adequada execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia

9.4 Outras informações relevantes

A Companhia informa que não existem outras informações relevantes relativas à Seção 9 que não tenham sido devidamente contempladas nos itens anteriores.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	41	114	0	0	0
Não-liderança	364	1333	0	0	0
TOTAL = 1.852	405	1447	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	2	58	3	92	0	0	0
Não-liderança	12	283	93	1282	27	0	0
TOTAL = 1.852	14	341	96	1374	27	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	16	131	8
Não-liderança	717	935	45
TOTAL = 1.852	733	1066	53

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	2	153	0
Não-liderança	48	1649	0
TOTAL = 1.852	50	1802	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	2	127	1	21	4	0
Não-liderança	2	1657	2	35	1	0
TOTAL = 1.852	4	1784	3	56	5	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	4	0	0	0
Nordeste	396	1388	0	0	0
Centro-Oeste	3	0	0	0	0
Sudeste	4	52	0	0	0
Sul	2	3	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 1.852	405	1447	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	1	0	3	0	0	0
Nordeste	12	311	92	1342	27	0	0
Centro-Oeste	0	2	0	1	0	0	0
Sudeste	2	22	4	28	0	0	0
Sul	0	5	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 1.852	**14**	**341**	**96**	**1374**	**27**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	1	3	0
Nordeste	727	1013	44
Centro-Oeste	0	2	1
Sudeste	5	43	8
Sul	0	5	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 1.852	**733**	**1066**	**53**

10.1. Descrição dos recursos humanos

b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Atividade	Exercício Social encerrado em 31.12.2025					
	Região Centro-Oeste	Região Nordeste	Região Norte	Região Sudeste	Região Sul	Total
Administrativo	2	222	0	1	0	225
Coordenação	1	99	0	10	1	111
Diretoria	0	5	0	4	0	9
Engenharia	0	55	0	1	0	56
Especialista	0	65	0	10	0	75
Estagiário	0	54	0	0	0	54
Gerência	0	23	2	7	3	35
Liderança Operacional	0	0	0	0	0	0
Operacional	0	1.093	2	13	1	1.109
Técnica	0	164	0	10	0	167
Controles internos, riscos corporativos e *compliance*	0	4	0	0	0	4
Total	3	**1.784**	**4**	**56**	**5**	**1.852**

c. índice de rotatividade

No período de 12 (doze) meses do ano de 2025 o índice de desligamentos (*turnover*) da Companhia totalizou 3,07%.

10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, houve redução no número total de funcionários próprios da Companhia devido à finalização de projetos e contratos.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3. Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. política de salários e remuneração variável

A Companhia possui um Procedimento de Remuneração Interna ("Procedimento"), que tem como objetivo: (i) manter o equilíbrio interno, proporcionando estabilidade entre os cargos e salários da Companhia; (ii) elaborar um plano de carreira a fim de proporcionar o desenvolvimento profissional; (iii) promover o equilíbrio interno e externo dos salários pagos pela Companhia com os salários pagos pelo mercado, através de pesquisa salarial; (iv) atrair, reter e desenvolver o capital intelectual com real capacidade de atender as necessidades e prioridades da Companhia frente ao mercado; (v) estimular o aperfeiçoamento dos colaboradores, possibilitando o desenvolvimento profissional e pessoal, baseado nas perspectivas de aproveitamento interno (oportunidades); e (vi) reconhecer os protagonistas que realizam atividades de alto desempenho.

O Procedimento é aplicável para todos os colaboradores da Companhia, exceto estagiários e aprendizes.

De acordo com o Procedimento, é de responsabilidade da Área de Remuneração, conforme a necessidade, realizar a cada dois anos uma pesquisa salarial em empresas do mesmo segmento para analisar as práticas salariais adotadas pelo mercado.

Conforme previsto no Procedimento, a remuneração dos colaboradores está dividida em três pontos: fixa, variável e indireta. Remuneração fixa refere-se ao valor recebido pelo exercício das funções (salário). Remuneração variável refere-se ao valor em função de sua contribuição para o resultado da Companhia – são os valores pagos em PPR. Remuneração indireta, por fim, são os pacotes de benefícios.

A Companhia entende que o Procedimento é importante parte de sua estratégia de pessoas, na medida em que auxilia a assegurar: remuneração em linha com o mercado; condições de atrair e retermos profissionais; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

b. política de benefícios

Está contemplado no Procedimento o oferecimento de benefícios específicos. Isso inclui o plano de saúde, que é custeado integralmente pela empresa, para nossos colaboradores, assim como o plano odontológico. Além disso, oferecemos vale-

alimentação, transporte fretado, refeições no local de trabalho, seguro de vida, programas de desenvolvimento profissional, entre outros, para atender aos nossos colaboradores. Esses benefícios podem ser do tipo flexível ou definido. Nossos benefícios estão alinhados com as práticas de mercado e ainda contamos com o programa de AIS (Atenção Integral à Saúde).

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

i. grupos de beneficiários

ii. condições para exercício

iii. preços de exercício

iv. prazos de exercício

v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

Em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 11 de abril de 2024, seus acionistas aprovaram o Segundo Plano de Outorga de Ações Restritas ("2º Plano" e, em conjunto com o 1º Plano, "Planos", finalizado em 2024).

Dentre as previsões do 2º Plano, os participantes elegíveis ficou a critério do Conselho de Administração, pessoas naturais que atuem como executivos, serem considerados pessoas-chave no desenvolvimento dos negócios da Companhia e das controladas.

Quando da aprovação do programa de outorga de ações restritas, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, elegerá seus participantes e fixará os termos e condições das outorgas de ações restritas por meio do contrato de outorga, a ser celebrado entre a Companhia e cada participante.

2º Plano

O 2º Plano, o preço de referência por ação restrita corresponderá à média das cotações das ações da Companhia, ponderada pelo volume, nos últimos 10 (dez) pregões em que as ações da Companhia tenham sido negociadas antes da aquisição pela Companhia.

O 2º Plano estabelece que o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderão fixar os prazos de *vesting*, que poderão ser parciais ou proporcionais para a transferência das ações restritas.

As ações restritas outorgadas nos termos do 2º Plano, considerando todos os programas aprovados ou que venham a ser aprovados pelo Conselho de Administração (ou pelo Comitê, conforme o caso), poderão representar, no máximo, 1,45% (um inteiro e quarenta e cinco centésimos por cento) do capital social total da Companhia.

A Companhia ressalta que os principais termos e condições dos Planos também se encontram detalhados no item 8.4 deste Formulário de Referência. Os Planos se encontram disponíveis para consulta nos sites da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da Companhia (https://www.ri.aerisenergy.com.br/).

d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.) reconhecida no resultado

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social.

(i) A maior remuneração individual reconhecida no resultado da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d deste Formulário de Referência), incluindo a remuneração de administrador estatutário, foi R$ 1.817.696,00.

(ii) A mediana da remuneração individual dos empregados da Companhia, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social, foi de R$ 79.759,36.

Nesse sentido, a razão é de, aproximadamente, 22,79.

Para o cálculo da mediana da remuneração dos empregados da Companhia, não consideramos membros do comitê de auditoria, membros dos conselhos de administração e membros do conselho fiscal ou estagiários e jovens aprendizes

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
1.817.696,00	79.759,36	22,79
Esclarecimento		

10.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia mantém um bom relacionamento com o sindicato patronal da sua categoria, assim como com os sindicatos representativos dos seus empregados, não havendo histórico de greves ou paralisações.

Atualmente a Companhia repassa a taxa associativa dos seus empregados que são associados ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Siderúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos e Eletrônicos do Estado do Ceará.

Não foram reportadas greves ou paralisações nos últimos três exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente até a data de apresentação deste Formulário de Referência.

10.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 10 que não tenham sido divulgadas.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

11.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia adotou, conforme aprovação do Conselho de Administração em 18 de agosto de 2020, sua **Política de Transações com Partes Relacionadas** ("Política"), que tem como finalidade estabelecer regras, procedimentos e diretrizes voltados a assegurar que tais transações sejam conduzidas sempre no **melhor interesse da Companhia**, de forma transparente, alinhada às práticas de governança e em conformidade com a legislação aplicável.

A Política foi elaborada em conformidade com o Pronunciamento Técnico **CPC 05 (R1)**, aprovado pela **Resolução CVM nº 94/2022**, e objetiva conferir transparência ao processo de contratação com partes relacionadas perante acionistas, investidores e o mercado.

Nos termos da Política, as Transações com Partes Relacionadas devem observar os seguintes princípios:

i. possuir justificativa econômica, atender aos interesses da Companhia e ser realizadas em **condições comutativas**, em bases **equivalentes às de mercado**, comparáveis às oferecidas por terceiros independentes em circunstâncias similares;

ii. ser **formalizadas por escrito**, contendo as principais características e condições da operação, incluindo, quando aplicável, preço, prazos, garantias e responsabilidades das partes;

iii. em casos de **reestruturações societárias** envolvendo partes relacionadas, assegurar **tratamento equitativo** a todos os acionistas; e

iv. incluir quaisquer outras informações relevantes à adequada compreensão da transação específica.

Compete à **Diretoria** negociar e conduzir as Transações com Partes Relacionadas, observadas as regras de alçada aplicáveis.

O **Comitê de Auditoria** é responsável pela avaliação prévia das transações, com o objetivo de identificar: (i) operações classificadas ou potencialmente classificadas como transações com partes relacionadas; (ii) a necessidade de aplicação dos procedimentos e critérios previstos na Política; (iii) as partes relacionadas envolvidas; e (iv) eventuais situações de conflito de interesses.

As Transações com Partes Relacionadas devem ser previamente aprovadas pelo **Conselho de Administração**, salvo nos casos em que o Estatuto Social estabeleça valores de alçada específicos para a Diretoria, hipótese em que caberá a esta, de forma colegiada, deliberar sobre a aprovação. Tanto a Diretoria quanto o Conselho poderão **condicionar a aprovação** à realização de ajustes que julgarem necessários.

Nos termos do art. 122 da **Lei das S.A.**, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre Transações com Partes Relacionadas cujo valor corresponda a **mais de 50% dos ativos totais** da Companhia, conforme o último balanço aprovado.

Não se sujeitam às regras da Política: (i) a remuneração dos administradores; e (ii) garantias prestadas pelos acionistas controladores em favor da Companhia, desde que em seu melhor interesse.

A íntegra da Política está disponível nos sites da **CVM** (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e de **Relações com Investidores da Companhia** (https://www.ri.aerisenergy.com.br/governanca-corporativa/politicas/).

11.2 Transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que as transações com partes relacionadas, enquadram-se nas hipóteses previstas no art. 3º, II, 'a', do Anexo F da RCVM nº 80.

11.2. Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, “a”, “b” e “c”, do anexo F, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente:

Não aplicável, uma vez que as transações com partes relacionadas, enquadram-se nas hipóteses previstas no art. 3º, II, 'a', do Anexo F da RCVM nº 80.

11.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Além do critério de materialidade, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes a serem informadas nesta seção 11 do Formulário de Referência.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
30/04/2025	Já subscrito e integralizado	911.975.004,90
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
62.120.196	0	62.120.196

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
30/04/2025	Já subscrito e integralizado	911.975.004,90
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
62.120.196	0	62.120.196

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
30/04/2025	Já subscrito e integralizado	911.975.004,90
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
62.120.196	0	62.120.196

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
20/08/2020	N/A	1.328.024.995,17
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
766.213.456	0	766.213.456

12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

a. direito a dividendos
b. direito de voto
c. conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando:
i. condições
ii. efeitos sobre o capital social
d. direitos no reembolso de capital
e. direito a participação em oferta pública por alienação de controle
f. restrições à circulação
g. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários
h. possibilidade de resgate de ações, indicando:
i. hipóteses de resgate
ii. fórmula de cálculo do valor de resgate
i. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação
j. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável
k. outras características relevantes

Não aplicável, uma vez que a Companhia não é companhia estrangeira e suas ações se encontram custodiadas no Brasil.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Únic
Data de emissão	15/01/2021
Data de vencimento	30/03/2030
Quantidade Unidade	559.008
Valor nominal global R$	559.008.000,00
Saldo Devedor em Aberto	463.016.219,54
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 dias contados de cada subscrição ou aquisição pelos investidores, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, exceto pelo lote de debêntures, objeto de garantia firme, indicado no momento da subscrição, se houver, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Existem hipóteses de resgate antecipado facultativo, amortização extraordinária facultativa, oferta de resgate antecipado, resgate antecipado obrigatório e amortização extraordinária obrigatória. Para mais informações, vide 12.9 deste Formulário de Referência.
Características dos valores mobiliários de dívida	30 de março de 2030. Para mais informações, vide item 12.9 deste Formulário de Referência. As Debêntures são da espécie quirografária a ser convolada em “da espécie com garantia real” após a celebração do Contrato de Garantias Compartilhadas Vide item 12.9 deste Formulário de Referência. As Debêntures são da espécie quirografária a ser convolada em “da espécie com garantia real” após a celebração do Contrato de Garantias Compartilhadas. Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Alterações nos termos das Debêntures dependem dos quóruns indicados na Escritura de Emissão, a depender da matéria. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas, em primeira convocação, com antecedência mínima de 21 dias e, em segunda convocação, com antecedência mínima de 8 dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.
Outras características relevantes	N/A

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Únic
Data de emissão	31/07/2021
Data de vencimento	30/03/2030

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Quantidade Unidade	626.834
Valor nominal global R$	626.834.000,00
Saldo Devedor em Aberto	769.610.889,46
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 dias contados de cada subscrição ou aquisição pelos investidores, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, exceto pelo lote de debêntures, objeto de garantia firme, indicado no momento da subscrição, se houver, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Existem hipóteses de resgate antecipado facultativo, amortização extraordinária facultativa, oferta de resgate antecipado, resgate antecipado obrigatório e amortização extraordinária obrigatória. Para mais informações, vide 12.9 deste Formulário de Referência.
Características dos valores mobiliários de dívida	30 de março de 2030. Para mais informações, vide item 12.9 deste Formulário de Referência. As Debêntures são da espécie quirografária a ser convolada em “da espécie com garantia real” após a celebração do Contrato de Garantias Compartilhadas Vide item 12.9 deste Formulário de Referência. As Debêntures são da espécie quirografária a ser convolada em “da espécie com garantia real” após a celebração do Contrato de Garantias Compartilhadas. Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Alterações nos termos das Debêntures dependem dos quóruns indicados na Escritura de Emissão, a depender da matéria. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas, em primeira convocação, com antecedência mínima de 21 dias e, em segunda convocação, com antecedência mínima de 8 dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.
Outras características relevantes	N/A

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	1543	262	167

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações ordinárias da Companhia são admitidas à negociação no Novo Mercado da B3 sob o código AERI3 desde novembro de 2020.

As debêntures emitidas pela Companhia:

(i) Depósito para Distribuição: As Debêntures foram depositadas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A., sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3.

(ii) Depósito para Negociação. As Debêntures foram depositadas para negociação em mercado de balcão organizado por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. Não há valores mobiliários de emissão da Companhia admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. Não há títulos de emissão da Companhia emitidos no exterior.

12.8. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Oferta Pública de Distribuição de Ações:

A Companhia realizou oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, compreendendo a distribuição primária de 476.190.477 (quatrocentos e setenta e seis milhões, cento e noventa mil e quatrocentas e setenta e sete) novas ações, ao preço de R$0,84 (oitenta e quatro centavos) por ação, perfazendo o montante total de R$ 400.000.000,68 (quatrocentos milhões de reais e sessenta e oito centavos) ("Follow-On").

A Companhia fez uso dos recursos líquidos provenientes do Follow-On para otimizar a estrutura de capital, reduzir o índice de alavancagem e suprir as necessidades de caixa para amortização das operações financeiras vincendas em 2024.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Até a data deste Formulário de Referência, não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas no item acima.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que não houve desvios.

12.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Grupamento de Ações

A Companhia esclarece que a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 11.04.2024 aprovou a proposta de grupamento de ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 20 (vinte) ações para formar 1 (uma) ação. A esse respeito, a Companhia esclarece que o item 12.1 deste Formulário de Referência já contempla os efeitos do grupamento sobre o capital social da Companhia, observado, contudo, que tendo em vista os procedimentos operacionais para efetivação do grupamento, as ações somente passarão a ser efetivamente negociadas "ex-grupamento" a partir do pregão de 14.05.2024 (inclusive).

Informações adicionais ao item 12.3.

Em virtude de restrições do Sistema Empresas.NET, apresenta-se, abaixo, as informações completas sobre a 1ª (primeira) e a 2ª (segunda) Emissão de Debêntures da Companhia:

2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única ("Segunda Emissão de Debêntures")

Condições de vencimento antecipado

Sujeito ao disposto nas Cláusulas 4.15.2 a 4.15.10 da Escritura de Emissão da Segunda Emissão de Debêntures, o agente fiduciário poderá considerar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do valor nominal unitário (ou do saldo do valor nominal unitário), acrescido dos juros remuneratórios, calculada *pro rata temporis* desde a primeira data de integralização ou a data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos encargos moratórios, na ocorrência de quaisquer dos eventos previstos nas Cláusulas 4.15.2 e 4.15.3 (cada evento, um "Evento de Inadimplemento").

Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial:

i. decretação de falência, pedido de falência formulado por terceiros e não elidido no prazo legal ou pedido de autofalência, independentemente de

sua concessão pelo juiz competente, ou ainda pedido de recuperação extrajudicial ou judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, formulado pela Companhia, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano;

ii. extinção, liquidação, insolvência ou dissolução da Companhia;

iii. inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, na data de seu vencimento, no prazo de até 1 (um) Dia Útil, contado do respectivo inadimplemento;

iv. não pagamento, na data de vencimento original, de quaisquer obrigações financeiras da Companhia e/ou de quaisquer de suas controladas, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no respectivo prazo de cura da obrigação financeira;

v. vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas, incluindo aquelas oriundas de dívidas bancárias e operações de mercado financeiro ou de capitais local ou internacional;

vi. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão, no todo ou em parte, a terceiros, pela Companhia, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão da Segunda Emissão de Debêntures, sem a prévia anuência dos Debenturistas;

vii. na hipótese de a Companhia ou qualquer de suas controladas, controladoras, sociedades sob controle comum e/ou subsidiárias tentarem ou praticarem qualquer ato visando anular, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, na Escritura de Emissão da Segunda Emissão de Debêntures;

viii. se a Escritura de Emissão da Segunda Emissão de Debêntures for declarada inválida, nula ou inexequível, por qualquer lei, decisão judicial ou sentença arbitral; e

ix. cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia perante a CVM ou qualquer transformação da Companhia em outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.

Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 4.15.6 da Escritura de Emissão da Segunda Emissão de Debêntures, quaisquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento ("Vencimento Antecipado Não Automático"):

i. inadimplemento, pela Companhia, de toda e qualquer obrigação não pecuniária decorrente da emissão, não sanado no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data do respectivo descumprimento, quando não houver prazo diverso expressamente definido na Escritura de Emissão da Segunda Emissão de Debêntures;

ii. protestos de títulos contra a Companhia e/ou contra quaisquer das controladas cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se (a) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia e/ou por quaisquer das controladas, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, contados da ocorrência do referido protesto, ou (b) se o protesto for cancelado ou sustado judicialmente no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis;

iii. violação pela Companhia e suas controladas, controladoras, coligadas, sociedades sob controle comum, bem como seus respectivos diretores ou membros do conselho de administração no âmbito da emissão, ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito em proveito de tais empresas, conforme reconhecido em decisão judicial, de qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento aplicável contra prática de atos de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei n.º 12.529, de 30 de novembro de 2011, a Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada, a Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, a UK Bribery Act of 2010 e a U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977;

iv. redução de capital social da Companhia sem o prévio consentimento de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão da Segunda Emissão de Debêntures, convocada especialmente para este fim, nos termos do parágrafo terceiro do artigo

174 da Lei das Sociedades por Ações, exceto para absorção de prejuízos já conhecidos na data de emissão;

v. distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão da Segunda Emissão de Debêntures, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos 19 dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações;

vi. caso as declarações feitas pela Companhia na Escritura de Emissão da Segunda Emissão de Debêntures, na data em que forem prestadas, (a) sejam falsas ou enganosas, ou ainda, (b) sejam incorretas, inconsistentes ou incompletas;

vii. aplicação dos recursos oriundos da emissão em destinação diversa da definida na Escritura de Emissão da Segunda Emissão de Debêntures;

viii. a não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás e licenças, inclusive ambientais, necessárias para o regular exercício das suas atividades, que possam afetar adversamente as condições financeiras da Companhia no pagamento das Debêntures;

ix. ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades e/ou ações do capital social da Companhia;

x. sem prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembleia específica, realização de qualquer operação isolada ou série de operações, oferta de aquisição e/ou celebração de acordos que implique(m) na alienação do controle da Companhia em relação ao controle atualmente detido pelos atuais acionistas controladores diretos da Companhia, na forma do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, signatários do Acordo de Acionistas celebrado em 25 de agosto de 2020, exceto se realizado o Resgate Antecipado Obrigatório, nos termos previstos na Escritura de Emissão;

xi. cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto (a) se previamente autorizado pelos debenturistas; ou (b) nos termos do artigo 231, parágrafos primeiro e segundo, da Lei das Sociedades por Ações, caso seja assegurado aos Debenturistas que assim desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data da publicação das atas das assembleias relativas à operação societária em questão, o resgate das Debêntures de que forem titulares e, caso aplicável, a sociedade cindida e as sociedades que absorverem parcelas do seu patrimônio respondam solidariamente pelo resgate das Debêntures;

xii. venda, alienação, transferência e/ou promessa de transferência de ativos da Companhia que ultrapassem a valor, individual ou agregado, igual ou superior a 20% (vinte por cento) dos ativos da Companhia, respectivamente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas de período imediatamente anterior;

xiii. inobservância da Legislação Socioambiental em vigor (abaixo definida), em especial, mas não se limitando: (a) à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, bem como (b) ao incentivo, de qualquer forma, à prostituição ou utilização em suas atividades mão-de-obra infantil ou em condição análoga à de escravo;

xiv. não cumprimento de qualquer decisão arbitral ou administrativa definitiva, sentença judicial transitada em julgado ou qualquer decisão para a qual não tenha sido obtido o efeito suspensivo para eventual pagamento, nos termos dos parágrafos 6º ao 10º do artigo 525, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada, contra a Companhia, em valor agregado igual ou superior a R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, na data de apuração, não sanado no prazo de até 1 (um) dia corrido contado da ocorrência do referido descumprimento; e

xv. alteração ou modificação do objeto social da Companhia que possa causar um efeito adverso relevante.

Garantias Reais Fiduciárias:

Como garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da emissão de debêntures – incluindo, mas não se limitando, ao pagamento do valor nominal unitário, juros remuneratórios, encargos moratórios,

tributos, despesas operacionais, custas judiciais e extrajudiciais, bem como reembolsos de valores eventualmente despendidos pelo agente fiduciário ou debenturistas – foram constituídas as seguintes garantias reais fiduciárias, nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Garantias Compartilhadas:

1. **Cessão fiduciária de direitos creditórios de sobejo**, oriundos da eventual excussão de imóveis das matrículas 032.288 e 032.289 (Caucaia/CE), previamente dados em garantia a terceiros.

2. **Alienação fiduciária de imóveis livres e desembaraçados**, localizados em Caucaia/CE, conforme matrículas: (a) 025.487, (b) 53.414, (c) 019.778, (d) 49.081, (e) 039.862 e (f) 5074 – todos abrangendo terrenos, edificações e benfeitorias.

3. **Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos** de propriedade da Companhia.

4. **Alienação fiduciária de estoque de pás eólicas**.

5. **Alienação fiduciária superveniente** do imóvel de matrícula nº 032.288 (Caucaia/CE).

6. **Cessão fiduciária de cotas subordinadas** de titularidade da Companhia no *Aeris Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria e Comércio*.

7. **Cessão fiduciária de direitos creditórios de ICMS**, registrados no balanço da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

Essas garantias serão formalizadas por meio de Instrumento Particular de Constituição de Garantias Reais e Outras Avenças, firmado entre a Companhia, o agente fiduciário e os credores beneficiários, conforme previsto no Contrato de Garantias Compartilhadas.

Juros Remuneratórios:

Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra-grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI-Over"), acrescida de sobretaxa de (i) 2,000% (dois inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois)

Dias Úteis, para o período compreendido entre a Primeira Data de Integralização e 28 de março de 2025; (ii) 2,000% (dois por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, para o período compreendido entre 29 de março de 2025 e 7 de janeiro de 2026; e (iii) 3,000% (três por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir de 8 de janeiro de 2026 até a Data de Vencimento.

Resgate Antecipado Facultativo

A seu exclusivo critério, a partir de 28 de março de 2025 e até 31 de dezembro de 2025 (inclusive), a Companhia poderá realizar o resgate antecipado facultativo total ou parcial das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo I"), o qual não estará sujeito ao pagamento de prêmio. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo I, o valor devido pela Companhia será equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate.

Sem prejuízo e em complemento ao quanto previsto acima, a Companhia poderá, ainda, a seu exclusivo critério, entre 1º (primeiro) de janeiro de 2026 e 31 de dezembro de 2027 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total ou parcial das Debêntures, o qual estará sujeito ao pagamento do prêmio previsto na Cláusula 4.11.7 da Escritura de Emissão ("Resgate Antecipado Facultativo II" e, em conjunto com o Resgate Antecipado Facultativo I, o "Resgate Antecipado Facultativo"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo II, o valor devido pela Companhia será equivalente a 102% (cento e dois por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, incluindo o valor do prêmio previsto na Cláusula 4.11.7 da Escritura de Emissão.

As Debêntures resgatadas pela Companhia serão obrigatoriamente canceladas.

Em complemento ao quanto previsto na Cláusula 4.11 da Escritura de Emissão, na hipótese de o Resgate Antecipado Facultativo II ser realizado nos 12 (doze) meses que antecederem a Venda de Controle (conforme definido abaixo), será devido o prêmio previsto para o Resgate Antecipado Obrigatório (conforme definido abaixo). Nesta hipótese, considerando que as Debêntures já terão sido canceladas, a Companhia deverá publicar edital em sua página da internet informando os procedimentos para pagamento aos Debenturistas titulares das Debêntures na data do Resgate Antecipado Facultativo II.

Amortização Extraordinária Facultativa:

A seu exclusivo critério, entre 28 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia poderá realizar a amortização extraordinária facultativa do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Extraordinária I"), a qual não estará sujeita ao pagamento de prêmio. Por ocasião da Amortização Extraordinária I, o valor devido pela Companhia será equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem amortizadas, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data da efetiva amortização.

Sem prejuízo e em complemento ao quanto previsto acima, a Companhia poderá, ainda, a seu exclusivo critério, entre 1º de janeiro de 2026 e 31 de dezembro de 2027, realizar a amortização extraordinária facultativa do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Extraordinária II" e, em conjunto com a Amortização Extraordinária I, a "Amortização Extraordinária Facultativa"), a qual estará sujeita ao pagamento do prêmio previsto na Cláusula 4.12.6 da Escritura de Emissão. Por ocasião da Amortização Extraordinária II, o valor devido pela Companhia será equivalente a 102% (cento e dois por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem amortizadas, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data da efetiva amortização, sem prejuízo do prêmio previsto na Cláusula 4.12.6 da Escritura de Emissão.

Caso a Amortização Extraordinária II seja realizada nos 12 (doze) meses que antecederem a Venda de Controle (conforme este termo é definido abaixo), será devida parcela adicional de forma que o valor final pago seja equivalente ao prêmio previsto para o Resgate Antecipado Obrigatório (conforme este termo é abaixo definido).

A realizar da Amortização Extraordinária Facultativa deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures, e deverá obedecer ao limite de amortização de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do saldo do Valor Nominal das Debêntures, conforme o caso.

Oferta de Resgate Antecipado:

Após 31 de dezembro de 2027, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar uma oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures direcionada à totalidade dos Debenturistas, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, observados os procedimentos previstos na Escritura de Emissão.

Resgate Antecipado Obrigatório:

Em até 60 (sessenta) dias contados da data de fechamento de uma operação de Venda de Controle (conforme este termo é abaixo definido), a Companhia deverá realizar o resgate antecipado obrigatório das Debêntures ("Resgate Antecipado Obrigatório"). Por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório, o valor devido pela Companhia será equivalente ao produto da multiplicação entre: (a) o montante resultante da soma (i) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado e dos (ii) Juros Remuneratório, calculados de forma *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização, ou Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios anterior ou desde a data de incorporação dos Juros Remuneratórios ao Valor Nominal Unitário nos termos previstos na Cláusula 4.10.1 da Escritura de Emissão; e (b) Fator Multiplicador (conforme definido abaixo).

O Fator Multiplicador só será exigível após a Venda de Controle (conforme abaixo definido) e corresponderá a: (a) 100% (cem por cento) caso a Venda de Controle ocorra até 31 de dezembro de 2026 (inclusive); e (b) 105% (cento e cinco por cento) caso a Venda de Controle ocorra a partir de 1º de janeiro de 2027 (inclusive) ("Fator Multiplicador").

"Venda de Controle" significa a venda onerosa, de parcela ou da totalidade das ações da Companhia que garanta ao novo acionista ou a um grupo de acionistas o controle societário da Companhia (conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações). Não será considerada uma Venda de Controle qualquer operação que culmine com a manutenção dos membros da Família Negrão como acionistas controladores, direta ou indiretamente.

Caso o Resgate Antecipado Obrigatório ocorra (a) até 31 de dezembro de 2026, não será devido prêmio por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório; (b) a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2027, o pagamento do prêmio por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório poderá ser dispensado mediante aprovação de Debenturistas que representem 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão) presentes na Assembleia Geral de Debenturistas regularmente convocada, nos termos da Cláusula 7 da Escritura de Emissão.

Uma vez pago o valor do Resgate Antecipado Obrigatório, a Companhia cancelará as Debêntures.

Amortização Antecipada Obrigatória – Cash Sweep:

A Companhia deverá, semestralmente a partir de 30 de junho de 2026 (inclusive) e até o pagamento integral dos valores devidos aos Debenturistas e aos demais credores

partes do Contrato de Garantias Compartilhadas, realizar amortizações extraordinárias do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures e respectivos Juros Remuneratórios e demais encargos, bem como do saldo individualizado e respectivos juros remuneratórios devido aos demais credores partes do Contrato de Garantias Compartilhadas no montante equivalente a 100% (cem por cento) do Excedente de Caixa (conforme definido na Escritura de Emissão) ("Cash Sweep" e "Amortização Extraordinária Obrigatória – Cash Sweep", respectivamente), de forma proporcional ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures e dos créditos detidos pelos demais credores partes do Contrato de Garantias Compartilhadas. O procedimento da Amortização Extraordinária Obrigatória – Cash Sweep seguirá o previsto na Escritura de Emissão.

Entre 28 de março de 2025 até 30 de junho de 2026, caso a Companhia celebre empréstimos, financiamentos de curto e longo prazo da Companhia ou quaisquer outros títulos ou valores mobiliários que, somados, resultem em um montante líquido superior a R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), após dedução de custos de transação, a Companhia deverá reverter 100% (cem por cento) dos recursos obtidos com referidas dívidas que excederem esse limite para a Amortização Extraordinária – Cash Sweep.

Aquisição Facultativa:

A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na Escritura de Emissão, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia. As Debêntures adquiridas pela Companhia de acordo com a Escritura de Emissão poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado.

1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única (Primeira Emissão de Debêntures)

Características dos valores mobiliários de dívida

Vencimento Antecipado

Observado o disposto nas Cláusulas 4.14.2 a 4.14.8 da Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Companhia do saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, acrescido dos Juros

Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior ou desde a data de incorporação dos Juros Remuneratórios ao Valor Nominal Unitário, conforme o caso, prevalecendo o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, da cobrança dos Encargos Moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, na ocorrência dos seguintes eventos (cada um deles, um "Evento de Inadimplemento"):

i. decretação de falência, pedido de falência formulado por terceiros e não elidido no prazo legal ou pedido de autofalência, independentemente de sua concessão pelo juiz competente, ou ainda pedido de recuperação extrajudicial ou judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, formulado pela Companhia, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano;

ii. extinção, liquidação, insolvência ou dissolução da Companhia;

iii. inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão da Primeira Emissão de Debêntures, na data de seu vencimento, no prazo de até 1 (um) dia útil, contado do respectivo inadimplemento;

iv. inadimplemento, pela Companhia, de toda e qualquer obrigação não pecuniária decorrente da Emissão, não sanado no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data do respectivo descumprimento, quando não houver prazo diverso expressamente definido na Escritura de Emissão da Primeira Emissão de Debêntures;

v. protestos de títulos contra a Companhia e/ou contra quaisquer das controladas cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se (a) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia e/ou por quaisquer das controladas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da ocorrência do referido protesto, ou (b) se o protesto for cancelado ou sustado judicialmente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

vi. não pagamento, na data de vencimento original, de quaisquer obrigações financeiras da Companhia e/ou de quaisquer de suas controladas, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a

R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no respectivo prazo de cura da obrigação financeira;

vii. vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas, incluindo aquelas oriundas de dívidas bancárias e operações de mercado financeiro ou de capitais local ou internacional;

viii. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão, no todo ou em parte, a terceiros, pela Companhia, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão da Primeira Emissão de Debêntures, sem a prévia anuência dos Debenturistas;

ix. na hipótese de a Companhia ou qualquer de suas controladas, controladoras, sociedades sob controle comum e/ou subsidiárias tentarem ou praticarem qualquer ato visando anular, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, a Escritura de Emissão da Primeira Emissão de Debêntures;

x. se a Escritura de Emissão da Primeira Emissão de Debêntures for declarada inválida, nula ou inexequível, por qualquer lei, decisão judicial ou sentença arbitral;

xi. violação pela Companhia e suas controladas, controladoras, coligadas, sociedades sob controle comum, bem como seus respectivos dirigentes, administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito em proveito de tais empresas, conforme reconhecido em decisão judicial, de qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento aplicável contra prática de atos de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, a UK Bribery Act of 2010 e a U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977;

xii. não cumprimento de qualquer decisão arbitral ou administrativa definitiva, sentença judicial transitada em julgado ou qualquer decisão para a qual não tenha sido obtido o efeito suspensivo para eventual pagamento, nos termos dos parágrafos 6º ao 10º do artigo 525, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada, contra a Companhia, em valor agregado igual ou superior a R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, na data de apuração, não sanado no prazo de até 1 (um) dia corrido contado da ocorrência do referido descumprimento;

xiii. redução de capital social da Companhia sem o prévio consentimento de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão da Primeira Emissão de Debêntures, convocada especialmente para este fim, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, exceto para absorção de prejuízos já conhecidos na data de emissão;

xiv. distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão da Primeira Emissão de Debêntures, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações;

xv. cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia perante a CVM ou qualquer transformação da Companhia em outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

xvi. caso as declarações feitas pela Companhia na Escritura de Emissão da Primeira Emissão de Debêntures, na data em que forem prestadas, (a) sejam falsas ou enganosas, ou ainda, (b) sejam incorretas, inconsistentes ou incompletas;

xvii. aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da definida na Escritura de Emissão da Primeira Emissão de Debêntures;

xviii. a não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás e licenças, inclusive ambientais, necessárias para o regular exercício das suas atividades, que possam afetar adversamente as condições financeiras da Companhia no pagamento das Debêntures;

xix. ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades e/ou ações do capital social da Companhia;

xx. sem prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembleia específica, realização de qualquer operação isolada ou série de operações, oferta de aquisição e/ou celebração de acordos que implique(m) na alienação do controle da Companhia em relação ao controle atualmente detido pelos atuais acionistas controladores da Companhia, na forma do artigo 116 da Lei das Sociedades por

Ações, signatários do Acordo de Acionistas celebrado em 25 de agosto de 2020, exceto se realizado o Resgate Antecipado Obrigatório, nos termos previstos na Escritura de Emissão;

xxi. cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto (a) se previamente autorizado pelos Debenturistas; ou (b) nos termos do artigo 231, parágrafos primeiro e segundo, da Lei das Sociedades por Ações, caso seja assegurado aos Debenturistas que assim desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data da publicação das atas das assembleias relativas à operação societária em questão, o resgate das Debêntures de que forem titulares e, caso aplicável, a sociedade cindida e as sociedades que absorverem parcelas do seu patrimônio respondam solidariamente pelo resgate das Debêntures;

xxii. venda, alienação, transferência e/ou promessa de transferência de ativos da Companhia que ultrapassem a valor, individual ou agregado, igual ou superior a 20% (vinte por cento) dos ativos da Companhia, respectivamente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas de período imediatamente anterior;

xxiii. inobservância da Legislação Socioambiental em vigor (abaixo definida), em especial, mas não se limitando, (a) à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, bem como (b) ao incentivo, de qualquer forma, à prostituição ou utilização em suas atividades mão-de-obra infantil ou em condição análoga à de escravo; e

xxiv. alteração ou modificação do objeto social da Companhia que possa causar um efeito adverso relevante.

Garantias Reais Fiduciárias:

Como garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da emissão de debêntures – incluindo, mas não se limitando, ao pagamento do valor nominal unitário, juros remuneratórios, encargos moratórios, tributos, despesas operacionais, custas judiciais e extrajudiciais, bem como reembolsos de valores eventualmente despendidos pelo agente fiduciário ou debenturistas – foram constituídas as seguintes garantias reais fiduciárias, nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Garantias Compartilhadas:

1. **Cessão fiduciária de direitos creditórios de sobejo**, oriundos da eventual excussão de imóveis das matrículas 032.288 e 032.289 (Caucaia/CE), previamente dados em garantia a terceiros.

2. **Alienação fiduciária de imóveis livres e desembaraçados**, localizados em Caucaia/CE, conforme matrículas: (a) 025.487, (b) 53.414, (c) 019.778, (d) 49.081, (e) 039.862 e (f) 5074 – todos abrangendo terrenos, edificações e benfeitorias.

3. **Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos** de propriedade da Companhia.

4. **Alienação fiduciária de estoque de pás eólicas**.

5. **Alienação fiduciária superveniente** do imóvel de matrícula nº 032.288 (Caucaia/CE).

6. **Cessão fiduciária de cotas subordinadas** de titularidade da Companhia no *Aeris Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria e Comércio*.

7. **Cessão fiduciária de direitos creditórios de ICMS**, registrados no balanço da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

Essas garantias serão formalizadas por meio de Instrumento Particular de Constituição de Garantias Reais e Outras Avenças, firmado entre a Companhia, o agente fiduciário e os credores beneficiários, conforme previsto no Contrato de Garantias Compartilhadas.

Juros Remuneratórios:

Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI-Over"), acrescida de sobretaxa de (i) 2,900 (dois inteiros e novecentos milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, para o período compreendido entre a Primeira Data de Integralização e 28 de março de 2025; (ii) 2,000% (dois por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, para o período compreendido entre 29 de março de 2025 e 7 de janeiro de 2026; e (iii) 3,000% (três por cento) ao ano, base 252

(duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir de 8 de janeiro de 2026 até a Data de Vencimento.

Resgate Antecipado Facultativo:

A seu exclusivo critério, a partir de 28 de março de 2025 e até 31 de dezembro de 2025 (inclusive), a Companhia poderá realizar o resgate antecipado facultativo total ou parcial das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo I"), o qual não estará sujeito ao pagamento de prêmio. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo I, o valor devido pela Companhia será equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate.

Sem prejuízo e em complemento ao quanto previsto acima, a Companhia poderá, ainda, a seu exclusivo critério, entre 1º (primeiro) de janeiro de 2026 e 31 de dezembro de 2027 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total ou parcial das Debêntures, o qual estará sujeito ao pagamento do prêmio previsto na Cláusula 4.11.7 da Escritura de Emissão ("Resgate Antecipado Facultativo II" e, em conjunto com o Resgate Antecipado Facultativo I, o "Resgate Antecipado Facultativo"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo II, o valor devido pela Companhia será equivalente a 102% (cento e dois por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, incluindo o valor do prêmio previsto na Cláusula 4.11.7 da Escritura de Emissão.

As Debêntures resgatadas pela Companhia serão obrigatoriamente canceladas.

Em complemento ao quanto previsto na Cláusula 4.11 da Escritura de Emissão, na hipótese de o Resgate Antecipado Facultativo II ser realizado nos 12 (doze) meses que antecederem a Venda de Controle (conforme este termo é abaixo definido), será devido o prêmio previsto para o Resgate Antecipado Obrigatório (conforme definido abaixo). Nesta hipótese, considerando que as Debêntures já terão sido canceladas, a Companhia deverá publicar edital em sua página da internet informando os procedimentos para pagamento aos Debenturistas titulares das Debêntures na data do Resgate Antecipado Facultativo II.

Amortização Extraordinária Facultativa:

A seu exclusivo critério, entre 28 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia poderá realizar a amortização extraordinária facultativa do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Extraordinária I"), a qual não estará sujeita ao pagamento de prêmio. Por ocasião da Amortização Extraordinária I, o valor devido pela

Companhia será equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem amortizadas, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data da efetiva amortização.

Sem prejuízo e em complemento ao quanto previsto acima, a Companhia poderá, ainda, a seu exclusivo critério, entre 1º de janeiro de 2026 e 31 de dezembro de 2027, realizar a amortização extraordinária facultativa do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Extraordinária II" e, em conjunto com a Amortização Extraordinária I, a "Amortização Extraordinária Facultativa"), a qual estará sujeita ao pagamento do prêmio previsto na Cláusula 4.12.6 da Escritura de Emissão. Por ocasião da Amortização Extraordinária II, o valor devido pela Companhia será equivalente a 102% (cento e dois por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem amortizadas, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data da efetiva amortização, sem prejuízo do prêmio previsto na Cláusula 4.12.6 da Escritura de Emissão.

Caso a Amortização Extraordinária II seja realizada nos 12 (doze) meses que antecederem a Venda de Controle (conforme este termo é abaixo definido), será devida parcela adicional de forma que o valor final pago seja equivalente ao prêmio previsto para o Resgate Antecipado Obrigatório (conforme este termo é abaixo definido).

A realização da Amortização Extraordinária Facultativa deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures, e deverá obedecer ao limite de amortização de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do saldo do Valor Nominal das Debêntures, conforme o caso.

Oferta de Resgate Antecipado:

Após 31 de dezembro de 2027, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar uma oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures direcionada à totalidade dos Debenturistas, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, observados os procedimentos previstos na Escritura de Emissão.

Resgate Antecipado Obrigatório:

Em até 60 (sessenta) dias contados da data de fechamento de uma operação de Venda de Controle (conforme este termo é abaixo definido), a Companhia deverá realizar o resgate antecipado obrigatório das Debêntures ("Resgate Antecipado Obrigatório"). Por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório, o valor devido pela Companhia será equivalente ao produto da multiplicação entre: (a) o montante resultante da soma (i) do

saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado, e dos (ii) Juros Remuneratórios, calculados de forma *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização, ou Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios anterior ou desde a data de incorporação dos Juros Remuneratórios ao Valor Nominal Unitário nos termos previstos na Escritura de Emissão; e (b) Fator Multiplicador (conforme definido abaixo).

O Fator Multiplicador só será exigível após a Venda de Controle (conforme abaixo definido) e corresponderá a: (a) 100% (cem por cento) caso a Venda de Controle ocorra até 31 de dezembro de 2026 (inclusive); e (b) 105% (cento e cinco por cento) caso a Venda de Controle ocorra a partir de 1º de janeiro de 2027 (inclusive) ("Fator Multiplicador").

"Venda de Controle" significa a venda onerosa, de parcela ou da totalidade das ações da Companhia que garanta ao novo acionista ou a um grupo de acionistas o controle societário da Companhia (conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações). não será considerada uma Venda de Controle qualquer operação que culmine com a manutenção dos membros da Família Negrão como acionistas controladores, direta ou indiretamente.

Caso o Resgate Antecipado Obrigatório ocorra (a) até 31 de dezembro de 2026, não será devido prêmio por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório; (b) a partir de 1º de janeiro de 2027, o pagamento do prêmio por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório poderá ser dispensado mediante aprovação de Debenturistas que representem 50% (cinquenta por cento) mais um a das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão) presentes na Assembleia Geral de Debenturistas regularmente convocada, nos termos da Cláusula 7 da Escritura de Emissão.

Um vez pago o valor do Resgate Antecipado Obrigatório, a Companhia cancelará as Debêntures.

Amortização Antecipada Obrigatória - Cash Sweep

A Companhia deverá, semestralmente a partir de 30 de junho de 2026 (inclusive) e até o pagamento integral dos valores devidos aos Debenturistas e aos demais credores partes do Contrato de Garantias Compartilhadas, realizar amortizações extraordinárias do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures e respectivos Juros Remuneratórios e demais encargos, bem como do saldo individualizado e respectivos juros remuneratórios devido aos demais credores partes do Contrato de Garantias Compartilhadas no montante equivalente a 100% (cem por cento) do Excedente de Caixa (conforme definido na Escritura de Emissão) ("Cash Sweep" e "Amortização Extraordinária Obrigatória - Cash Sweep", respectivamente), de forma proporcional ao

saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures e dos créditos detidos pelos demais credores partes do Contrato de Garantias Compartilhadas. O procedimento da Amortização Extraordinária Obrigatória – Cash Sweep seguirá o previsto na Escritura de Emissão.

Entre 28 de março de 2025 até 30 de junho de 2026, caso a Companhia celebre empréstimos, financiamentos de curto e longo prazo da Companhia ou quaisquer outros títulos ou valores mobiliários que, somados, resultem em um montante líquido superior a R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), após dedução de custos de transação, a Companhia deverá reverter 100% (cem por cento) dos recursos obtidos com referidas dívidas que excederem esse limite para a Amortização Extraordinária Obrigatória – Cash Sweep.

Aquisição Facultativa:

A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na Escritura de Emissão. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Alexandre Sarnes Negrão	Diretor Presidente/Relações com Investidores	Registrado	

13.1. Declarações individuais do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores devidamente assinadas, atestando que:

DECLARAÇÃO

Eu, **Alexandre Sarnes Negrão**, brasileiro, divorciado, empresário, portador de cédula de identidade RG n.º 35.461.487-3, expedido pelo SSP/SP, inscrito no CPF sob o n.º 323.567.238-9, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Horácio Lafer, 593, Itaim Bibi, CEP 04.538-082, na qualidade de Diretor Presidente da **Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.** ("Companhia"), neste ato declaro que:

a) revi o formulário de referência da Companhia;

b) todas as informações contidas no formulário de referência da Companhia atendem ao disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos artigos 15 a 20; e

c) as informações contidas no formulário de referência da Companhia retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e os riscos inerentes às suas atividades.

_____

Alexandre Sarnes Negrão
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual - Documento não preenchido.